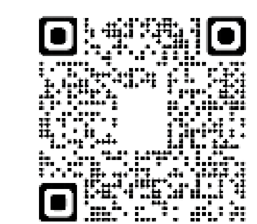
Jornal **O DIA** SP



Fundado em 5 de abril de 1933

www.jornalodiasp.com.br QUARTA-FEIRA, 17 DE ABRIL DE 2024 Nª 25.632 Preço banca: R$ 3,50

FMI projeta crescimento de 3,2% do PIB mundial

O Fundo Monetário Internacional (FMI) projeta crescimento de 3,2% para o Produto Interno Bruto (PIB) mundial, tanto em 2024 como em 2025. O percentual é o mesmo observado também em 2023. De acordo com o informe Perspectivas da Economia Mundial, divulgado na terça-feira (16) pela entidade, o Brasil crescerá 2,2% em 2024 e 2,1% em 2025.

Segundo o informe, colaboram para o resultado mundial a desaceleração das economias emergentes e em desenvolvimento (4,3% em 2023 a 4,2% em 2024 e 2025), associada à "ligeira aceleração" das economias avançadas (1,6% em 2023; 1,7% em 2024 e 1,8% em 2025). Página 3

Operação que investiga relação de PCC com licitações prende 14

Página 2

Governo deve apresentar nova proposta para servidores da Educação

Página 12

Dólar fecha em R$ 5,27 com tensões no Brasil e no exterior

Em mais um dia de nervosismo no mercado financeiro, o dólar fechou no maior valor em 13 meses, chegando a aproximar-se de R$ 5,30 nos piores momentos. A bolsa de valores caiu pela quinta vez seguida e atingiu o menor nível desde novembro do ano passado.

O dólar comercial encerrou a terça-feira (16) vendido a R$ 5,27, com alta de R$ 0,08 (+1,64%). A cotação abriu em R$ 5,21 e subiu ao longo de toda a sessão. Na máxima do dia, por volta das 12h, chegou a R$ 5,28.

Esta foi a quinta alta consecutiva da moeda norte-americana, que fechou no valor mais alto desde 23 de março do ano passado. Apenas nos últimos cinco dias, a divisa subiu 5,23%, sem que o Banco Central tenha intervindo no câmbio por meio de operações de *swap* (venda de dólares no mercado futuro).

No mercado de ações, o dia também foi tenso. O índice Ibovespa, da B3, fechou aos 124.389 pontos, com queda de 0,75%. O indicador está no patamar mais baixo desde 13 de novembro. Em 2024, o índice recua 7,3%.

Tanto fatores domésticos como internacionais afetaram o mercado financeiro nesta segunda-feira. No cenário interno, a mudança da meta fiscal para 2025, com a manutenção do déficit primário zero em vez de superávit primário de 0,5% do Produto Interno Bruto (PIB) para o próximo ano, foi mal recebida pelos investidores.

Os principais fatores que provocaram turbulências, no entanto, são externos. O agravamento das tensões entre Irã e Israel e o aquecimento da economia norte-americana fizeram o dólar subir em todo o planeta. Embora a construção de moradias nos Estados Unidos tenha desacelerado, novas falas do presidente do Federal Reserve (Fed, Banco Central norte-americano), Jerome Powell, criaram tumulto. Nesta terça, ele disse que os dados recentes de inflação diminuem a confiança de o Fed começar o corte de juros.

Taxas altas em economias avançadas estimulam a fuga de capitais de países emergentes, como o Brasil. (Agência Brasil)

Ministra cita negacionismo ao comentar baixa adesão à vacina da dengue

Ao ser cobrada por estratégias para evitar o desperdício de doses da vacina contra a dengue, que vencem no final de abril, a ministra da Saúde, Nísia Trindade, disse na terça-feira (16) que um plano B já está em curso, baseado na redistribuição de doses para 154 novos municípios.

"Fizemos um elenco de municípios a partir de critérios técnicos definidos pelo comitê assessor do programa de imunização, numa pactuação com os estados e municípios. Não é uma decisão isolada da ministra da Saúde. É uma decisão junto com os estados e municípios através dos seus conselhos nacionais", ressaltou a ministra.

"Já estamos fazendo a redistribuição, mas, se não houvesse um negacionismo às vacinas, certamente as famílias estariam levando as suas crianças e seus jovens para serem vacinados. Esse é o ponto fundamental que eu queria colocar", disse, ao participar de reunião da Comissão de Assuntos Sociais do Senado. (Agência Brasil)

Correios anunciam cargos de nível médio e superior em concurso público

Os Correios anunciaram na terça-feira (16) que o concurso público da empresa trará vagas para os cargos de agente e de analista. O primeiro exige nível médio, e o segundo nível superior. O número de vagas ainda será definido, conforme a empresa.

O cargo de analista terá oportunidades para as seguintes especialidades: advogado, analista de sistemas, assistente social e engenheiro. Segundo nota da empresa, levantamentos apontam a necessidade de profissionais dessas áreas.

Os editais do concurso serão divulgados em setembro. Os aprovados deverão ser convocados a partir de dezembro deste ano.

- Até julho – Planejamento do certame e processo para contratação da empresa especializada;
- Agosto – Contratação da banca;
- Setembro – Edital do concurso;
- Dezembro – Início das contratações.

De acordo com os Correios, o concurso público "é um dos compromissos assumidos pela atual gestão para solucionar a demanda acumulada nos últimos anos por mais profissionais em posições estratégicas da empresa e evitar a sobrecarga de trabalho". (Agência Brasil)

Brasil já perdeu 34 milhões dos 82,6 milhões de hectares da Caatinga



Foto/Gabriel Carvalho/Setur-BA

Página 12

Esporte

Gabriel Medina e Italo Ferreira confirmam suas permanências no CT 2024 em Margaret River

Cinco brasileiros passaram para as oitavas de final do Western Australia Margaret River Pro na terça-feira de boas ondas em Main Break. Os campeões mundiais Gabriel Medina e Italo Ferreira confirmaram suas permanências no World Surf League (WSL) Championship Tour (CT) 2024. Já os irmãos Miguel e Samuel Pupo vão se enfrentar nas oitavas de final e só um seguirá na busca por uma vaga. Caio Ibelli também está na briga e oito surfistas já foram cortados da elite na terça-feira, com Kelly Slater e Deivid Silva entre eles. Miguel, Samuca e Caio, ainda tem que chegar nas semifinais para ultrapassar os pontos dos últimos colocados no grupo dos 22 que serão mantidos no CT 2024. A primeira chamada para as oitavas de final será as 7h15 da quarta-feira na Austrália, 20h15 da terça-feira no fuso horário de Brasília.

O dia foi tenso nas boas ondas de 4-6 pés em Main Break, com duelos decisivos acontecendo em quase todas as baterias. Além do DVD e do GOAT, Kelly Slater, também não escaparam do corte os australianos Jacob Willcox e Callum Robson, os havaianos Ian Gentil e Eli Hanneman, o norte-americano Kade Matson e o português Frederico Morais. Por outro lado, nove surfistas festejaram suas permanências na elite para o restante da temporada e já com vagas garantidas no CT 2025, os brasileiros Gabriel Medina e Italo Ferreira, os australianos Liam O´Brien e Ryan Callinan, o italiano Leonardo Fioravanti, o sul-africano Matthew McGillivray, o indonésio Rio Waida, o marroquino Ramzi Boukhiam e o havaiano Imaikalani deVault.

Dos três brasileiros que disputaram a repescagem na terça-feira, Yago Dora perdeu e é um dos três surfistas ainda ameaçados de saírem da elite. Já o Miguel Pupo e o Deivid Silva, que estão abaixo da linha do corte, precisavam se classificar para continuarem na disputa e conseguiram. DVD acabou nem saindo do mar, pois disputou o último confronto da repescagem e acabou escalado no primeiro da terceira fase, iniciada no sistema "overlapping heats", com dois duelos acontecendo simultaneamente.

Deivid Silva fez a melhor apresentação da sua carreira no CT, mas o bicampeão mundial John John Florence estabeleceu um novo recorde de 17,13 pontos no Western Australia Margaret River Pro. DVD precisava de 8,96 para vencer na última onda que surfou. Ele já tinha começado bem com 8,17 do seu ataque fulminante de backside e repetiu a dose, mas a nota saiu 8,53 e o brasileiro acabou eliminado com 16,70 pontos. DVD poderia ter vencido todas as outras baterias da terceira fase, menos essa contra o havaiano. John John foi cirúrgico e só surfou duas ondas, que valeram 8,33 e 8,80.



Foto@WSL / Beatriz Ryder

Miguel *Pupo passou pela repescagem e pela terceira fase na terça-feira*

Na metade desse duelo, começou o do Gabriel Medina com o australiano Ryan Callinan. O tricampeão mundial também precisava se classificar para escapar do corte e destruiu uma direita, com uma série de batidas e rasgadas que ganharam nota 8,73. Medina somou essa com o 5,93 conseguido na onda anterior, para vencer por 14,66 a 12,40 pontos. Com a classificação, Gabriel Medina se tornou o primeiro brasileiro a confirmar permanência na elite do CT 2024. Apesar da derrota, Ryan Callinan também garantiu sua vaga para o restante da temporada.

DUELO DE IRMÃOS - O confronto do tricampeão mundial com o bicampeão John John Florence, vai abrir as oitavas de final em Margaret River. E a segunda bateria será entre os irmãos Miguel e Samuel Pupo. Os dois vão se enfrentar em um duelo decisivo. Quem vencer, segue na busca para permanecer no CT, enquanto o perdedor será cortado da elite e terá que tentar recuperar a vaga para 2025 pelo Challenger Series. Miguel despachou o japonês Kanoa Igarashi com seu ataque vertical de backside e o Samuca eliminou o italiano Leonardo Fioravanti na última onda que surfou, nos minutos finais da bateria.

Na sequência, aconteceu um dos momentos mais emocionantes da terça-feira, a despedida do onze vezes campeão mundial, Kelly Slater, da elite do CT. A sua última bateria foi com o também norte-americano Griffin Colapinto, que lidera o ranking deste ano. Apesar de não ter anunciado a sua aposentadoria, Slater com seus 52 anos de idade, o mais jovem e mais velho a conquistar o título mundial, falou sobre a sua vontade de ainda competir como convidado da WSL em alguns eventos.

"Eu não consegui realizar um milagre esta semana. Consegui alguns ao longo dos anos e ainda tinha essa esperança, mas perdi para o número 1 do mundo", disse Kelly Slater, que nunca conseguiu vencer a etapa do CT em Margaret River.

Kelly Slater foi o último a ser cortado da elite, competindo no formato overlapping heats. Da oitava até a 16ª bateria da terceira fase, os confrontos voltaram a ser disputados no sistema normal, somente com dois surfistas dentro d´água. Depois de Kelly Slater, mais dois se despediram do CT 2024, Jacob Willcox no duelo australiano com Liam O´Brien e o português Frederico Moraes na derrota para o sul-africano Jordy Smith.

TRANSMISSÃO AO VIVO - Todas as etapas do World Surf League Championship Tour 2024 podem ser assistidas ao vivo pelo Sportv e Globoplay, parceiros de mídia da WSL no Brasil. Neste ano, a transmissão em português pelos canais da WSL, pela primeira vez está sendo produzida no Brasil e também pelo WorldSurfLeague.com e Aplicativo e Canal da WSL no YouTube, pode ser acessada a transmissão em espanhol e em inglês.

Operação que investiga relação de PCC com licitações prende 14

Operação que investiga participação do Primeiro Comando da Capital (PCC) em licitações públicas prendeu na terça-feira (16) 14 pessoas, incluindo três vereadores, das cidades paulistanas Ferraz de Vasconcelos, Santa Isabel e Cubatão. Além deles, foram presos funcionários públicos, advogados e empresários. A Operação Muditia é iniciativa do Ministério Público de São Paulo e da Polícia Militar

As prisões são temporárias, pelo prazo de cinco dias. "Essa prisão é processual. Ao final desse prazo, ela pode ser prorrogada e convertida posteriormente em prisão preventiva", explicou o promotor Yuri Fisberg, responsável pela Operação Muditia, em entrevista à imprensa. Segundo o promotor, as prisões foram necessárias que os suspeitos não atrapalhem as investigações.

Durante as buscas, os policiais estiveram em 11 prédios públicos, 21 conjuntos residenciais e dez comerciais e recolheram quatro armas, mais de 200 munições, 22 celulares e notebooks. Também encontraram dinheiro: R$ 3,5 milhões em cheques, R$ 600 mil em espécie e quase 9 mil dólares.

Dos 11 prédios públicos que foram alvos de busca e apreensão, sete eram prefeituras [Guararema, Poá, Itatiba, Ferraz de Vasconcelos, Santa Isabel, Arujá e Cubatão] e quatro eram sedes de Câmaras Municipais [Ferraz de Vasconcelos, Santa Isabel, Arujá e Cubatão]. O promotor Fisberg ressalta que nem todas as prefeituras que são alvo da operação teriam participação no esquema. Os promotores não forneceram os nomes dos investigados, já que a operação corre sob sigilo e ainda está em curso.

Pelo menos oito empresas estão sendo investigadas. De acordo com o promotor, uma delas chegou a movimentar mais de R$ 200 milhões em contratos públicos.

Deflagrada na terça-feira, a Operação Muditia agiu em diversas cidades do estado de São Paulo. Em uma semana, é a segunda operação que apura o envolvimento de integrantes da facção criminosa PCC na disputa de licitações públicas de diversas prefeituras do estado de São Paulo. Promotores envolvidos na investigação ressaltam que o PCC tem expandido os negócios para além do tráfico de drogas, mirando contratos com o poder público.

No último dia 9 de abril, foi deflagrada a Operação Fim da Linha, em que diretores de duas empresas de ônibus da capital paulista foram presos por suspeita de ligação com a facção criminosa

"Acho que tanto a operação de hoje quanto a operação da semana passada deixam bem claro que hoje em dia, pensar nessa facção criminosa como atrelada unicamente ao tráfico de drogas, ao crime de roubo, ou a esses crimes violentos, de longe não mais corresponde à verdade. O que essas operações deixam muito claro é que há uma sofisticação na atividade dessa organização criminosa, que demanda de nossa parte também uma articulação maior de transmissão de informações, de atuação conjunta, porque eu acho que somente assim a gente vai conseguir, de fato, combater essa organização", disse o promotor Frederico Silvério na entrevista coletiva.

O nome da operação, Muditia, alude ao grupo econômico investigado e também aos principais contratos que foram firmados entre o PCC e o poder público e que envolvia mão-de-obra terceirizada voltada à limpeza e a postos de fiscalização e controle.

Segundo o promotor Yuri Fisberg, as duas operações, embora tenham focos semelhantes, são realizadas por equipes diferentes e não têm ligação entre si. "Essa investigação é absolutamente distinta, o núcleo de atuação, pelo menos ao longo do que foi apurado até agora, é totalmente distinto. Mas assim como na outra operação da semana passada relacionada às empresas de ônibus, [elas mostram que] o PCC tem diversificado sua atuação e dado maior complexidade à sua atuação em diversos ramos, inclusive no ramo público".

A investigação apontou que a estrutura criminosa simulava concorrência pública com empresas parceiras ou de um mesmo grupo econômico. "Em resumo, são algumas empresas investigadas, ou em nome de pessoas associadas ao PCC ou em nome de laranjas, às vezes funcionários de algumas dessas empresas, que concorriam e simulavam competição em licitações de câmaras e prefeituras e também do estado de São Paulo. Basicamente, prestação de serviços de facilities, ou seja, mão de obra com limpeza, postos de fiscalização e controle", explicou o promotor Fisberg.

"O objetivo era, a partir do controle de empresas, direcionar o resultado de licitações, especialmente na área da limpeza", detalhou Emerson Massera, coronel da Polícia Militar.

Também há indicativos da corrupção sistemática de agentes públicos e políticos e diversos outros delitos – como fraudes documentais e lavagem de dinheiro. As empresas investigadas atuavam de forma recorrente a frustrar a competição de contratações de mão-de-obra terceirizada no estado.

"O que temos são três núcleos bem distintos. No primeiro deles, empresários e funcionários das empresas atuavam na parte operacional, com uma liderança vinculada à facção criminosa. Havia também os advogados que atuavam para essa operação e, o terceiro núcleo era formado pelos agentes políticos e servidores públicos, que facilitavam o serviço mediante contraprestação, ou seja, mediante indícios de propina para favorecer tais empresas no âmbito público", explicou Fisberg.

"Estamos tratando de uma organização criminosa que atua em parceria, favorecendo a facção, em três eixos. Um deles é a prática desses crimes de fraude em licitações. Paralelamente, nós temos a prática dos crimes de corrupção, com o envolvimento dos agentes públicos que recebem parte de valor para facilitar, auxiliar e favorecer as contratações dessas pessoas que compõem a organização criminosa; e essas pessoas jurídicas, essas sociedades empresariais, que eram usadas para a lavagem de dinheiro [do tráfico]. Então, são três eixos que se interligam: a lavagem de dinheiro, a organização criminosa e a corrupção dos agentes públicos", acrescentou a promotora Flávia Flores.

Segundo o promotor Fisberg, para impedir que novos crimes como esse, que envolvem licitações públicas, continuem existindo, é preciso mais do que as ações que já estão previstas na nova Lei de Licitações. "A gente precisa caminhar muito em compliance nas prefeituras e órgãos públicos", disse Fisberg. (Agência Brasil)

Justiça autoriza transporte hidroviário na capital paulista

A Justiça de São Paulo autorizou na segunda-feira (15) o início da operação do sistema de transporte hidroviário na Represa Billings, na zona Sul da capital paulista. Segundo a prefeitura, o novo meio de transporte, chamado de Aquático-SP, irá beneficiar cerca de 380 mil moradores das regiões do Grajaú, Pedreira e Cocaia

A decisão da Justiça foi tomada após recurso da São Paulo Transporte (SPTrans), administradora municipal do transporte coletivo na cidade, contra uma ação do Ministério Público, do fim de março, que alegava falta de estudos de impacto ambiental. O desembargador Nogueira Diefenthaler considerou, no recurso, os alvarás emitidos pela Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (Cetesb) autorizando a operação das embarcações na represa.

A empresa escolhida para operar as embarcações foi a Transwolff, alvo da operação Fim da Linha do Ministério Público, acusada de ter ligação com a facção criminosa Primeiro Comando da Capital (PCC). Como a empresa atualmente está sob intervenção em razão da investigação, a própria SPTrans, segundo a prefeitura, dará continuidade a operação do sistema hidroviário.

"O Aquático-SP é o primeiro modo de transporte coletivo público por embarcações na cidade de São Paulo e o trajeto da operação assistida será realizado entre os parques Cantinho do Céu, na região do Grajaú, e Mar Paulista (Pedreira)", destacou a prefeitura, em nota. (Agência Brasil)

PM lança diretriz para fortalecer o combate ao crime organizado em SP

A Polícia Militar lançou uma diretriz de combate ao crime organizado, que determina um plano de ações e estratégias para os agentes de segurança para enfrentamento às organizações criminosas. Integrantes de diferentes divisões da corporação participaram do evento, realizado na terça-feira (16), na zona oeste de São Paulo.

A nova diretriz vai orientar sobre a atuação dos policiais militares para fazerem frente ao crime organizado, sobre a importância da capacitação e da reação das forças de segurança de forma estratégica para desmantelar esses grupos.

Os agentes participarão de cursos de combate ao crime organizado, de inteligência financeira e cyber inteligência, estruturados pelo Centro de Inteligência da Polícia Militar.

Na atual gestão da Secretaria da Segurança Pública, diversas operações foram viabilizadas para combater a atuação dos criminosos, asfixiando financeiramente a estrutura criminal. "Agora, a criação de uma cultura organizacional voltada para o combate ao crime organizado vai fazer ainda mais diferença em todos os indicadores criminais, como já temos visto resultados efetivos nos últimos tempos", enfatizou o secretário estadual da Segurança Pública, Guilherme Derrite.

O documento destaca os termos no enfrentamento às diferentes situações que os agentes públicos estão suscetíveis, como terrorismo, crime organizado, organização criminosa, terrorismo criminal, insurgência criminal e "black points". A intenção é preparar os policiais para agirem em qualquer uma dessas ocasiões.

"Há alguns anos era praticamente proibido falar em terrorismo no Brasil, mesmo com 20 criminosos armados com fuzis e explosivos, atirando em um policial, mesmo com essas quadrilhas implantando medo na população, dominando cidades. Nessa diretriz falamos disso. A única diferença do terrorismo que acontece aqui para o de outros países é que não tem uma motivação política ou religiosa. A finalidade é exclusivamente econômica, o bandido quer dinheiro", pontuou o comandante-geral da Polícia Militar, coronel Cássio Araújo de Freitas.

Ele explicou que é dever da Polícia Militar acabar com a cultura ilícita das facções criminosas e construir uma "blindagem ética da instituição" para agir em diferentes condições, atacando os alicerces que mantêm organização criminosa: economia e cultura ilícitas, domínio de território, cognição e ação criminal. "É dever da instituição agir com estratégia para acabar quebrar ou criar fissuras em todos eles."

SP e Blumenau iniciam este mês cooperação técnica para troca de conhecimentos na área de abertura de governo

A cidade de Santa Catarina terá apoio para ciar planos de ação de governo aberto e construir uma plataforma de participação social baseada no código aberto usado no "Participe+"

As Prefeituras de São Paulo e Blumenau começam a trabalhar ainda este mês para troca de conhecimentos na área de abertura de governo. Nesta segunda-feira (15), houve a assinatura de acordo de cooperação técnica para que a cidade de Santa Catarina crie planos de ação de governo aberto e construa uma plataforma de participação social baseada no código aberto usado no "Participe+". A assinatura do documento pelo prefeito Ricardo Nunes contou com a presença do prefeito de Blumenau, Mário Hildebrandt. São Paulo é pioneira em governo aberto, possuindo gabarito técnico em estratégias de transparência, participação social, prestação de contas e uso de inovação e tecnologia na elaboração de políticas públicas.

Em contrapartida, Blumenau fornecerá apoio técnico para criação de um sistema de apoio para o Programa Agentes de Governo Aberto para controle de dados, horas e oficinas do programa, que darão rapidez ao projeto e segurança de dados. "O Acordo de Cooperação entre São Paulo e Blumenau é mais um passo na construção de um ecossistema de Governo Aberto no país. É inspirador que São Paulo, pioneira em Governo Aberto, seja referência quem quer promover a pauta", afirmou a coordenadora de Governo Aberto, Patrícia Marques.

Para o secretário municipal da Casa Civil, Fabrício Cobra, ''o acordo de cooperação é um marco na consolidação da agenda de Governo Aberto no Brasil. Ao unir a expertise de São Paulo com o comprometimento de Blumenau com os valores da agenda, estamos construindo uma base sólida para o desenvolvimento de políticas públicas inovadoras e centradas no cidadão''.

A Coordenadoria de Governo Aberto (CGA) da Secretaria da Casa Civil de São Paulo é responsável pela elaboração dos planos de ação na cidade. Atualmente, está em andamento o 3º plano de ação, com objetivo de dar abrangência à abertura de governo, além de construir boas práticas em nível internacional por meio de parceria.

Restaurantes Bom Prato na capital recebem a Campanha Consumo Consciente

Dois restaurantes do Programa Bom Prato, na capital, participarão da campanha Consumo Consciente durante o mês de abril. São as unidades do Brás, na região central, e São Mateus, na zona leste. A iniciativa é fruto de uma parceria entre a Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social (SEDS) e a Enel Distribuição São Paulo, e consiste na substituição de lâmpadas tradicionais, que consomem mais energia, por novas e mais econômicas. Os frequentadores do Bom Prato podem levar suas lâmpadas usadas para fazer a troca.

O Bom Prato Brás receberá a campanha entre os dias 15 e 19 de abril. Depois será a vez de São Mateus, que terá a iniciativa para a população entre os dias 22 e 26 de abril.

Uma equipe da distribuidora Enel São Paulo realizará as trocas das lâmpadas incandescentes ou fluorescentes por lâmpadas novas de LED, que são mais econômicas e eficientes. A equipe também aproveita a ocasião para orientar a população sobre consumo consciente de energia.

Para a troca, basta levar uma conta de energia recente, um documento com foto e as lâmpadas antigas.

CESAR NETO

www.cesarneto.com

CÂMARA (São Paulo)
Já são 3 os vereadores que não devem disputar [todos já afirmaram isso] reeleições 2024: o presidente e virtual vice-prefeito Milton Leite (União), Fernando Holiday (agora no PL) e o bispo (igreja Universal) Atílio Francisco (Republicanos)

PREFEITURA (São Paulo)
Prefeito Ricardo Nunes (MDB) foi a Brasília e pediu ao deputado Arthur Lira (PP - AL), presidente da Câmara Federal, empenho numa lei que dê às prefeituras o poder de punir concessionárias de energia elétrica [como a Enel em São Paulo]

ASSEMBLEIA (São Paulo)
Como ontem completaram-se 40 anos dos comícios que pediam Diretas Já [pra presidência], vale lembrar que o PT - do hoje novamente deputado estadual Suplicy - tinha o Zé Dirceu se preparando pra ser eleito deputado de 1987 até 1991

GOVERNO (São Paulo)
Em 1984, quando há 40 anos rolaram comícios que pediam Diretas Já [pra presidência], o governador era Franco Montoro (PMDB) e o prefeito da capital (indicado por Montoro) era Mario Covas (PMDB), depois senador e governador (PSDB)

CONGRESSO (Brasil)
Deputado Glauber Braga (PSOL Rio), marido da deputada Sâmia Bonfim (PSOL - SP), agrediu com empurrões e pontapé, um integrante do MBL. O deputado Kim Kataguiri (União SP) e o Partido Liberal da família Bolsonaro pedem a cassação

PRESIDÊNCIA (Brasil)
Viagem à Colômbia será o tempo que Lula (dono do PT) precisa, pra contornar rejeições [popular e funcionalismo], provocadas pelas mudanças nos projetos via Haddad (Fazenda) das reformas e regulamentações, financeiras e econômicas?

PARTIDOS (Brasil)
Se as mudanças de partido entre prefeitos [podem por ser majoritárias] e vereadores [podem somente na 'janela de trocas'] foi grande, imaginem o que pode rolar em 2026 com deputados federais [governadores e senadores idem prefeitos]

JUSTIÇAS (Brasil)
Conselho Nacional de Justiça, que tá punindo Gabriela Hardt, juíza federal substituta de Moro [na Lava Jato] e mais 3 juízes, via corregedor Luís Salomão, visa aperfeiçoar o Judiciário no controle e transparência administrativa e processual ...

ANO 32
O jornalista Cesar Neto assina esta coluna de política na imprensa [Brasil] desde 1993. Recebeu "Medalha Anchieta" da Câmara [São Paulo] e "Colar de Honra ao Mérito" da Assembleia [São Paulo], como referência das liberdades possíveis

cesar@cesarneto.com

Jornal O DIA S. Paulo

Administração e Redação
Matriz:
Rua Carlos Comenale, 263
3º andar
CEP: 01332-030

Filial: Curitiba / PR

Jornalista Responsável
Angelo Augusto D.A. Oliveira
Mtb. 69016/SP

Assinatura on-line
Mensal: R$ 20,00
Agência Brasil - EBC

Publicidade Legal
Atas, Balanços e Convocações
Fone: 3258-1822

Periodicidade: Diária
Exemplar do dia: R$ 3,50
Impressão: Grafica Pana

A opinião de nossos colaboradores não representa necessariamente nossa opinião

E-mail: contato@jornalodiasp.com.br
Site: www.jornalodiasp.com.br

FMI projeta crescimento de 3,2% do PIB mundial

O Fundo Monetário Internacional (FMI) projeta crescimento de 3,2% para o Produto Interno Bruto (PIB) mundial, tanto em 2024 como em 2025. O percentual é o mesmo observado também em 2023. De acordo com o informe Perspectivas da Economia Mundial, divulgado na terça-feira (16) pela entidade, o Brasil crescerá 2,2% em 2024 e 2,1% em 2025.

Segundo o informe, colaboram para o resultado mundial a desaceleração das economias emergentes e em desenvolvimento (4,3% em 2023 a 4,2% em 2024 e 2025), associada à "ligeira aceleração" das economias avançadas (1,6% em 2023; 1,7% em 2024 e 1,8% em 2025).

O país com projeção de maior crescimento é a Índia (6,8% em 2024; e 6,5% em 2025). Para a China, a previsão é de crescimento de 4,6% este ano; e de 4,1% em 2025. A Rússia deverá crescer 3,2% em 2024 e 1,8% em 2025.

Já os Estados Unidos têm um crescimento projetado de 2,7% em 2024, e de 1,9% em 2025, enquanto a Zona do Euro deverá colher um crescimento econômico de 0,8% em 2024 e de 1,5% em 2025.

Inflação

Sobre a inflação mundial, o FMI explica que a previsão é que caia de forma constante: 6,8% em 2023; 5,9% em 2024 e 4,5% em 2025.

"A atividade econômica foi surpreendentemente resiliente durante a desinflação mundial de 2022 e 2023. Conforme a inflação caía de seu pico em 2022, a atividade econômica cresceu de forma constante, apesar dos índices de estagflação [termo utilizado para descrever cenários de estagnação com inflação] e recessão mundial", detalhou o informe.

Entre os motivos apontados para o crescimento lento que vem sendo observado estão os efeitos a mais longo prazo da pandemia, a guerra na Ucrânia, o baixo crescimento da produção e a divisão geoeconômica.

Segundo o levantamento, o crescimento do emprego e dos rendimentos mantém-se constante, devido a uma "evolução positiva do lado da procura" – em especial relativa ao gasto público, aos consumos locais maiores que o previsto e à expansão da oferta.

Apesar de ver equilíbrio para as perspectivas mundiais, o FMI pondera que há riscos de uma nova escalada de preços por causa de tensões geopolíticas, como a da guerra na Ucrânia e o conflito em Gaza e Israel.

Na avaliação da entidade, esse cenário, associado à persistência da inflação em países de onde há fuga de mão de obra, pode refletir em aumento das expectativas de taxas de juros, bem como na redução de preços de ativos. (Agência Brasil)

Mercado mantém otimismo com inflação e economia

Expectativas de queda da inflação e otimismo com a economia do país. Este é o cenário projetado pelo mercado financeiro, segundo o boletim Focus, divulgado na terça-feira (14), em Brasília, pelo Banco Central.

Com relação ao PIB – Produto Interno Bruto, a soma de todas as riquezas produzidas no país –, é a nona semana seguida de alta nas estimativas, com o mercado esperando crescimento de 1,95% em 2024.

Na semana passada, esperase que a economia cresceria 1,9% no ano, e, há quatro semanas, a expansão estava em 1,8%. Para os anos subsequentes, a estimativa se mantém estável há diversas semanas em 2% para 2025, 2026 e 2027.

O mercado financeiro projeta uma inflação de 3,71% ao final de 2024, percentual abaixo do projetado há uma semana (3,76%). Há quatro semanas, esperava-se que o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) – considerada a inflação oficial do país – fecharia 2024 em 3,79%.

A estimativa para 2024 está dentro do intervalo da meta de inflação que deve ser perseguida pelo Banco Central. Definida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), a meta é 3% para este ano, com intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo. Ou seja, o limite inferior é 1,5% e o superior 4,5%. Para 2025 e 2026, as metas de inflação estão fixadas em 3%, com a mesma tolerância.

Selic e dólar

Câmbio e taxa básica de juros (Selic) romperam a expectativa de estabilidade, apresentando uma tendência de alta. No caso da Selic, cujas previsões anteriores estavam em 9% ao final de 2024, o mercado aumentou as estimativas para uma taxa de 9,13% este ano. As projeções se mantêm estáveis em 2025 (8,5%), 2026 e 2027 (8,5%).

Com relação ao dólar, o mercado aumentou de R$ 4,95 para R$ 4,97 a cotação esperada para o fim deste ano. Há quatro semanas, a cotação projetada estava em R$ 4,95. Para o ano que vem, as projeções da cotação da moeda norte-americana se mantêm estáveis há 14 semanas - em R$ 5. O mercado prevê uma cotação de R$ 5,03 para 2026; e de R$ 5,07 para 2027. (Agência Brasil)

Apenas 22% dos brasileiros têm boas condições de conectividade

Apenas 22% dos brasileiros com mais de 10 anos de idade têm condições satisfatórias de conectividade, apesar de o acesso à internet estar perto da universalização no país. Outros 33% da população está no nível mais baixo do índice que mede a conectividade significativa no país (de 0 a 2 pontos) e 24% ocupam a faixa de 3 a 4 pontos.

Os índices são mais baixos entre pretos e pardos, nas classes D e E, nas regiões Norte e Nordeste e nas cidades menores.

Os dados estão no estudo inédito Conectividade Significativa: propostas para medição e o retrato da população no Brasil, lançado na terça-feira (16) pelo Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR (NIC.br), braço executivo do Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br). O estudo mediu a qualidade e efetividade do acesso da população às tecnologias digitais a partir de variáveis como custo da conexão, uso diversificado de dispositivos, tipo e velocidade de conexão e frequência de uso da internet.

A partir dessas variáveis, foram estabelecidos diferentes níveis de conectividade significativa, o que resultou numa escala de 0 a 9, na qual o score zero indica ausência de todas as características aferidas, enquanto o nove denota a presença de todas elas.

Apesar de 84% da população do Brasil já ser usuária de internet, as condições desse acesso são bastante desiguais, na avaliação de Graziela Castello, coordenadora de estudos setoriais no Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (Cetic.br/NIC.br), e responsável pelo levantamento.

"Um jovem, por exemplo, que tem acesso apenas pelo celular, com um pacote de dados que termina antes do final do mês e sem conexão em casa, de saída já tem barreiras muito maiores para o aproveitamento das oportunidades da internet para sua formação e desenvolvimento profissional, quando comparado a outro jovem que consegue se conectar quando e onde quiser e que tem acesso a diferentes tipos de dispositivos, por exemplo", explica.

Raça, classe social e região

A análise dos dados com base na autodeclaração de cor ou raça dos participantes mostra que, entre os brancos, 32% estão na faixa mais alta de conectividade significativa (score entre 7 e 9). Já entre pretos e pardos, a porcentagem cai para 18%.

A distância também é verificada na comparação entre estratos sociais. Na classe A, a maioria (83%) está na melhor faixa de pontuação e apenas 1%, na pior. Por outro lado, entre as pessoas nas classes D e E, apenas 1% delas está na melhor faixa e a maioria (64%), na pior.

As regiões Norte e Nordeste têm as piores condições de conectividade significativa. No Norte, apenas 11% estão na faixa entre 7 e 9 pontos e 44% estão na faixa de 0 a 2 pontos. No Nordeste, os percentuais são de 10% e 48%, respectivamente. Por outro lado, as regiões Sul e Sudeste têm os melhores índices de usuários na faixa entre 7 e 9 pontos, com 27% e 31%, respectivamente.

Nas cidades com até 50 mil habitantes, 44% da população encontra-se na pior faixa da escala e nas com mais de 500 mil habitantes, a proporção negativa cai quase pela metade (24%). Em relação à área, enquanto 30% dos habitantes das localidades urbanas estão no grupo de pior faixa (até 2 pontos), 54% dos moradores de zonas rurais encontram-se nessa condição.

Gênero e faixa etária

O estudo mostrou que os entrevistados do sexo masculino apresentaram melhores índices de conectividade significativa, com 28% na faixa entre 7 e 9 pontos e 31% entre 0 e 2 pontos. Já as mulheres tiveram 17% na melhor faixa e 35% na faixa mais baixa.

Segundo a pesquisa, apesar de indicadores como a prevalência de usuários de internet no Brasil não mostrar distâncias significativas entre homens e mulheres, a análise combinada de indicadores revela condições de conectividade mais precárias para a população feminina, "sublinhando barreiras pré-existentes para sua inclusão produtiva, equiparação em renda, incidência pública e participação na vida social, política e econômica do país".

No recorte de faixa etária, o levantamento confirma a maior vulnerabilidade à exclusão digital dos idosos: 61% dos brasileiros com 60 anos ou mais apresentam scores mais baixos (até 2 pontos) de conectividade significativa.

Por outro lado, somente 16% e 24% dos usuários com idades entre 10 e 15 anos e 16 e 24 anos, respectivamente, estão na faixa mais alta (entre 7 e 9 pontos), contrariando a ideia de que os mais jovens apresentariam melhores indicadores no mesmo quesito. Os níveis mais elevados ocorrem justamente entre os grupos etários de maior incidência no mercado de trabalho (entre 25 e 44 anos).

"O estudo questiona a ideia de que os gargalos para inclusão digital seriam sanados por uma possível transição geracional, uma vez que os jovens já seriam super conectados. Quando olhamos para os usuários de internet de maneira geral, isso se confirma, mas ao complexificar a análise e entendermos a conectividade de como um todo, fica claro que uma parcela importante desse grupo possui condições precárias de conectividade e vai ingressar no mercado de trabalho com uma desvantagem grande", alerta Graziela Castello.

Redução da Disparidade

Ao analisar dados de anos anteriores, o estudo identificou uma redução na disparidade entre os grupos que ocupam os extremos da escala de conectividade significativa. Em 2017, 48% da população tinham score entre 0 e 2 e apenas 10% estavam na faixa de 7 a 9 pontos – uma distância de 38 pontos percentuais. Em 2023, a diferença entre eles recuou para 11 pontos percentuais.

Segundo Graziela, essa melhora progressiva, com a redução do grupo populacional com pior nível de conectividade e aumento do grupo com melhor nível, pode ser explicada por fatores como o crescimento da oferta de planos de conexão com maior velocidade pelas operadoras, mudanças nas formas e locais de uso pela população, que se intensificaram durante a pandemia.

"Até o aumento natural da frequência de uso da internet, que assumiu e assume cada vez mais centralidade em nossas vidas. Mas esse progresso, em parte também por melhorias de infraestrutura, parece ainda em velocidade bastante inferior às reais necessidades da população", diz.

Estudo

O estudo foi feito a partir do processamento de indicadores da pesquisa TIC Domicílios, para compreensão da qualidade de acesso às tecnologias digitais no país. A TIC Domicílios, realizada pelo Centro de Estudos sobre as Tecnologias da Informação e da Comunicação (Cetic.br), é a mais abrangente pesquisa amostral domiciliar especializada em tecnologias da informação e comunicação feita no país.

A ideia de "conectividade significativa" é um conceito em construção apoiado no entendimento de que a conexão deveria permitir utilização satisfatória de vários serviços na internet, possibilitando o aproveitamento das oportunidades no ambiente online.

De acordo com Graziela, as políticas públicas para resolver os gargalos desse setor devem ser orientadas pelas quatro dimensões utilizadas para medir a conectividade significativa: custo acessível, acesso a dispositivos, qualidade da conexão e ambientes de uso (frequência e locais de uso).

"As políticas devem ser orientadas para que todos os cidadãos e cidadãs tenham acesso a conexões intermitentes e de qualidade, em múltiplos lugares, com acesso a dispositivos adequados às necessidades e atividades que se pretenda desenvolver, a um custo compatível com a renda da população. Mas se deve levar em conta também as particulares sociais, econômicas e territoriais, para que as políticas atendam de maneira efetiva às diferentes realidades que compõem nosso país", avalia a coordenadora. (Agência Brasil)

Rodovias licitadas em SP receberão investimentos de R$ 4,3 bilhões

O governo de São Paulo realizou na terça-feira (16), na B3, o leilão de concessão de rodovias do Lote Litoral do estado. O Consórcio Novo Litoral, liderado pela Companhia Brasileira de Infraestrutura, venceu o leilão, que prevê investimentos de R$ 4,3 bilhões em melhorias nos trechos que ligam o Alto Tietê ao litoral sul.

Os trechos foram licitados na forma de parceria público-privada (PPP), que prevê a outorga de serviços públicos com cobrança de tarifa dos usuários e a aplicação de recursos por parte do estado em forma de contraprestação.

O critério do leilão foi o menor valor da contraprestação pública a ser paga pelo estado em favor da concessionária. A empresa que oferecesse o maior percentual de desconto sobre esse valor – fixado pelo governo em R$ 199 milhões – seria a vencedora do certame. O Consórcio Novo Litoral ofereceu 10,17% de desconto, vencendo o leilão.

Segundo o governo, os investimentos serão aplicados em duplicação, ampliação de vias, acessos, melhorias em dispositivos de acesso e retorno, obras de infraestrutura viária, além de serviços como atendimento por equipes de socorro mecânico, guincho, primeiros socorros e monitoramento das rodovias por sistemas de câmeras.

"Ao todo, serão mais de 90 km de duplicações, 10 km de faixas de ultrapassagem e 47 km de acostamentos. Também serão construídos 73 km de ciclovias e 27 novas passarelas para passagens de pedestres", informou, em nota, o governo estadual.

Há previsão também de adoção do sistema automático livre para o pagamento de tarifas de pedágio, conhecido como free flow.

A concessão integra o Programa de Parcerias e Investimentos do Estado (PPI-SP), com 30 anos de contrato. A fiscalização contratual será de responsabilidade da Agência de Transporte do Estado de São Paulo (Artesp).

O projeto contempla 213 km das rodovias SP-055 (Rodovia Padre Manoel da Nóbrega), SP-088 (Mogi-Dutra) e SP-098 (Mogi-Bertioga), que passam pelos municípios de Arujá, Itaquaquecetuba, Mogi das Cruzes, Bertioga, Santos, Praia Grande, Mongaguá, Itanhaém, Peruíbe, Itariri, Pedro de Toledo e Miracatu.

O governador do estado, Tarcísio de Freitas, comemorou a parceria com a iniciativa privada. "É um dia muito feliz pra nós, um dia de vitória", disse.

Ele acrescentou que o governo tem alcançado os desafios de atrair investimento e de estruturar bons projetos no contexto do PPI-SP.

"Nosso programa está se tornando uma realidade. Já foi o leilão do Rodoanel, bem sucedido, já foi o leilão do trem intercidades, também bem sucedido, hoje o leilão do Lote Litoral, bem sucedido, sexta-feira (19) nós vamos ter a privatização da Emae [Empresa Metropolitana de Águas e Energia], vai ser bem sucedido, é primeira privatização do nosso governo e por aí vai", disse.

Além da Emae, o governador lembrou ainda que nesta quarta-feira (17) haverá reunião do PPI "com novidades sobre a privatização da Companhia de Saneamento Básico do estado de São Paulo (Sabesp)". Segundo o governo estadual, passar a empresa para a iniciativa privada vai trazer mais recursos para o setor, permitindo a antecipação das metas de universalização da oferta de água e esgoto.

"É uma semana importante pra nós, uma semana de realização, uma semana de sinalização para o mercado que aqui tem um programa de infraestrutura vivo. A gente aprendeu a estruturar projetos, estão trazendo mercado, investimento vai chegar, e quem vai ganhar com isso é o usuário", disse o governador. (Agência Brasil)

Jamef Logísticas Especiais Ltda

CNPJ nº 46.383.095/0007-66 - NIRE: 43.9.2004492-7

Memorial Descritivo - Armazém Geral

Qualificação: Jamef Logísticas Especiais Ltda., pessoa jurídica de direito privado constituída sob a forma de sociedade limitada unipessoal, com sede social a Avenida Willy Eugênio Fleck, nº 310, anexo JLE, Bairro Sarandi no município de Porto Alegre/RS - CEP 91.150-180, CNPJ nº 46.383.095/0007-66, NIRE: 43.9.2004492-7. **Capital:** Sociedade é de R$ 10.000,00 (dez mil reais) dividido em 10.000 quotas sociais de valor nominal de R$ 1,00 (um real) cada, sendo totalmente integralizado neste ato em moeda corrente nacional, detido, em sua totalidade, pela Titular. **Capacidade:** A área de armazenagem do galpão é de 60 m2 (metro quadrado) e 28m3(metro cúbico). **Comodidade:** A unidade armazenadora apresenta condições satisfatórias que se refere á estabilidade estrutural e funcional, com condições de uso imediato. **Segurança:** De acordo com as normas técnicas do armazém, consoante a quantidade e a natureza das mercadorias, bem como com os serviços propostos no regulamento interno e aprovados pelo profissional no laudo técnico. **Natureza e Discriminação das Mercadorias:** Serão recebidas mercadorias nacionais e estrangeiras nacionalizadas. Serão armazenados produtos com controle especiais com anuência da ANVISA, são eles: **Produto Médico:** Produto para a saúde, tal como equipamento, aparelho, material, artigo ou sistema de uso ou aplicação médica, odontológica ou laboratorial, destinado á prevenção, diagnósticos, tratamento, reabilitação ou anticoncepção e que não utiliza meio farmacológico, imunológico ou metabólico para realizar sua principal função em seres humanos, podendo, entretanto, ser auxiliado em suas funções por tais meios. **Produto médico ativo:** Qualquer produto médico cujo funcionamento depende fonte de energia elétrica ou qualquer outra fonte de potência distinta da gerada pelo corpo humano ou gravidade e que funciona pela conversão desta energia. Não são considerados produtos médicos ativos, os produtos médicos destinados a transmitir. **Descrição Minuciosa dos Equipamentos do Armazém conforme o Tipo de Armazenamento:** Estante de Aço com 6 prateleiras na cor cinza, sendo o total de 30 unidades, com capacidade de armazenamento de até 180 kg por bandeja. Caixa Organizador Gaveteira Plástica preta Bin, sendo o total de 100 Unidades. **Operações e Serviços a que se Propõe:** Armazenagem; Gestão do estoque de terceiros; Processamento de pedidos; Manuseio dos materiais; Embalagem. São Paulo, 04 de Dezembro de 2023. **Jamef Logísticas Especiais Ltda - Pedro Francisco Maniscalco Neto -** Diretor Presidente.

Regulamento Interno - Armazém Geral

Jamef Logísticas Especiais Ltda., pessoa jurídica de direito privado, constituída sob a forma de sociedade limitada unipessoal, com sede social à Rua Miguel Mentem, nº 500, galpão 02, sala 1A, Bairro Vila Guilherme, CEP 02.050-010, município de São Paulo, no Estado de São Paulo, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ sob o nº 46.383.095/0001-70, com seus atos constitutivos arquivado na Junta Comercial do Estado de São Paulo - JUCESP sob o NIRE 35.2.3911426-3 qualifica a filial PORTO ALEGRE/RS estabelecida a Avenida Willy Eugênio Fleck, nº 310, anexo JLE, Bairro Sarandi no município de Porto Alegre/RS - CEP 91.150-180, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ sob o nº CNPJ nº 46.383.095/0007-66 e NIRE: 43.9.2004492-7, neste Regulamento Interno de Armazém Geral. **Artigo 1º -** Serão recebidas em depósito mercadorias diversas que não possuem natureza agropecuária. **Parágrafo Único.** Serviços acessórios serão executados desde que possíveis e desde que não seja contrário ás disposições legais. **Artigo 2º -** A juízo da direção, as mercadorias poderão ser recusadas nos seguintes casos: **I -** Quando não houver espaço suficiente para seu armazenamento; e **II -** Se, em virtude das condições em que elas se acharem, puderem danificar as mercadorias já depositadas. **Artigo 3º -** A responsabilidade pelas mercadorias em depósito cessará nos casos de alterações de qualidade provenientes da natureza ou do acondicionamento daquelas, bem como por força maior. **Artigo 4º -** Os depósitos de mercadorias deverão ser feitos por ordem do depositante, do seu procurador ou do seu preposto e será dirigida á empresa, que emitirá um documento especial (denominado Recibo de Depósito), contendo quantidade, especificações, classificação, marca, peso e acondicionamento das mercadorias. **Artigo 5º -** As indenizações prescreverão em três meses, contados da data em que as mercadorias foram ou deveriam ter sido entregues, e serão calculadas pelo preço das mercadorias em bom estado. **Artigo 6º -** O inadimplemento de pagamento de armazenagem acarretará vencimento antecipado do prazo de depósito, com a adoção do procedimento previsto no artigo 10 e parágrafo do Decreto nº1.102/1903. **Condições Gerais:** Os seguros e as emissões de warrants serão regidos pelas disposições do Decreto nº1.102/1903. 0 pessoal auxiliar e suas obrigações, bem como o horário de funcionamento dos armazéns e também os casos omissos serão regidos pelos usos e costumes da praxe comercial, desde que não contrários á legislação vigente. São Paulo, 04 de Dezembro de 2023. **Jamef Logísticas Especiais Ltda - Pedro Francisco Maniscalco Neto -** Diretor Presidente.

Tarifa Remuneratória - Armazém Geral

Jamef Logísticas Especiais Ltda., pessoa jurídica de direito privado, constituída sob a forma de sociedade limitada unipessoal, com sede social à Rua Miguel Mentem, nº 500, galpão 02, sala 1A, Bairro Vila Guilherme, CEP 02.050-010, município de São Paulo, no Estado de São Paulo, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ sob o nº 46.383.095/0001-70, com seus atos constitutivos arquivado na Junta Comercial do Estado de São Paulo - JUCESP sob o NIRE 35.2.3911426-3 qualifica a filial estabelecida a Avenida Willy Eugênio Fleck, nº 310, anexo JLE, Bairro Sarandi no município de Porto Alegre/RS - CEP 91.150-180, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ sob o nº CNPJ nº 46.383.095/0007-66 e NIRE: 43.9.2004492-7 como responsável pela Tarifa Remuneratória do Armazém Geral. Valores de todos os serviços relacionados à atividade de Armazém Geral: **• Tarifa de armazenagem (por período de 15 dias ou fração):** Por metro quadrado ou fração: R$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais); Por metro cubico ou fração: R$ 380,00 (trezentos e oitenta reais); Por "pallet": R$ 200,00 (duzentos reais). *Ad valorem* (por período de 15 dias ou fração) 0,50% sobre o valor da Nota Fiscal de Remessa. **• Tarifa de Movimentação:** Por unidade ou fração: R$ 12,00 (doze reais); Por caixa ou fração: R$ 22,00 (vinte e dois reais); Por pallet: R$ 30,00 (trinta reais). **Condições Gerais: a)** Caberá exclusivamente a **Jamef Logísticas Especiais Ltda.,** definir os critérios de aplicação da Tarifa de armazenagem e das tarifas de movimentação de acordo com o tipo/embalagem da Mercadoria. **b)** A Tarifa de movimentação será cobrada a cada movimentação da Mercadoria. **c)** O faturamento mínimo mensal por lote depositado será de R$ 5.000,00 (armazenagem, seguro e movimentação); **d)** Os serviços poderão ser faturados, a exclusivo critério da **Jamef Logísticas Especiais Ltda,** nos 15 e/ou 30 de cada mês, com prazo para pagamento de 10 dias. **e)** As mercadorias depositadas serão asseguradas direta e exclusivamente pela **Jamef Logísticas Especiais Ltda.** em seu nome. **f)** As Tarifas listadas neste documento terão validade para a unidade da empresa **Jamef Logísticas Especiais Ltda. g)** As Tarifas poderão ser alteradas a exclusivo critério da **Jamef Logísticas Especiais Ltda.,** respeitadas aquelas relativas aos períodos já contratados e observando o dispositivo no + 3º do artigo 8º do decreto Federal 1.102/1903. **h)** Os casos omissos serão solucionados pelos sócios da **Jamef Logísticas Especiais Ltda.,** com a observância ao regulamento Interno e legislação vigente. São Paulo, 04 de Dezembro de 2023. **Jamef Logisticas Especiais Ltda - Pedro Francisco Maniscalco Neto -** Diretor Presidente.

Jornal O DIA SP

Edição impressa produzida pelo **Jornal O Dia SP** com circulação diária, em bancas e para assinantes. As íntegras dessas publicações encontram-se disponíveis no site: https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

SECID - Sociedade Educacional Cidade de São Paulo S.A.

CNPJ/MF nº 43.395.177/0001-47 - NIRE 35.300.517.72-5

Extrato da Ata da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária Realizada em 24 de Novembro de 2023

No dia 24/11/2023, às 18:00h, na sede social da Companhia. **Presença:** Presença de acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia. **Mesa:** Presidente: Fábio Marcel Fossen; Secretário: Felipe Coragem Negrão. **Deliberações:** Em sede de Assembleia Geral Ordinária: (i) Aprovar as contas dos administradores, os balanços patrimoniais e o resultado econômico da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2022, os quais foram preparados em conformidade com a Lei e com o Estatuto Social e encontram-se devidamente arquivados na sede da Companhia. (ii) Destinar o lucro líquido apurado no exercício social encerrado em 31/12/2022, no valor de R$ 34.837.979,20, conforme segue: a. o montante de R$ 1.741.898,96 correspondente a 5% do Lucro Líquido, à constituição da reserva legal, nos termos do artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações e em conformidade com o artigo 14, § 1º (i) do Estatuto Social da Companhia; b. 0 montante de R$ 8.274.020,06, correspondente a 25% do Lucro Líquido ajustado, à distribuição aos acionistas da Companhia a título de dividendo mínimo obrigatório, nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações e em conformidade com o artigo 14, § 1º (ii) do Estatuto Social da Companhia; e c. 0 montante de R$ 24.822.060,18, correspondente a 70% do Lucro Líquido ajustado, destinado para a conta de reserva de lucro, em conformidade com o artigo 14, § 2º do Estatuto Social da Companhia. (iii) Reeleger, para o mandato unificado de 2 anos, os seguintes membros da Diretoria: • **Fábio Marcel Fossen**, RG nº 11.759.617-6 SSP/SP, CPF/MF nº 129.618.518-40, para o cargo de **Diretor Presidente; • Felipe Coragem Negrão**, RG nº 27.467.265-0 SSP/SP, CPF/MF sob o nº 251.120.518-17, para o cargo de **Diretor Financeiro e Administrativo; e • Luís Felipe Silva Bresaola**, RG nº 33.630.431-6 SSP/SP e CPF/MF sob o nº 326.765.678-88, para o cargo de **Diretor Sem Designação Específica.** Os Diretores acima reeleitos tomam posse de seus cargos com novo mandato, mediante assinatura do termo de posse lavrado em livro próprio, constantes nos **Anexos I, II e III** à presente ata, tendo declarado, sob as penas da lei que não estarem impedidos por lei especial, ou condenados por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou condenado à pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, como previsto no §1º do artigo 147 da Lei nº 6.404/76. Os mandatos terão validade até 28 de abril de 2025, ficando os Diretores eleitos em pleno exercício até a reeleição ou posse e investidura de eventuais substitutos em Assembleia Geral, nos termos do artigo 8º, § 3º do Estatuto Social da Companhia. Em sede de Assembleia Geral Extraordinária: (i) aprovar a alteração do § único do Artigo 2º do Estatuto Social, em decorrência da abertura de filiais aprovada pela Diretoria em 05 de abril de 2023, conforme ata registrada na JUCESP, em sessão de 19/04/2023, sob o nº 149.830/23-3, passando a vigorar com a seguinte redação: *"Artigo 2. A Companhia tem sede na Capital do Estado de São Paulo, que é seu foro, na Rua Cesário Galero, nº 432/448, Tatuapé, CEP 03071-000 e, podendo, por decisão da sua Diretoria, abrir, alterar e encerrar filiais, escritórios e quaisquer outros estabelecimentos em qualquer parte do território nacional ou do exterior, com ou sem destaque de capital para tanto. § Único: A Companhia possui as filiais: Rua Butantã, nº 285, Bairro Pinheiros, Município e Estado de São Paulo, CEP: 05424-140, CNPJ: 43.395.177/0004-90; Rua Honório Maia, nº 145, Parte, 1º andar, Bairro Maranhão, Município e Estado de São Paulo, CEP 03072-000, CNPJ: 43.395.177/0005-70; Rua Meio Peixoto, nº 1.285, Bairro Tatuapé, Município e Estado de São Paulo, CEP 03070- 000, CNPJ: 43.395.177/0006-51; Rua Antônio de Barros, nº 648, Bairro Tatuapé, Município e Estado de São Paulo, CEP 03089-970, CNPJ: 43.395.177/0007-32; Rua Cesário Galero, nº 475 a 483, Bairro Tatuapé, Município e Estado de São Paulo, CEP 03.071-000, CNPJ: 43.395.177/0002-28; Rua Galvão Bueno, nº 868, 1º Andar, Anexo Parte Bloco C, Bairro Liberdade, Município e Estado de São Paulo, CEP 01.506-000, CNPJ: 43.395.177/0008-13; Avenida Imperatriz Leopoldina, nº 550, Bloco 2, Condomínio Campus Villa-Lobos, Bairro Vila Leopoldina, Município e Estado de São Paulo, SP, CEP: 05305-000, CNPJ: 43.395.177/0009-02; Rodovia Augusto Montenegro, nº 61, parte II, bairro Castanheira, Município de Belém, Estado do Pará CEP: 66.645-001, CNPJ: 43.395.177/0015-42; Rua Rio Branco, nº 693, parte II, bairro Centro, Município de Breves, Estado de Pará, CEP: 68.800-000, CNPJ: 43.395.177/0013-80; Avenida Senador Salgado Filho, nº 1.480, sala 01, bairro Tirol, Município de Natal, Estado do Rio Grande do Norte CEP: 59.022-000, CNPJ: 43.395.177/0012-08; Avenida Paulo VI, nº 438, Loja, parte II, bairro Pituba, Município de Salvador, Estado da Bahia, CEP: 41.810-001, CNPJ: 43.395.177/0011-19; na Avenida Moreira César, nº 114, Sala 01, bairro Centro, Município de Sorocaba, Estado de São Paulo, CEP: 18.010-010, CNPJ: 43.395.177/0010-38; e Rua Jaime Pantaleão de Morais, nº 305, parte II, bairro Aterrado, Município de Volta Redonda, Estado do Rio de Janeiro, CEP: 27.213-111, CNPJ: 43.395.177/0014-61."* (ii) aprovar o aumento de capital social da Companhia, no valor de R$ 57.600.000,00, passando **de** R$55.882.398,00, para R$113.482.398,00 sem a emissão de novas ações, nos termos do Artigo 169, § 1º da Lei da S.A., neste ato, totalmente subscritas e integralizadas mediante aproveitamento de adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC), realizado pela acionista Cruzeiro do Sul Educacional S.A. com que os demais acionistas concordam, renunciando expressamente ao seu direito de preferência. Em decorrência da presente deliberação, o Artigo 5º, caput, do Estatuto Social, passará a vigorar com a seguinte redação: *"Artigo 5. O capital social, totalmente subscrito e integralizado em bens e moeda corrente nacional, é de R$ 113.482.398,00, dividido em 2.962.398 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal."* (iii) aprovar a consolidação do Estatuto Social da Companhia, em razão da deliberação acima, o qual deverá ser lido de acordo com o **Anexo IV** à presente ata. **Encerramento:** Nada mais. São Paulo/SP, 24/11/2023. **Mesa: Fábio Marcel Fossen** - Presidente; **Felipe Coragem Negrão** - Secretário. **JUCESP** nº 466.210/23-1 em 13/12/2023. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

Intimação Penhora Prazo de 20 dias Processo nº 0029052-66.2022.8.26.0100 O Doutor Regis de Castilho Barbosa Filho, Juiz da 41ª Vara Cível - Foro Central Cível SP, na forma da lei. Faz saber ao executado SHALOM FADLON, suíço, casado, empresário, portador do Passaporte n.º F010508-5, inscrito no CPF/MF nº 743.501.101-00, e sua esposa ELIZABETH DOWDS, de qualificação ignorada, nos autos do Cumprimento de sentença, requerido pelo Condomínio Vila do Oiteiro, no qual se procedeu a PENHORA dos imóveis em titularidade da parte executada matriculados sob nºs 28.763, 28.765, 28.760 e 28.761, perante o Oficial de Imóveis de Porto Seguro - BA. Estando o executado e sua cônjuge em lugar ignorado, foi determinada a intimação da penhora por edital, para que em 15 dias, a fluir após os 20 dias supra, ofereçam impugnação, sob pena de prosseguir o feito em seus ulteriores termos. Afixe-se e Publique-se na forma da lei.

Edital de Citação. Prazo 20 dias. Processo nº 1017705-04.2022.8.26.0008. O Dr. Antonio Manssur Filho, Juiz de Direito da 2ª Vara Cível do Foro Regional do Tatuapé/ SP, Faz Saber a Rogerio Varanda da Silva que Condomínio Edifício Vivace Club, lhe ajuizou uma AÇÃO DE COBRANÇA, para receber a quantia de R$ 1.767,31, referente ao não pagamento das despesas condominiais da unidade 154, bloco 3. Estando o réu em lugar ignorado, foi deferida a citação por edital, para os atos e termos da ação proposta e para que no prazo de 15 dias, a fluir os 20 dias supra, conteste o feito. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o edital, afixado e publicado na forma da lei. São Paulo, 11/04/2024.

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS, expedido nos autos da Ação de Usucapião, PROCESSO Nº 1062221-95.2020.8.26.0100 (U-860) A Dra. GISELA AGUIAR WANDERLEY, MM. Juíza de Direito da 1ª Vara de Registros Públicos, do Foro Central Cível, da Comarca de SÃO PAULO, do Estado de São Paulo, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a Maria Celina da Silva, Rubem Vicente da Silva, Fernando Cabral Dias, Wilson Andreoli, Cleide Teci Andreoli, Oswaldo Pimentel Portugal e Lacy Pimentel Portugal, réus ausentes, incertos, desconhecidos, eventuais interessados, bem como seus cônjuges, se casados forem, herdeiros e/ou sucessores, que Andrea Regina Maran Lopes e Marcio Roberto Lopes da Silva ajuizou(ram) ação de USUCAPIÃO, visando a declaração do domínio do imóvel situado na Rua Capitão John Cordeiro e Silva, nº 123, Jardim Luso, São Paulo-SP, CEP 04421-060, objeto da transcrição nº 233.215 do 11º Oficial de Registro de Imóveis da Capital, alegando posse mansa e pacífica no prazo legal. Estando em termos, expede-se o presente edital para citação dos supramencionados para que, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a fluir após o prazo de 20 dias úteis, contestem o feito. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. São Paulo, 21 de março de 2024.

Edital de Citação. Prazo 20 dias. Processo nº 1041839-13.2022.8.26.0100. O Dr. VALDIR DA SILVA QUEIROZ JUNIOR, Juiz de Direito da 9ª Vara Cível da Capital/ SP , Faz Saber a PAULO EDUARDO DE MELLO RYDLEWSKI (RG nº 9.040.856-SP e CPF/MF nº 006.201.168-54), CARLOS ALBERTO DE MELLO RYDLEWSKI (RG nº 7.700.059-SP e CPF/ MF nº 672.808.628-53), CLAUDIA CRISTINA DE MELLO RYDLEWSKI (CPF/MF nº 047.802.108-95), THEREZA MARIA BASTOS DE MELLO (RG nº 922.906-SP e CPF/MF nº 672.808.628-53) e CLAUDIO JOSÉ RYDLEWSKI (RG nº 958.869-PR e CPF/MF nº 447.554.148-49,) que CONDOMÍNIO EDIFÍCIO DAS FONTES lhe ajuizou ação de Execução de Título Extrajudicial, objetivando a quantia de R$ 12.552,76, referente ao não pagamento dos débitos condominiais do apartamento nº 52,. Estando os executados em lugar ignorado, expede-se edital, para que em 03 dias, a fluir dos 20 dias supra, paguem o débito atualizado, ocasião em que a verba honorária será reduzida pela metade, ou em 15 dias, embarguem ou reconheçam o crédito do exequente, comprovando o depósito de 30% do valor da execução, inclusive custas e honorários, podendo requerer que o pagamento restante seja feito em 6 parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% (um por cento) ao mês, sob pena de penhora de bens e sua avaliação. Será o presente, afixado e publicado. São Paulo, 02/04/2024.

TRINITY ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.

CNPJ/ME Nº 17.077.752/0001-53- NIRE 35.300.584.465

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

São convidados os senhores acionistas da **Trinity Energias Renováveis S.A.** a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada às 9:00 horas do dia 29 de abril de 2024, na sede social da Companhia, localizada na Rua Olimpíadas, nº 134, 12º Andar, Vila Olímpia, no município de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04.551-000, a fim de deliberar sobre as seguintes matérias: 1) Prestação de contas dos administradores, exame, discussão e votação das demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023. 2) Proposta da Diretoria sobre a destinação do resultado líquido do exercício e distribuição de dividendos. 3) Eleição dos membros efetivos e dos suplentes do Conselho Fiscal para o corrente exercício e fixação de sua remuneração. 4) Aprovação a correção da expressão monetária do capital social. Acham-se à disposição dos senhores acionistas, na sede social, os documentos da Administração, exigidos pelo artigo 133 da Lei nº 6.404/76.

São Paulo, 17 de abril de 2024.

João Alberto Bertin Sanches

Diretor Presidente

BBC Processadora S.A.

CNPJ nº 04.792.521/0001-80 – NIRE 35.300.187.687

Ata da Reunião da Diretoria realizada em 2.2.2024

Aos 2 dias do mês de fevereiro de 2024, às 10h10, reuniram-se, na sede social, Núcleo Cidade de Deus, Prédio Prata, 4º andar, Vila Yara, Osasco, SP, CEP 06029-900, os membros da Diretoria da Sociedade sob a presidência do senhor José Ramos Rocha Neto, que convidou o senhor Cassiano Ricardo Scarpelli como secretário. Durante a reunião, os diretores registraram o pedido de renúncia formulado pelo senhor **Edson Marcelo Moreto** ao cargo de Diretor, em carta desta data (2.2.2024), cuja transcrição foi dispensada, a qual ficará arquivada na sede da Sociedade para todos os fins de direito. Nada mais foi tratado, encerrando-se a reunião e lavrando-se esta Ata que, aprovada pelos diretores presentes, será enviada para que assinem eletronicamente. aa) José Ramos Rocha Neto, Cassiano Ricardo Scarpelli, Rogério Pedro Câmara, André David Marques, Carlos Leibowicz e Marcos Valério Tescarolo. **Declaração:** Declaramos para os devidos fins que a presente é cópia fiel da Ata lavrada no livro próprio e que são autênticas, no mesmo livro, as assinaturas nele apostas. **BBC Processadora S.A.** aa) Dagilson Ribeiro Carnevali e Miguel Santana Costa - *Procuradores*. **Certidão** - Secretaria de Desenvolvimento Econômico - JUCESP - Certifico o registro sob o número 138.950/24-6, em 3.4.2024. a) Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1006166-86.2019.8.26.0609 O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 3ª Vara Cível, do Foro de Taboão da Serra, Estado de São Paulo, Dr(a). Guilherme Cavalcanti Lamêgo, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a LÚCIO CLEBERSON BARBOSA FERREIRA, Brasileiro, Solteiro, Empresário, CPF 054.411.623-25, com endereço à Rua Pequetita, 170, Vila Olimpia, CEP 04552-060, São Paulo - SP, que lhe foi proposta uma ação de Monitória por parte de Comercio de Bebidas Marques Dourado Eireli - Epp, alegando em síntese: cobrança de R$ 8.529,80 (08/2019), referente as duplicatas vencidas e não pagas em favor da empresa requerida. Encontrando-se o(a)(s) réu(ré)(s) em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 15 dias (art. 702 do NCPC), que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, pague a importância demandada, ou ofereça embargos monitórios. Fica(m) o(a)(s) réu(ré)(s) advertido(a)(s) de que, se pago o valor, ficará(ão) isento(a)(s) de custas processuais; se não oferecidos os embargos, caso em que será nomeado curador especial, ou rejeitados os embargos, constituir-se-á, de pleno direito, o título executivo judicial, prosseguindo-se o processo em observância ao disposto no Título II do Livro I da Parte Especial, no que for cabível. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei.

Mercado Livre investirá R$ 23 bilhões no Brasil

O Mercado Livre, empresa voltada ao comércio eletrônico, anunciou R$ 23 bilhões em investimentos nas operações planejadas para o Brasil este ano. O número foi apresentado pelo CEO da empresa, Fernando Yunes, ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva, durante a reunião realizada na segunda-feira (16) no Palácio do Planalto.

A expectativa é de que o quadro da empresa no país chegue a 30 mil funcionários, caso se concretize a expectativa de mais de 6,5 mil este ano. Lula usou as redes sociais para repassar os números apresentados durante a reunião com Yunes.

"Recebi, no Palácio do Planalto, o CEO do Mercado Livre no Brasil, Fernando Yunes, ao lado de ministros do governo. No encontro, Yunes anunciou a contratação de mais de 6,5 mil pessoas no Brasil, chegando a um quadro total de quase 30 mil funcionários", postou Lula no X.

"Além de gerar empregos, o Mercado Livre vai investir R$ 23 bilhões em operações no nosso país só em 2024, o maior número da história da empresa, que investiu R$ 1 bilhão em 2018. Com esse aporte, crescem os empregos, cresce a economia e cresce o poder de compra dos brasileiros. Contem com o governo federal", complementou o presidente. (Agência Brasil)

Copel ultrapassa a marca de 720 mil medidores inteligentes instalados no Paraná

A Copel atingiu um marco significativo no avanço da tecnologia de medição elétrica, com a instalação bem-sucedida de mais de 720 mil medidores inteligentes em residências e estabelecimentos comerciais de 91 municípios do Paraná. A ação, que não representa custo adicional para os consumidores, faz parte do programa Rede Elétrica Inteligente, um dos maiores programas de modernização da rede de distribuição da América Latina, que está ampliando a eficiência no fornecimento de energia e criando o cenário ideal para a consolidação das cidades inteligentes.

A troca dos medidores convencionais por medidores inteligentes, que transmitem sinais diretamente para as centrais da Copel, está acontecendo em três fases. A primeira fase do programa na região Sudoeste do Paraná está próxima da conclusão, com 469 mil medidores já conectados à central de operações da Copel.

A segunda fase já abrangeu 253 mil medidores em 20 dos 28 municípios previstos nas regiões Centro-Sul e Metropolitana de Curitiba. Recentemente, os municípios de Araucária, Contenda e Fazenda Rio Grande foram finalizados. Na última semana, os trabalhos iniciaram em Balsa Nova e Campo do Tenente. Em maio, será a vez de Imbituva, Fernandes Pinheiro, Guamiranga, Porto Amazonas, São João do Triunfo e Rebouças.

A terceira fase tem previsão de iniciar na última semana de maio em Cascavel e, na sequência, em Santa Tereza do Oeste, para a seguir abranger mais 48 municípios do Oeste do Paraná.

O investimento previsto para as três primeiras fases do programa, abrangendo toda a região Sul do Paraná, é de aproximadamente R$ 820 milhões. Serão 1,6 milhão de medidores no total.

Com os medidores inteligentes, no caso de falta de energia, a Copel pode identificar automaticamente a extensão do desligamento e localizar o ponto de origem da interrupção com mais precisão, permitindo o restabelecimento mais ágil do fornecimento para os domicílios afetados.

A modernização dos medidores é acompanhada de investimentos de automação na rede da distribuidora, formando um conjunto que permite ao consumidor acompanhar o consumo em tempo real por meio do aplicativo da Copel para celulares – onde também é possível solicitar serviços, acompanhar débitos e recuperar informações para pagamento de contas atrasadas, entre outras funcionalidades. (AENPR)

SP pagará R$ 800 mensais a estudantes do Provão Paulista matriculados na USP

Os alunos da rede estadual aprovados no Provão Paulista receberão uma bolsa permanência de R$ 800 mensais até o fim do curso. O benefício será pago a 450 estudantes já a partir deste mês de abril.

O convênio que institui o auxílio foi firmado entre a Secretaria da Educação do Estado de São Paulo (Seduc-SP) e a Universidade de São Paulo (USP). O investimento no pagamento da bolsa permanência nos próximos cinco anos é de quase R$ 65 milhões

O benefício será direcionado a 30% das 1.500 vagas destinadas à USP no Provão Paulista e voltado a estudantes com renda familiar inferior ou até um salário-mínimo e meio.

"O primeiro grande passo foi colocar 15 mil vagas à disposição dos nossos estudantes das escolas públicas nas melhores universidades do país, que estão aqui em São Paulo. Agora que esses estudantes iniciaram, nós estamos preocupados com a sua permanência, com a sua capacidade de continuar os estudos. Então, por isso, o Governo do Estado lança a sua bolsa permanência, com 800 reais pros estudantes poderem tranquilamente continuar toda a sua graduação", explica o secretário da Educação, Renato Feder.

A cada ano, mais 450 alunos oriundos da rede estadual e aprovados no Provão Paulista serão integrados ao projeto. Os valores serão repassados à USP mensalmente, que definirá as regras para adesão à bolsa e métodos de pagamentos. A seleção dos estudantes será por ordem de classificação no Provão Paulista.

Além da renda mensal familiar, assiduidade e acompanhamento do desempenho pela USP serão critérios para a continuidade no projeto. O convênio terá vigência de cinco anos.

SECID - Sociedade Educacional Cidade de São Paulo S.A.

CNPJ/MF Nº 43.395.177/0001-47 - NIRE 35300517725

Ata da Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 04 de Abril de 2024

No dia 04/04/2024, às 10H, na sede social, com a totalidade dos membros de acionistas representando 100% do capital social. **Mesa: Presidente:** Felipe Coragem Negrão; **Secretário:** Luís Felipe Silva Bresaola. **Deliberações Unânimes:** Aprovar a realização da Emissão e da Oferta, com as seguintes características e condições principais, as quais serão detalhadas e reguladas por meio da Escritura de Emissão: (i) Destinação dos Recursos: os recursos obtidos pela Emissora com a Emissão, serão integralmente utilizados pela Emissora para **(a)** resgate antecipado facultativo total da 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em série única, da Emissora ("Debêntures da Primeira Emissão"), o qual deverá ser realizado nos termos da Escritura da Emissão; e **(b)** o montante excedente, caso houver, gestão de passivos da Emissora; (ii) Número da Emissão: a Emissão constitui a 3ª emissão de debêntures da Emissora; (iii) Valor Total da Emissão: o valor total da Emissão será de R$173.250.000,00 na Data de Emissão (conforme abaixo definida) ("Valor Total da Emissão"); (iv) Quantidade de Debêntures: foram emitidas 173.250 Debêntures; (v) Número de Séries: a Emissão será realizada em série única; (vi) Data de Emissão: para todos os fins de direito e efeitos, a data de emissão das Debêntures é a data prevista na Escritura de Emissão ("Data de Emissão"); (vii) Prazo e Data de Vencimento: as Debêntures terão prazo de 5 anos contados da Data de Emissão, de forma que vencerão na data prevista na Escritura de Emissão ("Data de Vencimento"), ressalvadas as hipóteses de resgate antecipado das Debêntures ou de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, nos termos previstos na Escritura de Emissão; (viii) Valor Nominal Unitário: o valor nominal unitário das Debêntures será de R$1.000,00, na Data de Emissão ("Valor Nominal Unitário"); (ix) Espécie: as Debêntures são da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, a ser convolada em espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, observado o disposto no item (x) abaixo; (x) Convolação em Debêntures da Espécie com Garantia Real: uma vez efetivada a constituição das Garantias Reais, as Debêntures deixarão de ser da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, e passarão a ser da espécie com garantia real, mediante a celebração de aditamento à Escritura de Emissão apenas para fins formais, de forma indicar a convolação da espécie das Debêntures de "quirografária, com garantia adicional fidejussória" para "com garantia real" sem que seja necessária a realização de qualquer ato societário adicional da Emissora, da Fiadora ou de assembleia geral de Debenturistas para aprovação do referido aditamento; (xi) Atualização Monetária: o Valor Nominal Unitário não será atualizado monetariamente; (xii) Remuneração das Debêntures: Sobre o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso, incidirão juros remuneratórios correspondentes a 100,00% das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, *over extra grupo*, expressa na forma percentual ao ano, base 252 Dias Úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela B3 no informativo diário disponível em sua página na internet (http://www.b3.com.br) ("Taxa DI"), acrescida de uma sobretaxa de 1,54% ao ano, base 252 Dias Úteis ("Remuneração"), calculados de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis*, por dias úteis decorridos, desde ou a Data de Pagamento da Remuneração (conforme abaixo definida) imediatamente anterior (inclusive) até a Data de Pagamento da Remuneração em questão, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento. A Remuneração será calculada de acordo com a fórmula descrita na Escritura de Emissão; (xiii) Pagamento da Remuneração das Debêntures: sem prejuízo dos pagamentos em decorrência de vencimento antecipado e resgate antecipado das Debêntures, nos termos previstos na Escritura de Emissão, a Remuneração será paga trimestralmente, dia 12 dos meses de janeiro, abril, julho e outubro de cada ano, a partir da Data de Emissão, sendo o primeiro pagamento devido em 12/07/2024 e o último na Data de Vencimento, conforme será previsto na Escritura de Emissão ("Data de Pagamento da Remuneração"); (xiv) Amortização do Valor Nominal Unitário: sem prejuízo dos pagamentos em decorrência do vencimento antecipado e resgate antecipado das Debêntures, nos termos previstos na Escritura de Emissão, o Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, será amortizado em 16 parcelas trimestrais e sucessivas, sendo o primeiro pagamento em 12/07/2025, conforme tabela descrita na Escritura de Emissão; (xv) Resgate Antecipado Facultativo: a Emissora poderá, a qualquer momento a partir da Data de Emissão, realizar o resgate antecipado facultativo da totalidade (sendo vedado o resgate parcial) das Debêntures, com o consequente cancelamento de tais Debêntures ("Resgate Antecipado Facultativo"). O valor a ser pago em relação a cada uma das Debêntures objeto do Resgate Antecipado Facultativo será equivalente ao seu respectivo Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, acrescido **(i)** da Remuneração, calculada *pro rata temporis,* desde a primeira Data de Integralização ou da Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento do Resgate Antecipado Facultativo; **(ii)** dos Encargos Moratórios devidos e não pagos até a data do referido resgate, se for o caso, e; **(iii)** do prêmio *flat,* incidente sobre o Valor Nominal Unitário, ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, conforme tabela indicada na Escritura de Emissão ("Prêmio"). Os demais termos e condições do Resgate Antecipado Facultativo encontrar-se-ão descritos na Escritura de Emissão. (xvi) Oferta de Resgate Antecipado Facultativo: A Emissora poderá, a seu exclusivo critério, a qualquer tempo a partir da Data de Emissão, realizar oferta de resgate antecipado da totalidade das Debêntures (sendo vedada oferta facultativa de resgate antecipado parcial das Debêntures), endereçada a todos os Debenturistas, sem distinção, assegurada a igualdade de condições a todos os Debenturistas para aceitar ou não o resgate antecipado das Debêntures de que forem titulares ("Oferta de Resgate Antecipado Facultativo" ou "Oferta de Resgate Antecipado"). Os demais termos e condições da Oferta de Resgate Antecipado Facultativo encontrar-se-ão descritos na Escritura de Emissão (xvii) Amortização Extraordinária Facultativa: a Emissora poderá, a qualquer tempo, a partir da Data de Emissão, e a seu exclusivo critério, promover a amortização extraordinária facultativa do Valor Nominal Unitário ou do saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, até o limite de 98% do saldo do Valor Nominal Unitário ("Amortização Extraordinária Facultativa"). A Amortização Extraordinária Facultativa será realizada mediante o pagamento da: **(a)** parcela do Valor Nominal Unitário ou do saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, acrescida da **(b)** Remuneração, calculada sobre o Valor Nominal Unitário ou do saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, a ser paga extraordinariamente, *pro rata temporis* desde a primeira Data de Integralização ou a Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data da efetiva Amortização Extraordinária Facultativa e acrescido de **(c)** do Prêmio, conforme tabela indicada na Escritura de Emissão. Os demais termos e condições da Amortização Extraordinária Facultativa encontrar-se-ão descritos na Escritura de Emissão; (xviii) Aquisição Facultativa: A Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures em Circulação, observado o disposto no artigo 55, § 3º, da Lei das Sociedades por Ações, bem como os termos e condições da Resolução CVM nº 77, de 29/03/2022, conforme alterada ("Resolução CVM 77") demais regras expedidas pela CVM, devendo tal fato, se assim exigido pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis, constar do relatório da administração e das Demonstrações Financeiras Consolidadas Auditadas da Emissora (conforme definido na Escritura de Emissão). As Debêntures adquiridas pela Emissora nos termos previstos na Escritura de Emissão poderão, a exclusivo critério da Emissora **(a)** ser canceladas, **(b)** permanecer na tesouraria da Emissora; ou **(c)** ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma remuneração das demais Debêntures. (xix) Encargos Moratórios: em caso de impontualidade no pagamento de qualquer quantia devida sob as Debêntures, além da Remuneração, os débitos em atraso, devidamente atualizados, ficarão sujeitos **(a)** à multa moratória convencional, irredutível e de natureza não compensatória de 2% sobre o valor devido e não pago até a data do efetivo pagamento; e **(b)** aos juros de mora não compensatórios calculados desde a data do inadimplemento até a data do efetivo pagamento, à taxa de 1% ao mês, calculados *pro rata temporis,* sobre o montante devido e não pago, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial ("Encargos Moratórios"); (xx) Garantias Reais: Em garantia do fiel, pontual e integral cumprimento de todas **(i)** as obrigações relativas ao pontual e integral pagamento, pela Emissora, do Valor Nominal Unitário das Debêntures, da Remuneração, do Valor do Resgate Antecipado Facultativo, dos Encargos Moratórios e dos demais encargos, relativos às Debêntures e às Garantias (conforme abaixo definidas), quando devidos, seja na data de pagamento ou em decorrência de resgate antecipado das Debêntures, ou de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, conforme previsto na Escritura de Emissão e nos Contratos de Garantia; **(ii)** as obrigações relativas a quaisquer outras obrigações pecuniárias assumidas pela Emissora nos termos das Debêntures e das Garantias, incluindo obrigações de pagar honorários, despesas, custos, encargos, tributos, reembolsos ou indenizações, bem como as obrigações relativas ao Banco Liquidante, ao Escriturador, à B3, ao Agente Fiduciário e demais prestadores de serviço envolvidos na Emissão; e **(iii)** as obrigações de ressarcimento de toda e qualquer importância que o Agente Fiduciário e/ou os Debenturistas venham a desembolsar no âmbito da Emissão e/ou em virtude da constituição, manutenção e/ou realização das Garantias, bem como todos e quaisquer tributos e despesas judiciais e/ou extrajudiciais incidentes sobre a excussão de tais Garantias, nos termos dos respectivos contratos, conforme aplicável ("Obrigações Garantidas"), as Debêntures contarão com as seguintes garantias reais (a) alienação fiduciária em caráter irrevogável e irretratável, em favor dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, de 74.936.092 quotas de emissão da IPE ("Quotas Alienadas") representativas de 74.936.092 quotas de emissão da Sociedade ("Quotas Alienadas") representativas de 83,33% do capital social da Sociedade, sendo (i) 74.936.091 (setenta e quatro milhões, novecentos e trinta e seis mil e noventa e uma) quotas de titularidade da Emissora e (ii) 1 quota de titularidade da Fiadora, assim como todos os direitos políticos das Quotas Alienadas e os direitos econômicos das Quotas Alienadas, bem como quaisquer ativos ou direitos nos quais as Quotas Alienadas sejam ou venham a ser convertidas a qualquer momento ("Alienação Fiduciária"). Os demais termos e condições da Alienação Fiduciária encontrar-se-ão detalhados expressamente no *"Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Quotas em Garantia e Outras Avenças",* a ser celebrado entre a Emissora, Fiadora, a IPE e o Agente Fiduciário ("Contrato de Alienação Fiduciária"), observado o disposto na Escritura de Emissão; e (b) cessão fiduciária, pela IPE, em caráter irrevogável e irretratável, em favor dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, de determinados direitos creditórios da IPE, nos termos do *"Instrumento Particular de Constituição de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Direitos sobre Conta Vinculada em Garantia e Outras Avenças",* a ser celebrado entre a IPE, o Agente Fiduciário e a Emissora, na qualidade de interveniente-anuente ("Contrato de Cessão Fiduciária de Recebíveis" e, em conjunto com o Contrato de Alienação Fiduciária, denominados de "Contratos de Garantia"), observado o disposto na Escritura de Emissão, os quais deverão, obrigatoriamente, ser depositados e transitar na conta vinculada, de movimentação restrita de titularidade da IPE no Banco Administrador ("Cessão Fiduciária de Recebíveis" e, em conjunto com a Alienação Fiduciária denominadas de "Garantias Reais"). Os demais termos e condições da Cessão Fiduciária de Recebíveis encontrar-se-ão expressamente previstos no Contrato de Cessão Fiduciária de Recebíveis; (xxi) Garantia Fidejussória: em garantia do fiel, pontual e integral pagamento de todas as Obrigações Garantidas, a Fiadora, na qualidade de fiadora, prestará fiança, em favor dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário ("Fiança" e, quando referida em conjunto com as Garantias Reais, "Garantias"), obrigando-se, por meio da Escritura de Emissão e na melhor forma de direito, como devedora solidária e principal pagadora de todos os valores devidos pela Emissora no âmbito da Emissão e da Escritura de Emissão, até a final liquidação das Debêntures, nos termos descritos na Escritura de Emissão; (xxii) Distribuição Parcial: não será permitida a distribuição parcial das Debêntures; (xxiii) Colocação e Procedimento de Distribuição: as Debêntures serão objeto de distribuição pública, exclusivamente para Investidores Profissionais, nos termos da Resolução CVM 160, sob o regime de garantia firme de colocação no montante do Valor Total da Emissão, com a intermediação do Coordenador Líder, nos termos do *"Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública, sob o Regime de Garantia Firme de Colocação, de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Fidejussória, a ser Convolada em Espécie com Garantia Real, em Série Única, da 3ª (Terceira) Emissão da SECID - Sociedade Educacional Cidade de São Paulo S.A.",* a ser celebrado entre a Emissora e o Coordenador Líder ("Contrato de Distribuição"). (xxiv) Vencimento Antecipado Automático: A ocorrência de quaisquer dos seguintes eventos de vencimento antecipado automático acarretará o vencimento antecipado automático das obrigações decorrentes das Debêntures, independentemente de convocação de assembleia geral de Debenturistas ou de qualquer forma de aviso ou notificação, judicial ou extrajudicial pelo Agente Fiduciário nesse sentido, observados os demais termos e condições a serem previstos na Escritura de Emissão: **(a)** inadimplemento, pela Emissora, das obrigações pecuniárias devidas aos Debenturistas nas respectivas datas de vencimento, conforme previsto na Escritura de Emissão; **(b)** propositura de ação judicial como ato preparatório de pedido de recuperação judicial ou de recuperação extrajudicial ou pedido de recuperação judicial ou submissão aos credores de pedido de negociação de plano de recuperação extrajudicial, formulado pela Emissora, pela Fiadora, e/ou por suas Controladas (conforme definido na Escritura de Emissão), diretas ou indiretas; **(c)** extinção, liquidação, dissolução, insolvência, propositura de ação judicial como ato preparatório de pedido de autofalência ou pedido de autofalência, pedido de falência não elidido e/ou contestado no prazo legal ou decretação de falência da Emissora, da Fiadora, ou de suas Controladas; **(d)** alteração do atual Controle (conforme definido na Escritura de Emissão) acionário, direto ou indireto, da Emissora, sem prévia anuência, dos Debenturistas, representando, no mínimo, 75% das Debêntures em Circulação (conforme definido na Escritura de Emissão), reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, exceto no caso de: reorganizações societárias entre as sociedades do mesmo Grupo Econômico (conforme definido na Escritura de Emissão), desde que o novo controlador da Emissora seja empresa do Grupo Econômico e a Fiadora permaneça como controladora, ainda que indireta, da Emissora; **(e)** redução do capital social da Emissora ou da Fiadora, sem o prévio consentimento dos Debenturistas representando, no mínimo, 75% das Debêntures em Circulação, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definido na Escritura de Emissão); **(f)** não utilização dos recursos líquidos obtidos com a Emissão nos termos da Escritura de Emissão; **(g)** transferência ou qualquer forma de cessão a terceiros, pela Emissora ou pela Fiadora, das obrigações assumidas na Escritura de Emissão, exceto se a referida transferência ou cessão ocorrer por sucessão em decorrência de reorganizações societárias entre as sociedades do Grupo Econômico que não resulte em alteração do controle atual da Emissora, direto ou indireto, nos termos do artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações; **(h)** declaração de vencimento antecipado de qualquer dívida ou obrigação pecuniária ou financeira da Emissora, da Fiadora, ou de suas respectivas Controladas ("Grupo Econômico"), no mercado local ou internacional, cujo valor ultrapasse **(h.1)** R$5.000.000,00 ou seu equivalente em outras moedas, salvo se, exclusivamente neste caso, a Emissora comprovar ao Agente Fiduciário, em até 10 dias corridos da data em que a Emissora, a Fiadora ou qualquer Controlada, conforme aplicável, foi notificada pelos respectivos credores e agentes fiduciários, conforme o caso, que o referido não pagamento (i) foi sanado pela Emissora, pela Fiadora e/ou pela respectiva Controlada; ou (ii) teve seus efeitos suspensos por meio de qualquer medida judicial, arbitral ou administrativa; ou **(h.2)** R$50.000.000,00 ou seu equivalente em outras moedas, sendo certo que, neste caso, as exceções previstas no subitem (**h.1**) acima não serão aplicáveis; **(i)** alienação e/ou venda **(i.1)** da IPE; ou **(i.2)** de quaisquer das universidades detidas pela Emissora, pela Fiadora e/ou por suas atuais Controladas, exceto se (i) a referida alienação e/ou venda seja previamente aprovada por Debenturistas, representando, no mínimo, 75% Debêntures em Circulação, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas; ou (ii) a referida alienação e/ou venda seja exigência do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), desde que tal alienação e/ou venda não inclua a IPE e/ou quaisquer universidades detidas pela IPE; **(j)** alienação de bens e direitos da Fiadora, da Emissora e/ou do Grupo Econômico, e/ou prestação de garantias de qualquer espécie a terceiros pela Fiadora, pela Emissora e/ou pelo Grupo Econômico, exceto em qualquer uma das seguintes situações: **(j.1)** quando os valores somados não ultrapassarem R$50.000.000,00 anuais; **(j.2)** para prorrogação e/ou renovação das operações existentes em relação aos bens já vinculados; **(j.3)** quando tratarem-se de bens e/ou direitos de empresas e/ou instituições de ensino que vierem a ser adquiridas pelo Grupo Econômico após a presente Emissão, sendo, neste caso, permitidas coobrigações das instituições de ensino adquiridas, integrantes do Grupo Econômico; **(j.4)** para operações de crédito ou financiamento a investimento com recursos de bancos e/ou fundos de desenvolvimento e/ou constitucionais nacionais e/ou internacionais; **(j.5)** para aquisição e/ou locação de imóveis; e/ou **(j.6)** se aprovado por Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas; **(k)** pagamento de dividendos, juros sobre o capital próprio, amortização de ações, bonificações em dinheiro e outras remunerações, cujo valor isoladamente ou em conjunto, exceda 25% do lucro líquido que vier a ser registrado pela Emissora e pela Fiadora em caso de não cumprimento dos compromissos pecuniários assumidos com a Emissão; **(l)** invalidade, inexequibilidade ou nulidade da Escritura de Emissão (ou de qualquer de suas disposições); **(m)** cisão, fusão, incorporação (inclusive de ações) ou qualquer forma de reorganização envolvendo a Emissora, a Fiadora e/ou suas respectivas Controladas, exceto reorganizações societárias entre as sociedades do mesmo Grupo Econômico, e desde que não resulte em alteração do Controle atual da Emissora, direto ou indireto, e que a IPE continue sendo controlada diretamente pela Emissora; **(n)** decisão judicial transitada em julgado ou arbitral definitiva, de natureza condenatória, contra a Emissora, a Fiadora ou suas Controladas, cujo valor ultrapasse R$5.000.000,00 ou seu equivalente em outras moedas, e que possa causar um Efeito Adverso Relevante; **(o)** não celebração e aperfeiçoamento dos Contratos de Garantia, o que inclui a obtenção de todos os registros previstos em lei, no prazo de que trata a Escritura de Emissão; e **(p)** transformação do tipo societário da Emissora, nos termos do artigo 220 da Lei das Sociedades por Ações. (xxv) Vencimento Antecipado Não Automático: Ocorrendo qualquer dos seguintes eventos de vencimento antecipado não automático ("Evento de Vencimento Antecipado Não Automático"), o Agente Fiduciário deverá convocar, em até 2 (dois) Dias Úteis contados da data em que tomar conhecimento de sua ocorrência, Assembleia Geral de Debenturistas, a se realizar no prazo mínimo previsto em lei, para deliberar sobre a não declaração do vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, observados, em qualquer caso, os quóruns específicos de aprovação a serem previstos na Escritura de Emissão: **(a)** não pagamento, na respectiva data de vencimento, de quaisquer obrigações pecuniárias e/ou financeiras da Emissora, da Fiadora e/ou de suas Controladas, no mercado local ou internacional, em valor, individual ou agregado, superior a R$5.000.000,00, ou o equivalente em outras moedas, e que não seja regularizada(o) no prazo previsto no respectivo instrumento contratual, ou, na ausência de prazo específico para tanto, no prazo máximo de 5 Dias Úteis contados da data em que a Emissora, a Fiadora ou qualquer Controlada, conforme aplicável, seja notificada pelos respectivos credores e agentes fiduciários, conforme o caso; **(b)** protestos de títulos contra a Emissora, a Fiadora ou contra suas Controladas, cujo valor individual ou agregado ultrapasse o equivalente em reais a R$5.000.000,00 ou seu valor equivalente em outras moedas, salvo se, no prazo de 10 (dez) Dias Úteis da data de notificação para pagamento ou no prazo apontado na notificação, o que for menor, a Emissora e a Fiadora ou as suas Controladas, tiverem comprovado ao Agente Fiduciário que o protesto **(b.1)** foi cancelado; ou **(b.2)** teve a sua exigibilidade suspensa por depósito ou decisão judicial; **(c)** caso as declarações feitas pela Emissora ou Fiadora na Escritura de Emissão provem-se ou revelem-se falsas, insuficientes, imprecisas, incorretas ou inconsistentes; **(d)** descumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação não pecuniária prevista na Escritura de Emissão não sanada dentro de um prazo de 10 Dias Úteis da data do referido descumprimento, sendo que esse prazo não se aplica às obrigações para as quais tenha sido estipulado prazo de cura específico; **(f)** caso as Garantias venham a se tornar, total ou parcialmente, inválidas, nulas, ineficazes, inexequíveis ou insuficientes, desde que **(f.1)** no caso da Cessão Fiduciária de Recebíveis e da Alienação Fiduciária, não tenham sido substituídas pela Emissora e/ou pela IPE, nos termos previstos nos respectivos Contratos de Garantia; ou **(f.2)** no caso da Fiança, não tenha sido substituída previamente pela Emissora e/ou pela Fiadora de forma satisfatória aos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, dentro de um prazo de 15 dias contados da notificação à Emissora e/ou da Fiadora neste sentido; (**g**) realização de ato de qualquer autoridade governamental com o objetivo de sequestrar, expropriar, nacionalizar, desapropriar ou de qualquer modo adquirir, compulsoriamente, totalidade ou parte substancial dos ativos, propriedades e das ações de emissão da Emissora, da Fiadora e/ou de suas Controladas; **(h)** não observância, pela Emissora, durante toda a vigência da Emissão, do índice de Dívida Financeira Líquida/EBITDA (conforme definido na Escritura de Emissão) igual ou inferior a 3,0, a ser apurado pela Emissora com base nas Demonstrações Financeiras Consolidadas Auditadas da Fiadora (conforme definido na Escritura de Emissão) e nas memórias de cálculo elaboradas pela Fiadora, e acompanhadas pelo Agente Fiduciário anualmente, no prazo de até 10 Dias Úteis contados da data de recebimento, pelo Agente Fiduciário, das informações indicadas no âmbito da Escritura de Emissão, a partir, inclusive, das Demonstrações Financeiras Consolidadas Auditadas da Fiadora relativas a 31 de dezembro de 2023 ("Índices Financeiros"); **(i)** se a Escritura de Emissão e/ou as Garantias **(j.1)** forem objeto de questionamento judicial pela Emissora e pela Fiadora, conforme aplicável, ou por terceiros no que concerne à sua constituição, validade, eficácia e exigibilidade em favor dos Debenturistas; ou **(j.2)** de qualquer forma, deixarem de existir ou forem rescindidas; **(k)** descumprimento de decisão judicial transitada em julgado ou arbitral definitiva, de natureza condenatória, contra a Emissora, a Fiadora ou suas Controladas, cujo valor ultrapasse R$5.000.000,00 ou seu equivalente em outras moedas; e **(l)** alteração ou modificação do objeto social disposto no estatuto social da Emissora, da Fiadora ou no contrato social de suas Controladas, de forma a excluir as atividades ali previstas e/ou de forma a agregar novos negócios que tenham prevalência ou possam representar desvios em relação às atividades atualmente desenvolvidas. (xxvi) Demais Características: as demais características da Emissão são aquelas especificadas na Escritura de Emissão. Aprovar a constituição, pela Companhia, da Alienação Fiduciária, após a quitação integral das Debêntures da Primeira Emissão, em favor dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, em garantia do fiel, pontual e integral cumprimento de todas as Obrigações Garantidas. Os demais termos e condições da Alienação Fiduciária encontrar-se-ão expressamente previstos no Contrato de Alienação Fiduciária. Aprovar a constituição, pela IPE da Cessão Fiduciária de Recebíveis, após a quitação integral das Debêntures de Primeira Emissão, em favor dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, em garantia do fiel, pontual e integral cumprimento de todas as Obrigações Garantidas. Os demais termos e condições da Cessão Fiduciária de Recebíveis encontrar-se-ão expressamente previstos no Contrato de Cessão Fiduciária de Recebíveis. Autorizar a diretoria da Companhia a adotar todas as medidas necessárias para a efetivação da Emissão e da Oferta, incluindo, mas não se limitando a **(i)** celebração de todos os documentos, incluindo a Escritura de Emissão, o Contrato de Distribuição, os Contratos de Garantia, o Contrato de Conta Vinculada, seus eventuais aditamentos, e praticar todos os atos necessários ou convenientes à Emissão, à Oferta e a constituição da Alienação Fiduciária, inclusive mediante a constituição de mandatários para tanto; e **(ii)** contratar o Coordenador Líder e os demais prestadores de serviços necessários para a Emissão e a Oferta, incluindo Agente Fiduciário, Banco Liquidante, Escriturador, a B3, consultores jurídicos e demais instituições que, eventualmente, sejam necessárias para a realização da Emissão e da Oferta, fixando-lhes os respectivos honorários. Aprovar a exceção à regra disposta no artigo 10º, parágrafo 3º do Estatuto Social da Companhia, para a outorga da Procuração, de forma que a Procuração permaneça vigente, exclusivamente, durante todo o prazo de duração do Contrato de Alienação Fiduciária, conforme o caso, e/ou até a liquidação integral das Obrigações Garantidas. Ratificar todos os atos que tenham sido praticados pela administração da Companhia relacionados às matérias acima. **Encerramento:** Nada mais. **Mesa**: Felipe Coragem Negrão, **Presidente**; e Luis Felipe Silva Bresaola, **Secretário**. **JUCESP** nº 132.479/24-2 em 09/04/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

NÓRDICA VEÍCULOS S/A

CNPJ/MF: 77.997.187/0001-74 - NIRE: 41300004218

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

Ficam convocados os Srs. Acionistas da Nórdica Veículos S.A., para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária - (AGOE) a ser realizada às 09h00, do dia 30/04/2024, na sede social da Companhia, localizada na Rua Alfred Nobel, 795, CIC, Curitiba/PR, a fim de deliberarem sobre as seguintes matérias:

EM AGO:

(i) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social da companhia encerrado em 31/12/2023;

(ii) Destinação do resultado do exercício de 2023;

(iii) Eleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia;

(iv) Fixar o montante da remuneração dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria da companhia;

EM AGE:

(I) Aumento de Capital por Incorporação de Reservas;

(II) Assuntos Gerais.

Curitiba, 15 de abril de 2024.

Diretor Superintendente

Paulo Roberto Pizani

IMARIBO S/A - INDÚSTRIA E COMÉRCIO

CNPJ/MF: 76.486.463/0001-77 - NIRE: 4130001199-1

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

Ficam convocados os Srs. Acionistas da Imaribo S/A - Indústria e Comércio, para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária - (AGOE) a ser realizada às 10h00, do dia 30/04/2024, na sede social da Companhia, localizada na Rua Alfred Nobel, 635, CIC, Curitiba/PR, a fim de deliberarem sobre as seguintes matérias:

EM AGO:

(i) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social da companhia encerrado em 31/12/2023;

(ii) Destinação do resultado do exercício de 2023;

(iii) Eleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia;

(iv) Fixar o montante da remuneração dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria da companhia;

EM AGE:

(I) Aumento de Capital por Incorporação de Reservas;

(II) Assunto Gerais.

Curitiba, 15 de abril de 2024.

Diretor Superintendente

Paulo Roberto Pizani

INTERCEMENT PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ nº 10.456.140/0001-22

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, a Administração submete à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023, colocando-se à disposição para qualquer esclarecimento.

São Paulo, 10 de abril de 2024

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS - 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais - R$)

	Nota explicativa	2023	2022
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	**22.121**	12.806
Impostos e contribuições a recuperar		**36.108**	24.866
Partes relacionadas	6	**847.420**	387.546
Outros créditos		**765**	267
Total do ativo circulante		**906.414**	425.485
Não circulante			
Partes relacionadas	6	**2.021.260**	2.519.521
Investimentos	4	**1.436.739**	2.911.015
Intangível	5	**1.332**	2.931
Total do ativo não circulante		**3.459.331**	5.433.467
Total do ativo		**4.365.745**	5.858.952

	Nota explicativa	2023	2022
Passivo e patrimônio líquido			
Passivo circulante			
Fornecedores	19	**43.832**	2.314
Empréstimos e financiamentos	7	**–**	180.356
Debêntures	8	**722.933**	366.703
Salários, encargos sociais e benefícios		**24.294**	20.381
Impostos e contribuições a recolher		**454**	4.674
Partes relacionadas	6	**1.200.280**	568.178
Outras obrigações		**614**	210
Total do passivo circulante		**1.992.407**	1.142.816
Passivo não circulante			
Debêntures	8	**1.235.416**	1.630.750
Partes relacionadas	6	**175.185**	533.213
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	9	**18.992**	17.586
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11	**71.361**	70.801
Provisão de remuneração variável de longo prazo	6	**25.968**	15.861
Total do passivo não circulante		**1.526.922**	2.268.211
Patrimônio líquido			
Capital social	10	**2.562.966**	**2.562.966**
Reserva de capital	10	**–**	**1.363.132**
Transações com acionistas	10	**–**	**(236.235)**
Prejuízos acumulados		**(176.829)**	**–**
Ajuste de avaliação patrimonial		**(1.539.721)**	**(1.241.938)**
Total do patrimônio líquido		**846.416**	**2.447.925**
Total do passivo e patrimônio líquido		**4.365.745**	**5.858.952**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais - R$, exceto o resultado por ação)

	Nota explicativa	2023	2022
Receita líquida de serviços	12	**67.411**	118.606
Resultado de participações			
Resultado da equivalência patrimonial	4	**(1.149.421)**	(1.319.538)
Outras despesas/receitas	13	**(131.779)**	(74.279)
Despesas operacionais		**–**	(1.165)
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro		**(1.213.789)**	(1.276.376)
Resultado financeiro			
Variação cambial, líquida	14	**14.374**	(10.652)
Receitas financeiras	14	**310.222**	317.897
Despesas financeiras	14	**(413.653)**	(393.433)
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		**(1.302.846)**	(1.362.564)
Imposto de renda e contribuição social	11	**880**	7.869
Prejuízo do exercício		**(1.303.726)**	(1.354.695)
Prejuízo por ação - básico/diluído	15	**(24,64)**	(25,59)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais - R$)

	Nota explicativa	2023	2022
Prejuízo do exercício		**(1.303.726)**	(1.354.695)
Outros resultados abrangentes			
Item que não será reclassificado subsequentemente para a demonstração do resultado			
Benefícios a empregados	4	**(753)**	2.653
Itens que serão reclassificados subsequentemente para a demonstração do resultado:			
CPC 42 - Contabilidade em economia hiperinflacionária	2.2 e 4	**13.073.714**	3.293.077
Instrumentos financeiros de cobertura (hedge)	4	**4.355**	4.401
Diferenças cambiais na conversão de operações no exterior	4	**(13.375.098)**	(2.804.120)
Resultado abrangente total do exercício		**(1.601.508)**	(858.684)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais - R$)

	Nota Explicativa	2023	2022
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		**(1.302.846)**	(1.362.564)
Ajustes para reconciliar o prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social com o caixa líquido aplicado nas atividades operacionais:			
Juros e variações monetárias e cambiais		**61.563**	51.125
Resultado de equivalência patrimonial	4	**1.149.421**	1.319.538
Amortização do intangível	5	**1.599**	1.599
Outras perdas líquidas		**–**	166
Aumento (redução) nos ativos operacionais:			
Impostos a recuperar		**(11.297)**	(10.510)
Outros créditos		**(740)**	1.321
Partes relacionadas		**4.422**	(50.043)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:			
Fornecedores		**40.915**	(8.440)
Salários e férias a pagar		**3.913**	3.725
Impostos e obrigações a pagar		**(4.540)**	(11.281)
Partes relacionadas		**6.425**	3.207
Outras obrigações e contas a pagar		**11.914**	9.573
Juros pagos	7 e 8	**(162.687)**	(335.162)
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais		**(201.938)**	(387.746)
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Redução de investimento	4	**–**	195
Aumento de investimento		**–**	(85.455)
Recebimento de dividendos	4	**1.500**	14.403
Partes relacionadas		**–**	274.580
Caixa aplicado nas atividades de investimento		**1.500**	203.720
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures	7 e 8	**–**	170.000
Pagamento de empréstimos, financiamentos e debêntures	7 e 8	**(367.667)**	(200.000)
Partes relacionadas		**577.420**	213.769
Caixa líquido aplicado nas (gerado pelas) atividades de financiamento		**209.753**	183.769
(Redução) de caixa e equivalentes de caixa		**9.315**	(257)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		**12.806**	13.063
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		**22.121**	12.806

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais - R$)

					Reserva de lucros				
	Nota explicativa	Capital social	Reserva Capital	Transações com acionistas	Reserva legal	Reserva de orçamento de capital	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros (Prejuízos) acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2021		**2.562.966**	**1.544.760**	**(167.784)**	**61.637**	**1.111.430**	**(1.737.949)**	**–**	**3.375.060**
Prejuízo do exercício		–	–	–	–	–	–	(1.354.695)	**(1.354.695)**
Absorção do prejuízo do exercício com reserva de lucros	10	–	–	–	(61.637)	(1.111.430)	–	1.173.067	**–**
Utilização de reserva capital para absorção de prejuízo do exercício	10	–	(181.628)	–	**–**	**–**	–	181.628	**–**
Ganho na variação de participação	4	–	–	(68.451)	**–**	**–**	–	–	**(68.451)**
Outros resultados abrangentes	4	**–**	**–**	–	**–**	**–**	496.011	–	**496.011**
Saldos em 31 de dezembro de 2022		**2.562.966**	**1.363.132**	**(236.235)**	**–**	**–**	**(1.241.938)**	**–**	**2.447.925**
Prejuízo do exercício		–	–	–	–	–	–	(1.303.726)	**(1.303.726)**
Utilização de reserva capital e reserva de lucros para absorção de prejuízo do exercício	10	–	(1.363.132)	236.235	**–**	**–**	–	1.126.897	**–**
Outros resultados abrangentes	4	**–**	**–**	–	**–**	**–**	(297.782)	–	**(297.782)**
Saldos em 31 de dezembro de 2023		**2.562.966**	**–**	**–**	**–**	**–**	**(1.539.720)**	**(176.829)**	**846.417**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional: A InterCement Participações S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima domiciliada na cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo, Brasil, e tem como objeto social a participação e investimentos em outras sociedades, sendo um grupo empresarial presente em dois países ("ICP" ou "Grupo"). Sua controladora final é a Mover Participações S.A. ("Mover"). A Companhia, por meio de suas controladas tem como atividade principal a fabricação e comercialização de cimento e derivados de cimento, além da extração de minerais utilizados para fabricar esses produtos. O Grupo possui 23 fábricas de cimento, 14 usinas de concreto, 2 usinas de agregados (localizadas no Brasil e Argentina). Adicionalmente, a controlada InterCement Brasil S.A. possui participações societárias e ativos de geração de energia elétrica, na modalidade de autoprodutor. Em 31 de dezembro de 2023, o capital circulante líquido está negativo em R$1.085.993, e no exercício findo nessa data apresentou prejuízo de R$1.303.726 (prejuízo de R$1.354.695 no exercício findo em 31 de dezembro de 2022). Esse resultado é substancialmente resultante de reflexos i) redução da demanda do cimento aumentando a pressão competitiva sobre os preços de venda, ii) pressão inflacionária sobre certos custos e despesas ocorridas entre 2022 e 2023, principalmente em relação ao pet coke, insumo produtivo relevante e cujos preços no mercado internacional dispararam em 2022, com queda registrada ao longo de 2023, mas com efeito negativo às margens operacionais e, consequentemente, ao caixa, iii) do efeito do aumento expressivo da taxa SELIC desde 2021 sobre os empréstimos, financiamentos e debêntures, resultando em um aumento no serviço da dívida relevante, sobre empréstimos, financiamentos e debêntures da Companhia e da controlada indireta InterCement Brasil S.A. e, principalmente, iv) da reclassificação, nos últimos trimestres, ao passivo circulante, das parcelas de principal e juros das debêntures devidas em junho e dezembro de 2023 (cujo vencimento foi postergado junto aos debenturistas inicialmente para 08 de setembro de 2023 sendo, posteriormente, renegociada para 08 de dezembro de 2023 e depois 08 de maio de 2024, conforme nota explicativa 8), assim como das parcelas vincendas em junho de 2024 e dezembro de 2024, em função de seus vencimentos correspondentes. Considerando os resultados auferidos no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, assim como a revisão das premissas mais prováveis utilizadas no plano de negócios e orçamento para 2024, a administração da Companhia e seus controladores projetam a recuperação da margem bruta e incremento da geração de caixa das controladas nos próximos meses, e continuando a tendência durante o ano de 2024, fato esse já observado nos primeiros meses de 2024. Respectiva avaliação inclui, além de ações da própria administração, considerações quanto a certas premissas macroeconômicas que são alheias ao controle da Companhia, como redução dos custos do pet coke e da taxa Selic, e retomada de aumentos no preço de venda, tomando-se por base as expectativas de mercado mais recentes. Adicionalmente, a Companhia e os acionistas controladores, estão engajados na venda de ativos operacionais e não operacionais, sendo que em 28 de junho de 2023, foi assinado o acordo de venda das operações em Moçambique e África do Sul para a Huaxin Cement Co. A conclusão da transação foi aprovada pelos órgãos regulatórios dos referidos países em dezembro de 2023, momento em que os recursos provenientes da venda também foram recebidos. Estes recursos serão destinados à redução da alavancagem financeira da Companhia. Ademais, a controlada indireta InterCement Brasil S.A. é garantidora referente à emissão de Senior Notes emitidas pela controlada indireta da Companhia InterCement Financial Operations, B.V., que vencem em julho de 2024, e caso o Grupo não consiga refinanciar as correspondentes Senior Notes até maio de 2024, as debêntures serão obrigatoriamente resgatáveis, com cross-default da totalidade da alavancagem do Grupo. A Companhia segue engajada e avaliando alternativas para concluir essa negociação. Em virtude desses compromissos de curto prazo e do horizonte temporal previsível, a Companhia e sua controladora, contrataram assessores jurídicos para auxiliá-las na avaliação de alternativas estratégicas, que vão desde a entrada de um sócio investidor (private placement) até fusões ou parcerias com players estratégicos, e inclusive um potencial desinvestimento. Nesse contexto, um processo competitivo foi iniciado ainda em 2023 e está em andamento. Consequentemente, ofertas foram e estão sendo recebidas e encontram-se sob análise juntamente com outras opções para equacionar a estrutura de capital, em consonância com as iniciativas mencionadas anteriormente. Neste contexto, cenários de fluxos de caixa alternativos foram construídos refletindo os diferentes resultados da reestruturação da dívida e as opções de desinvestimento potenciais que podem ser materializadas nas próximas semanas, demonstrando que a atual situação de capital de giro negativo pode ser superada sob tais cenários plausíveis, apesar da incerteza intrínseca associada a qualquer cenário envolvendo múltiplos stakeholders e credores. Considerando a probabilidade de sucesso dos cenários potenciais avaliados (alguns mais avançados que outros), a Companhia e seus controladores consideram apropriado o uso do pressuposto de continuidade operacional na elaboração das demonstrações financeiras anuais individuais. Essa posição será reavaliada a cada trimestre, à medida que evoluem as discussões mencionadas anteriormente, as quais representam fatores-chave para o cumprimento das obrigações de curto prazo. Desinvestimentos das operações do Grupo no Egito, África do Sul e Moçambique: *Egito:* Em 27 de Janeiro de 2023, a Companhia anunciou a assinatura de contrato definitivo para venda das operações no Egito, com transferência imediata de controle para o comprador. A venda resultou no registro de provisão para perdas (impairment) do investimento de R$65.525, reconhecidos ainda em 31 de dezembro de 2022, alinhado ao Programa de Gerenciamento de Passivos, assim como ao foco nas operações mais estratégicas do Grupo. O valor líquido de venda, no montante de R$208.684 (equivalente a US$40.000 mil) foi recebido integralmente, tendo sido integralmente utilizado na amortização parcial das parcelas das debêntures vencidas no exercício, de acordo com o contrato de escritura fiduciária. Com o desreconhecimento do investimento em janeiro de 2023, a Companhia reclassificou ao resultado financeiro diferenças cambiais de conversão de balanço para moeda de apresentação Real, que anteriormente estavam classificadas como ajustes de avaliação patrimonial, no montante de R$224.183. *África do Sul e Moçambique:* Em 28 de dezembro de 2023, a Companhia conclui a venda das operações na África do Sul e Moçambique, com transferência do controle para o comprador, mediante um valor provisional de R$1.121.066 (equivalente a US$231.563 mil). A venda resultou em uma perda de R$31.806. A Companhia pretende utilizar os recursos líquidos da venda, também alinhada ao Programa de Gerenciamento de Passivos, para quitar parte de seu endividamento pendente (vide Nota 1 para mais informações). Com o desreconhecimento do investimento em dezembro de 2023, a Companhia reclassificou ao resultado financeiro diferenças cambiais de conversão de balanço para moeda de apresentação Real, que anteriormente estavam classificadas como ajustes de avaliação patrimonial, no montante de R$54.665. Como reflexo desse processo de desinvestimentos no exterior, as controladas indiretas que operam no Egito, África do Sul e Moçambique tiveram seus resultados classificados nas Demonstrações Contábeis Consolidadas, apresentadas separadamente, como "Resultado de operações descontinuadas", conforme requerido pelo *"International Financial Reporting Standards"* - IFRS 5 - Ativos Não Circulantes Mantidos para Venda e Operação Descontinuada. Conflito Rússia-Ucrânia: Os recentes acontecimentos geopolíticos na Europa de Leste (conflito Rússia-Ucrânia) continuam a ser um desafio para a resiliência das economias mundiais e a administração acompanha de perto a evolução destas ameaças. Com resultado desse evento, a inflação está pressionada e as taxas de juros aumentaram rapidamente em todo o mundo. Além disso, as operações financeiras e comerciais entre Rússia ou Ucrânia com e outros países foram significativamente impactadas. A Companhia não possui ativos nem quaisquer operações financeiras e comerciais com ambos os países, portanto, não foi diretamente impactada. A indústria de cimento, mesmo com a alta da inflação e aumento dos juros, está sendo resiliente e continua gerando caixa conforme o esperado, enquanto o valor justo dos ativos não foi significativamente impactado. O Grupo possui empréstimos, financiamentos e debêntures com taxas flutuantes, principalmente o CDI no Brasil, sendo que as despesas de juros aumentaram significativamente em comparação com os períodos anteriores. Outro impacto indireto se reflete na inflação e nos preços de frete e combustíveis, com efeito nos custos dos insumos produtivos e nas despesas de vendas e reflexo no prejuízo do exercício em 2023. A administração da Companhia segue monitorando a situação, e apesar dos efeitos mencionados não identificou efeitos em suas estimativas contábeis que possam gerar perdas adicionais em suas demonstrações financeiras anuais, que já não tenham sido reconhecidos na presente data. **2. Base de elaboração das demonstrações financeiras e principais políticas contábeis: 2.1. Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. A administração da Companhia apresenta todas as informações relevantes das demonstrações financeiras e essas informações correspondem às utilizadas por ela na sua gestão, em linha com o normativo de orientação contábil OCPC 07, emitido pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC). Demonstrações financeiras consolidadas: A Companhia optou em não preparar as demonstrações financeiras consolidadas para apresentação no Brasil, como requerido pelo CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas, pois: (a) a Companhia é uma subsidiária integral, sendo que o controlador não tem objeção; (b) não existem instrumentos de patrimônio ou de dívida negociados em mercado aberto, nem está em processo de abertura de capital; e (c) a controladora final, Mover, irá publicar as demonstrações financeiras consolidadas de acordo com os pronunciamentos técnicos do CPC. Adicionalmente, em 09 de abril de 2024, a Companhia irá divulgar suas demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro ("IFRS"), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB, em dólares americanos, para fins de arquivamento em Cingapura, em função de requerimentos regulatórios e cumprimento de certas cláusulas restritivas (*covenants*). **2.2. Base de elaboração:** As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. As práticas contábeis foram aplicadas de maneira uniforme em todos os exercícios apresentados. Impactos sobre os efeitos do ajuste de inflação nas demonstrações financeiras da controlada Loma Negra CIASA: A Argentina tem apresentado níveis elevados de inflação nos últimos anos e a taxa de inflação acumulada nos últimos três anos ultrapassou 100% sem a expectativa de uma redução significativa no curto prazo. Portanto, tal situação desencadeou a exigência de que as demonstrações financeiras dessa controlada fossem preparadas de acordo com os requerimentos do pronunciamento "CPC 42 - Contabilidade em Economia Hiperinflacionária". Tais ajustes foram registrados a partir de 1º de julho de 2018 (período em que a hiperinflação foi determinada). O CPC 42 exige que as demonstrações contábeis registradas em uma moeda hiperinflacionária sejam ajustadas a um índice geral de preços e expresso na unidade de medida (a moeda hiperinflacionária) atual no final do período de referência. O impacto dos efeitos da aplicação do CPC 42 nas demonstrações da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 totalizou R$13.073.714 (R$3.293.077 em 31 de dezembro de 2022), reconhecido como outros resultados abrangentes, principalmente pela valorização do ativo imobilizado e intangível. **2.3. Novas e revisadas normas e interpretações:** As seguintes alterações de normas emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1 de janeiro de 2023:

Normas	Data de início
IFRS 17 (CPC 50) - Contratos de Seguros	01 de janeiro de 2023
Alterações à IAS 1 (CPC 26(R1)) - Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes	01 de janeiro de 2023
Alterações à IAS 1 (CPC 26(R1)) e expediente prático 2 do IFRS - Divulgação de políticas contábeis	01 de janeiro de 2023
Alterações ao IAS 8 (CPC 23) - Definição de estimativas contábeis	01 de janeiro de 2023
Alterações ao IAS 12 (CPC 32) - Impostos diferidos ativos e passivos originados de transação única ("single transaction").	01 de janeiro de 2023

A Administração avaliou as respectivas alterações nos pronunciamentos e concluiu que não foram necessários ajustes nas demonstrações financeiras consolidadas encerradas em 31 de dezembro de 2023 em função das respectivas adoções. **2.4. Normas emitidas, mais ainda não vigentes:** Novas normas, alterações e interpretações a normas existentes que não são efetivas ainda e não foram adotadas antecipadamente pela Companhia. A avaliação dos potenciais impactos nas demonstrações financeiras ainda não foi iniciada, mas considerando as atuais operações não se esperam impactos relevantes.

Normas	Data de início
Alterações ao IFRS 16: Passivo de Locação em um Sale and Leaseback (Transação de venda e retroarrendamento)	01 de janeiro de 2024
Alterações ao IAS 1 (CPC 26(R1): Classificação de Passivos como Circulante ou Não Circulante	01 de janeiro de 2024
Alterações à IAS 1 - Passivo Não Circulante com Covenants	01 de janeiro de 2024
Acordos de financiamento de fornecedores - Alterações ao IAS 7(CPC 03 (R2)) e IFRS 7(CPC 40 (R1))	01 de janeiro de 2024

2.5. Principais julgamentos contábeis e fontes de incerteza nas estimativas: A preparação das demonstrações financeiras individuais em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração formule julgamentos, estimativas e premissas que poderão afetar o valor reconhecido dos ativos e passivos, e as divulgações de ativos e passivos contingentes na data das demonstrações financeiras individuais, bem como os ganhos e as perdas. Essas estimativas são elaboradas com base no conhecimento existente no fim de cada exercício e nas ações que se planejam realizar, sendo periodicamente revisadas com base na informação disponível. As alterações nos fatos e nas circunstâncias podem conduzir à revisão das estimativas, podendo os resultados reais futuros diferir daquelas estimativas. **2.6. Ativos, passivos e transações em moeda estrangeira:** As transações em outras moedas que não são em reais são registradas às taxas em vigor na data da transação. No fim de cada exercício, os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para reais utilizando as taxas de câmbio vigentes naquela data. As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transações e as vigentes na data de recebimento e pagamento ou nas datas dos balanços, são registradas como ganhos e perdas na demonstração do resultado do exercício, exceto aquelas relativas a itens não monetários, cuja variação de justo valor é registrada diretamente em capital próprio ("ajuste de avaliação patrimonial"). **2.7. Classificação de balanço:** Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a menos de um ano das datas dos balanços são classificados, respectivamente, como ativos e passivos circulante. São ainda classificados como circulante os passivos sobre os quais a Companhia não possui direito incondicional de diferir a sua liquidação por um prazo de pelo menos 12 meses após as datas dos balanços. **2.8. Provisões:** As provisões são reconhecidas quando: (a) exista uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado; (b) seja provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos; e (c) o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas nas datas dos balanços e são ajustadas para refletir a melhor estimativa a essa data. Quando uma das condições descritas não é preenchida, a Companhia procede à divulgação dos eventos em causa como passivos contingentes, a menos que a possibilidade de saída de fundos seja remota, caso em que esses não são, por norma, objeto de divulgação. **2.9. Instrumentos financeiros:** Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia for parte das disposições contratuais do instrumento. Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. O valor justo é a quantia pela qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes conhecedoras e dispostas a isso em transação sem favorecimento. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, quando aplicável, após o reconhecimento inicial, exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado. Ativos financeiros: Estão classificados nas seguintes categorias específicas: (a) valor justo por meio do resultado; (b) valor justo por meio de outros resultados abrangentes; e (c) custo amortizado. A classificação depende da natureza e finalidade dos ativos financeiros e é determinada no reconhecimento inicial. a) *Valor justo por meio do resultado:* Os ativos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado, caso não se enquadrem nas categorias de custo amortizado ou valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 a Companhia apresentava classificados nesta categoria saldos de caixa e equivalentes de caixa. b) *Valor justo por meio de outros resultados abrangentes:* Ativos financeiros devem ser mensurados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes, caso o objetivo do modelo de negócios seja atingido ao receber os fluxos de caixa contratuais esperados e venda os ativos financeiros, compostos exclusivamente, de pagamentos de principal e juros, quanto pela venda de ativos financeiros. Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 a Companhia não apresentava instrumentos financeiros classificados nesta categoria. c) *Ativos financeiros ao custo amortizado:* Um ativo financeiro deve ser mensurado a custo amortizado se o objetivo do modelo de negócio é manter os ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais até o final do contrato, constituídos exclusivamente de pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 a Companhia apresentava classificados nesta categoria valores a receber de partes relacionadas. Desreconhecimento (baixa) dos ativos financeiros: Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando: a) os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem; b) na transferência de seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de "repasse"; e (i) transferir substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (ii) não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo. Passivos financeiros: Os passivos financeiros são classificados como: (a) passivos financeiros ao custo amortizado; e (b) ao valor justo por meio do resultado. a) *Passivos financeiros ao custo amortizado:* Os passivos financeiros classificados como ao custo amortizado são aqueles cujo os fluxos de caixa contratuais são, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. O método da taxa de juros efetiva é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro, e para alocar as despesas de juros durante o período correspondente. Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 a Companhia apresentava classificados nesta categoria valores a pagar a fornecedores e partes relacionadas, além de empréstimos, financiamentos e debêntures. b) *Valor justo por meio do resultado:* Os passivos financeiros classificados como ao valor justo por meio do resultado são aqueles mantidos para negociação ou designados pelo valor justo por meio do resultado. Mudanças no valor justo são reconhecidas no resultado do exercício. Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 a Companhia não apresentava instrumentos financeiros classificados nesta categoria. Desreconhecimento de passivos financeiros: Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado. Apresentação líquida de ativos e passivos financeiros: Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. Instrumentos financeiros derivativos: Os derivativos são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data de contratação e posteriormente remensurados pelo valor justo no fim de cada exercício. Eventuais ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado imediatamente, a menos que o derivativo seja designado e efetivo como instrumento de "hedge"; nesse caso, o momento do reconhecimento no resultado depende da natureza da relação de "hedge". Classificação de instrumentos financeiros passivos e instrumentos patrimoniais; A Companhia também possui contratos que possuem componentes de instrumentos patrimoniais e instrumentos financeiros, sendo estes componentes classificados separadamente de acordo com suas características contratuais. Os instrumentos patrimoniais são mensurados ao custo histórico e os instrumentos financeiros derivativos pelo valor justo por meio do resultado. **2.10. Ativos e passivos contingentes:** Um passivo contingente é: (a) uma possível obrigação resultante de eventos passados e cuja existência será confirmada pela ocorrência ou não de acontecimentos futuros incertos; ou (b) uma obrigação presente, resultante de eventos passados, mas que não é reconhecida por não ser provável a saída de caixa ou a quantia da obrigação não poder ser mensurada com confiabilidade. Os passivos contingentes não reconhecidos nas demonstrações financeiras são divulgados em nota explicativa, a menos que a possibilidade de uma saída de caixa futura seja remota, caso em que não são objeto de divulgação em nota explicativa. Um ativo contingente é um possível ativo proveniente de acontecimentos passados e cuja existência apenas será confirmada pela ocorrência ou não de acontecimentos futuros incertos. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, mas divulgados em nota explicativa quando for certa a existência de recebimento de caixa futuro. **2.11. Investimentos:** Os investimentos encontram-se registrados pelo método da equivalência patrimonial, sendo as participações inicialmente contabilizadas pelo custo de aquisição, o qual é acrescido ou reduzido da diferença entre esse custo e o valor proporcional à participação dessas empresas, reportado à data de aquisição e ajustados, sempre que necessário, tendo em vista a uniformização das respectivas práticas contábeis da Companhia. De acordo com o método da equivalência patrimonial, as participações financeiras são inicialmente registradas pelo seu custo de aquisição, ajustado periodicamente pelo valor correspondente à participação aos resultados das investidas por contrapartida de resultado líquido do exercício, conforme aplicável, e deduzido pelos dividendos recebidos. Quando a moeda funcional da empresa investida é diferente da moeda funcional da Companhia, os ganhos e as perdas decorrentes da variação cambial são registrados diretamente ao patrimônio líquido na rubrica "Ajustes de avaliação patrimonial". Nos casos de investidas em ambiente de hiperinflação, as demonstrações financeiras dessas controladas são preparadas de acordo com os requerimentos do pronunciamento "CPC 42 - Contabilidade em Economia Hiperinflacionária", conforme demonstrado na nota explicativa 2.2. **2.12. Imposto sobre o lucro:** Impostos correntes: A provisão para imposto de renda e contribuição social é baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda é calculada individualmente por empresa com base nas alíquotas vigentes no fim de cada exercício e em disposições legais e tributárias específicas dos países onde estejam sediadas. Impostos diferidos: O imposto de renda e a contribuição social diferidos ("impostos diferidos") são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no fim de cada exercício entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos apenas quando for provável que a Companhia apresente lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no fim de cada exercício, e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros propiciarão a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado ao montante que se espera recuperar. Impostos diferidos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no exercício no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação vigente no fim de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada.

3. Caixa e equivalentes de caixa:

	2023	2022
Caixa e bancos	**–**	**644**
Aplicações financeiras	**22.121**	**12.162**
Total	**22.121**	**12.806**

As aplicações financeiras são representadas como segue:

	2023	2022
Certificados de Depósito Bancário - CDBs (a)	**15.838**	**1.186**
Operações compromissadas (b)	**6.283**	**10.976**
Total	**22.121**	**12.162**

Aplicações financeiras são resgatáveis no curto prazo, com alta liquidez, vencíveis em até 90 dias contados da data de contratação original, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, e com risco insignificante de perda. (a) Em 31 de dezembro de 2023, os certificados de Depósito Bancário - CDBs possuem rentabilidade de 100,5% a 101% do CDI (de 101% a 102% em 2022). (b) Durante 2023 houve captações de operações compromissadas com rentabilidade de 70% do CDI e possibilidade de resgate a qualquer momento.

4. Investimentos e provisão para perdas em controladas:

31/12/2023

	Participação no capital social - %	Ações possuídas	Patrimônio líquido	Resultado do exercício	Ganhos (perdas) com alienação e efeitos na aquisição de acionistas não controladores	Aquisição de investimentos	Dividendos declarados/pagos	Ajuste de avaliação patrimonial (a)	Resultado de equivalência patrimonial	Saldo do investimento
InterCement Portugal (b) (d) (g)	**99,68**	2.722.337.918	1.242.413	(1.180.847)	–	–	–	(296.357)	(1.177.069)	1.238.437
InterCement Imobiliária (b)	**100.00**	2.232.000	36.280	1.532	–	–	–	(1.425)	1.532	36.280
InterCement Atividades Imobiliárias (b) (e)	**100**	45.185.220	47.227	26.116	–	600	(27.674)	–	26.116	162.022
					–	**600**	**(27.674)**	**(297.782)**	**(1.149.421)**	**1.436.739**

31/12/2022

	Participação no capital social - %	Ações possuídas	Patrimônio líquido	Resultado do exercício	Ganhos (perdas) com alienação e efeitos na aquisição de acionistas não controladores (c)	Aquisição de investimentos	Dividendos pagos	Ajuste de avaliação patrimonial (a)	Resultado de equivalência patrimonial	Saldo do investimento
InterCement Portugal (b)	**99,68**	2.722.337.918	2.720.568	(1.330.943)	(68.451)	–	–	502.295	(1.326.684)	2.711.862
InterCement Imobiliária (b)	**100.00**	2.232.000	36.173	1.512	–	–	(11.903)	(6.284)	1.512	36.173
InterCement Atividades Imobiliárias (e) (b)	**100**	45.185.220	48.185	5.640	–	159.840	(2.500)	–	5.640	162.980
Companhia de Mineração Candiota (f)	**–**	–	9.745	(9.936)	–	–	–	–	(6)	–
					(68.451)	**159.840**	**(14.403)**	**496.011**	**(1.319.538)**	**2.911.015**

(a) Em 31 de dezembro de 2023, representado, substancialmente, por variação cambial negativa dos investimentos no exterior de R$13.375.098 (negativa em R$2.804.120 em 2022), classificada como ajuste de avaliação patrimonial, e pelo efeito positivo da hiperinflação (CPC 42) na subsidiária Loma Negra, conforme nota explicativa 2.2, no montante de R$13.073.714 (R$3.293.077 em 2022). A variação relevante entre períodos se dá pela forte acentuada inflação em 2023, principalmente após as eleições presidenciais na Argentina em dezembro de 2023, e a forte desvalorização cambial após referida eleição, onde o peso argentino se depreciou mais de 300% frente ao dólar americano e, consequentemente, ao Real. (b) As informações sobre as principais controladas em 31 de dezembro de 2023 são: (i) InterCement Portugal, Holding portuguesa controladora das operações de cimento; (ii) InterCement Imobiliária, companhia portuguesa, constituída com o objetivo de venda de imóveis e terrenos em Portugal; e (iii) InterCement Atividades Imobliárias, companhia brasileira, constituída com o objetivo de venda de imóveis e terrenos no Brasil. (c) Vide item (a) na movimentação dos investimentos demonstrada abaixo. (d) Em 2023 a InterCement Portugal realizou as seguintes transaçãoes: (i) janeiro de 2023 concluiu a venda da sua participação nas controladas do Egito; (ii) em dezembro de 2023 conclui a venda das operações de África do Sul, Moçambique e Luxemburgo. Esses eventos impactaram substancialmente no saldo do investimento do período. Para mais informações vide nota 1. (e) Vide item (b) para InterCement Atividades Imobiliárias na movimentação dos investimentos abaixo. (f) Em 2022 a InterCement Brasil realizou a compra de 100% da participação que a InterCement Participações detinha na Companhia de Mineração Candiota. (g) Através da controlada InterCement Portugal, a Companhia detém controle indireto sobre a Intercement Brasil S.A. ("ICB"). Esta controlada indireta avalia a realização dos ativos fiscais diferidos ao final de cada período de apresentação das informações financeiras, e registra impostos diferidos ativos na medida em que seja provável que estarão disponíveis lucros tributáveis futuros. A revisão realizada em 31 de dezembro de 2023, indicou que parte desses impostos não será realizada até a data anteriormente estimada. Portanto, foi realizada a reversão parcial do ativo fiscal diferido no montante de R$167.603, registrados em anos anteriores, restando o montante de R$706.815. Adicionalmente, a controlada indireta não reconheceu novos impostos diferidos ativos durante o ano de 2023. As projeções para a realização do ativo fiscal diferido remanescente, no montante de R$706.815 dependem, no entanto, do sucesso das negociações em curso com os respectivos credores da ICB, conforme mencionado acima, o qual terá impacto direto nas projeções de lucros tributáveis futuros. As demonstrações financeiras da ICB foram emitidas em 05 de abril de 2024, com relatório dos auditores independentes contendo parágrafo relacionado à incerteza relevante relacionada à continuidade operacional da ICB (em função dos assuntos mencionados na nota explicativa 1 acima, uma vez que a ICB é garantidora da Companhia quanto ao refinanciamento das Senior Notes), e ressalva relacionada à impossibilidade de conclusão sobre a realização do ativo fiscal diferido no montante de R$706.815, devido à referida incerteza relevante sobre a continuidade operacional.

continua→★

Edição impressa produzida pelo **Jornal O Dia SP** com circulação diária, em bancas e para assinantes. As íntegras dessas publicações encontram-se disponíveis no site: https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

INTERCEMENT PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ nº 10.456.140/0001-22

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

A movimentação dos investimentos e da provisão para perdas em controladas é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2021	**3.657.760**
Aquisição de novos investimentos (b)	159.840
Resultado de equivalência patrimonial	(1.319.538)
Efeitos da aquisição de ações de acionistas não controladores (a)	(68.451)
Dividendos recebidos	(14.403)
Resultado líquido de conversão de balanço das moedas locais para moeda funcional do Grupo (R$), e hiperinflação na Argentina, classificados como resultado abrangente (d)	488.957
Outros resultados abrangentes	7.054
Outros	(204)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**2.911.015**
Aquisição de novos investimentos (b)	600
Resultado de equivalência patrimonial	(1.149.421)
Dividendos recebidos	(1.500)
Dividendos propostos (c)	(26.174)
Resultado líquido de conversão de balanço das moedas locais para moeda funcional do Grupo (R$), e hiperinflação na Argentina, classificados como resultado abrangente (d)	(301.384)
Outros resultados abrangentes	3.602
Outros	1
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**1.436.739**

(a) Em 2022, refere-se à: (i) em junho de 2022, a InterCement Brasil adquiriu dos acionistas minoritários 5.360.083 ações preferenciais (equivalentes a 2,94% de participação acionária) da sua controlada Estreito desembolsando caixa no valor de R$43.787. A operação resultou em prejuízo de R$38.400 registrado como transações com acionistas; (ii) o Conselho de Administração da subsidiária Argentina (Loma Negra) aprovou a recompra de ações próprias até o limite de 10% de seu capital social. Loma Negra adquiriu 3.043.500 ações próprias, que gerou uma perda de R$28.617. Esse impacto é consolidado em sua controladora direta, InterCement Portugal; e (iii) o Grupo realizou uma pequena reestruturação no segmento de negócios de Moçambique que resultou em um aumento na participação não controladora e perda de participação da Companhia de R$1.434. (b) Em 2022 a Companhia adquiriu da InterCement Trading Inversiones (controlada indireta) o controle da Intercement Atividades Imobiliárias (IAI) pelo valor total de R$159.840. Em 25 de julho de 2023 houve aumento no capital social da InterCement Atividades Imobiliárias no valor R$600, sem emissão de novas ações, passando de R$ 45.185 para R$ 45.785, dividido em 45.185.220 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. (c) Dividendos propostos pela investida InterCement Atividades Imobiliárias. (d) Conforme nota explicativa 2.2 e item (a) do quadro inicial da nota explicativa 4.

5. Intangível:

	2023	2022
Direitos de uso de software (i)	1.332	2.931
	1.332	2.931

(i) O período de amortização é de 5 anos.

A movimentação do intangível é demonstrada como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2021	4.530
Amortizações	(1.599)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	2.931
Amortizações	(1.599)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	1.332

6. Partes relacionadas:

	Ativo circulante		Ativo não circulante	
	Valores a receber e outros créditos	Empréstimos e financiamentos	Valores a receber e outros créditos	Empréstimos e financiamentos
Controladas:				
InterCement Financial Operation BV (a)	–	770.846	–	1.980.040
InterCement Brasil S.A. (b)	32.886	–	17.729	–
Loma Negra (f)	12.798	–	–	–
InterCement Atividades Imobiliárias (i)	26.174	–	–	–
HM Engenharia e Construções S.A. (b)	4.716	–	15.028	–
Camargo Corrêa Des.Imobiliário (b)	–	–	8.463	–
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**76.574**	**770.846**	**41.220**	**1.980.040**
Saldos em 31 de dezembro de 2022	54.617	332.929	47.348	2.472.173

	Passivo circulante		Passivo não circulante
	Mútuos	Contas a pagar e outras obrigações	Mútuos
Controladas:			
InterCement Financial Operation BV (a)	637.624	–	–
InterCement Brasil S.A. (b)	289.002	5.917	–
InterCement Trading e Inversiones (c)	237.262	–	175.185
InterCement Portugal (d)	17.350	1.177	–
Loma Negra (f)	–	11.810	–
Outros (j)	–	138	–
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**1.181.238**	**19.042**	**175.185**
Saldos em 31 de dezembro de 2022	554.557	13.621	533.213

As transações efetuadas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 são como segue:

	Receitas	Despesas	Receita (despesa) com juros e encargos financeiros
Afiliada:			
Construções e Comércio Camargo Corrêa S.A. (b)	–	–	109
Controladas:			
InterCement Financial Operation BV (a)	–	–	306.989
InterCement Trading e Inversiones (c)	–	–	(3.921)
InterCement Brasil (b)	33.073	(5.334)	(54.664)
Intercement Imobiliária (e)	–	–	588
Intercement South Africa (j)	5.553	–	6
Loma Negra (f)	26.175	(1.405)	615
Cimentos de Moçambique (j)	6.884	–	(188)
Intercement Portugal (d)	–	(1.270)	155
Intercement Reinsurance (g)	–	–	(303)
Outros (h)	–	(422)	405
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**71.685**	**(8.186)**	**249.791**
Saldos em 31 de dezembro de 2022	123.939	(14.301)	297.216

(a) InterCement Financial Operation BV. Ativos: (i) Montante de R$ 770.846 (EUR144.040 mil) com juros de LIBOR + 2,5% ao ano, e vencimento em março de 2024 (R$ 378.404, equivalente a EUR70.709 mil) e agosto de 2024 (R$ 392.442 equivalente a EUR 73.332 mil). Em 31 de Dezembro de 2022, o montante era de R$807.537 (EUR144.995 mil). (ii) Empréstimo de mútuo concedido em junho de 2020 à InterCement Austria Holdings GmbH no montante de R$2.987.078, sujeito a CDI mais juros de 3,75% ao ano, com vencimentos de juros semestrais e vencimento do principal em 08 de junho de 2027. Em decorrência da liquidação da controlada InterCement Austria Holding GmbH, foi firmado contrato de assunção de dívida em 18 de dezembro de 2020, onde a InterCement Financial Operation BV passou a ser a devedora. Em 30 de Setembro de 2021, InterCement Trading e Inversiones concedeu empréstimo à Companhia no montante de R$1.044.496, sendo esse empréstimo liquidado em 29 de novembro de 2021 através da cessão desse crédito pela InterCement Trading e Inversiones para InterCement Financial Operation BV como forma de compensação parcial de empréstimo de mútuo concedido em junho de 2020 concedido pela Companhia para a InterCement Financial Operation BV. Em 31 de Dezembro de 2023, o saldo remanescente desse contrato é de R$1.779.001 (R$1.976.667 em 2022) e juros de R$201.039. Passivo circulante: Empréstimo de mútuo originado em 2020, com juros de 2,57% ao ano e vencimentos em março de 2024 e agosto de 2024. Em 31 de dezembro de 2023, o montante, incluindo juros, é de R$ 637.625 (EUR119.147). Em 2022, o saldo era de R$652.608 (EUR117.177) (b) InterCement Brasil S.A. Ativo: Em 23 de Dezembro de 2022, foi assinado Instrumento Particular de Cessão de Crédito e outras avenças, onde a InterCement Brasil S.A. cedeu para a InterCement Participações créditos devidos por partes relacionadas pelo valor de R$48.540, pagos pela Companhia em 26 de dezembro de 2022. O valor nominal desses créditos corresponde a R$58.134. O ganho da transação será reconhecido conforme os recebimentos ocorrerem. As contrapartes que se tornaram devedoras são: (i) HM Engenharia e Construções S.A. R$19.744 (R$21.156 em dezembro 2022); (ii) Camargo Corrêa Desenvolvimento Imobiliário R$8.463 (R$8.463 em dezembro 2022); (iii) Construções e Comércio Camargo Corrêa R$ 0 (R$1.192 em dezembro 2022); (iv) Departamento de Estrada e Rodagem (R$17.729 - por questões legais, esse crédito continua registrado contra a InterCement Brasil, que, quando recebido, tem a obrigação de repassá-lo a Companhia). Em 2023 houve o recebimento de: (i) R$ 1.815 dos saldos da HM Engenharia e Construções, dos quais R$ 405 foram reconhecidos como receita financeira; e (ii) R$ 1.301 da Construções e Comércio Camargo Corrêa, dos quais R$ 109 foram reconhecidos como receita financeira. Demais créditos devidos pela InterCement Brasil para a Companhia referem-se a contratos de prestação de serviços de *know-how e management fees* no montante de R$32.886. Passivo: Contrato de mútuo com a Companhia (tomador) e sua controlada indireta InterCement Brasil S.A. - “ICB” (tomador) no montante total de R$98.425 (apenas principal) realizado em 2022, com juros de 100% da taxa DI, acrescida de taxa equivalente a 3,85% ao ano, com vencimento original em 15 de março de 2023. Esse contrato foi quitado antecipadamente em 09 de janeiro de 2023. Durante 2023, a Companhia (cedente) assinou novos contratos de mútuo com a InterCement Participações S.A. - “ICP” (tomador) no montante total de R$235.000 (apenas principal), com juros de 100% da taxa DI, acrescida de taxa equivalente a 3,85% ao ano e vencimento em 06 de maio de 2024. Demais saldos referem-se a despesas corporativas. (c) O passivo circulante com a InterCement Trading e Inversiones, refere-se a empréstimos de mutuo: (i) de R$41.371 (EUR 7.730mil) sujeito a Euribor mais juros de 3,6% ao ano, com vencimentos em junho e dezembro de 2024; (ii) de R$ 133.149 (EUR 24.880mil) sujeito a Euribor mais juros de 3,5% ao ano, com vencimento em maio de 2024; (iii) de R$5.830 (EUR 1.089mil) sujeito a Euribor mais juros de 2,27% ao ano, com vencimento em junho de 2024 e, (iv) de R$56.912 (USD 11.757,28) sujeito a Euribor mais juros de 3,5% ao ano, com vencimento em dezembro de 2024. O passivo não circulante, refere-se aos seguintes empréstimos de mútuo: (i) de R$175.185 (EUR 13.845 e USD 20.883,36) sujeitos a Euribor mais juros de 3,50% ao ano, com vencimento em janeiro de 2025 e junho de 2025. O passivo não circulante com a InterCement Trading e Inversiones, refere-se a empréstimos de mútuo: (i) de R$193.985 (EUR34.830 mil) sujeito a Euribor mais juros de 3,5% ao ano, com vencimento do principal e juros em 07 de maio de 2024 e 07 de maio de 2025; e (ii) de R$41.355 (EUR7.425 mil), sujeito a Euribor mais juros de 3,6% ao ano, com parcelas anuais de juros e vencimento do principal em setembro e dezembro de 2023. (d) O passivo circulante com a InterCement Portugal refere-se a mútuo equivalente a EUR3.100 mil concedido em 2023, sujeito a Euribor mais juros de 3,5% ao ano, e cuja obrigação monta R$17.350 em 31 de dezembro de 2023. Demais saldos referm-se a despesas corporativas. (e) Em dezembro de 2022 a Companhia obteve mútuo no valor de EUR 13.000 junto à InterCement Imobiliária, sujeito a Euribor mais juros de 3,5%, com vencimento em dezembro de 2024, o qual foi integralmente quitado em janeiro de 2023 (juros de R$588 em 2023). (f) Referem-se a prestação de serviços de *know-how* e management fees e despesas corporativas, sendo o resultado: (i) Management fee no valor de R$ 26.175 (R$12.798 pendentes de recebimento em 2024); (ii) despesas com serviços corporativos no valor de R$1.405; e (iii) variação cambial dos saldos de Management fee e despesas no valor de R$605. Os valores a pagar a Loma montam R$11.810 em 31 de dezembro de 2023, a serem pagos em 2024. (g) Em 2022 a companhia adquiriu um mútuo com a InterCement Reinsurance equivalente a EUR 4.000, com juros de 3,42% e vencimento em dezembro de 2024. Em função da venda da Reinsurance, o mútuo foi integralmente pago pela InterCemente Portugal em outubro de 2023, gerando assim o passivo circulante entre as empresas, conforme mencionado na referência (d). Até a liquidação houve o registro de R$303 de encargos com esta operação. (h) Despesas com a Camargo Corrêa Investimentos Imobiliários, principalmente de rateio de assistência médica, que são subsequentemente reembolsadas. (i) A InterCement Atividades Imobiliárias propôs dividendos à Companhia no valor de R$27.674, dos quais R$1.500 foram pagos em 2023 e R$24.810 em 2024 (vide nota 19). (j) Referem-se substancialmente a prestação de serviços de *know-how* e *management fees* e despesas corporativas. Remuneração dos administradores: O montante incorrido durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 é de R$33.372 (R$26.616 referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022), sendo: (a) R$23.265 referente a benefícios de curto prazo, como honorários, encargos e outros benefícios (R$17.588 no exercício findo em 31 de dezembro de 2022); e (b) R$10.107 referente a benefícios de longo prazo (R$9.027 no exercício findo em 31 de dezembro de 2022). A Companhia concedeu um plano de incentivo de longo prazo aos administradores. Esse incentivo é baseado, substancialmente, no atingimento de indicadores financeiros e operacionais. A obrigação constituída em 31 de dezembro de 2023 é de R$25.968 (R$15.861 em 31 de dezembro de 2022).

7. Empréstimos e financiamentos:

	Encargos anuais	Vencimento final	2023	2022
Empréstimo de capital de giro	100% CDI mais 3% a.a.	Maio de 2023	–	101.574
Notas promissórias comerciais (i)	100% CDI mais 3% a.a.	Março de 2023	–	78.782
			–	180.356

(i) Em janeiro de 2023 foram integralmente liquidadas as notas promissórias.

A movimentação dos empréstimos e financiamentos é demonstrada como segue:

	Controladora
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**207.635**
Empréstimos e financiamentos obtidos	170.000
Apropriação juros	27.359
Pagamentos - juros	(24.638)
Pagamentos - principal	(200.000)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**180.356**
Apropriação juros	6.958
Pagamentos - juros	(17.314)
Pagamentos - principal	(170.000)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	–

8. Debêntures:

	Encargos anuais	Vencimento final	2023	2022
Debêntures	100% CDI mais 3,75% a.a.	Junho de 2027	1.958.349	1.997.453
			1.958.349	1.997.453
Classificados no circulante - juros			179.350	20.787
Classificados no circulante - principal			543.583	345.916
Classificados no não circulante - principal			1.235.416	1.630.750

Em 8 de junho de 2020, a Companhia emitiu 2.976.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, nominativas e escriturais, de espécie quirografária, em nove séries, no valor unitário de R$1. As debêntures são remuneradas a 100% da taxa DI, acrescida de taxa equivalente a 3,75% ao ano. Os juros serão pagos semestralmente sem carência, e o principal em parcelas semestrais, sendo o primeiro pagamento em junho de 2023 e o último na data de vencimento em junho de 2027. Em 2021, foi antecipado o pagamento no montante de R$1.000.000, com recurso obtido através de debêntures emitidas pela controlada indireta integral InterCement Brasil S.A., como parte da estratégia da administração em reduzir a alavancagem da Companhia (holding), transferindo as dívidas para as controladas operacionais. Adicionalmente, conforme acordo em assembleia geral dos debenturistas de 07 de junho de 2023, foi acordado a postergação da primeira parcela do principal das debêntures de junho de 2023 para 08 de setembro de 2023, sendo, posteriormente, renegociada para 08 de dezembro de 2023 e depois 08 de maio de 2024, conforme acordo em assembleias gerais dos debenturistas datadas em 06 de setembro de 2023 e 07 de dezembro de 2023, respectivamente. Essas postergações (waiver) se dão no contexto das discussões em andamento junto aos credores da Companhia para reperfilamento das debêntures da Companhia e da controlada indireta InterCement Brasil S.A. (que obteve waiver para extensão de pagamento simples da Companhia, com vencimento em 08 de maio de 2024), conforme indicado na nota explicativa nº 1. O instrumento de dívida é garantido pelas ações da controlada indireta Loma Negra. As debêntures serão resgatáveis em maio de 2024, caso o Grupo não refinancie as “Senior Notes” detidas pela controlada indireta da Companhia, InterCement Financial Operation BV. As debêntures possuem cláusulas restritivas que regem que em 31 de dezembro dos respectivos anos, a dívida líquida consolidada sobre o LAJIDA (“EBITDA”) deve ser inferior a 5,85x (2021), 5,35x (2022), 4,85x (2023), 3,85x (2024) e 3,35x (de 2025 a 2027). Para 31 de dezembro de 2023, a Companhia e sua controlada indireta InterCement Brasil S.A. obtiveram waivers em relação à obrigação de cumprimento dos covenants financeiros conforme deliberado formalmente em ata de Assembleia Geral de Debenturistas (AGD) de 07 de dezembro de 2023. Quanto a 31 de dezembro de 2022, as cláusulas restritivas das debêntures estavam adimplentes.

A movimentação das debêntures é demonstrada como segue:

	Controladora
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**1.993.210**
Apropriação juros	314.767
Pagamentos - juros	(310.524)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**1.997.453**
Apropriação juros	303.936
Pagamentos - juros	(145.373)
Pagamento -principal	(197.667)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**1.958.349**

Cronograma de vencimento: Em 31 de dezembro de 2023, as parcelas de longo prazo têm o seguinte cronograma de vencimento (não inclusos juros futuros):

Período	
2025	494.167
2026	494.154
2027	247.095
Total	1.235.416

9. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas: A provisão para riscos é composta como segue:

	2023	2022
Tributários	18.992	17.586
Total	18.992	17.586

Refere-se a litígio sobre a cobrança de impostos sobre operações financeiras - IOF na compra e revenda de ações da InterCement Portugal ocorrida em 2014. A flutuação do período refere-se a juros e correção monetária apurados de acordo com a legislação vigente no Brasil. A Companhia possui ainda incertezas tributárias em face da cobrança de IRPJ e CSLL no montante de R$889.017 (R$1.372.579 em 31 de dezembro de 2022), relativos ao ano-calendário de 2012, onde as autoridades fiscais questionam a existência de lucros auferidos no exterior que não teriam sido tributados. Os assessores jurídicos consideram o risco de êxito mais provável do que o risco de perda (“more likely than not”), portanto, não foi constituída provisão. A redução dos valores expostos em 2023 se deu por evolução processual com êxito parcial em favor da Companhia. A exposição a riscos tributários, trabalhistas e cíveis das controladas é divulgada nas demonstrações financeiras consolidadas, apresentadas separadamente. **10. Patrimônio líquido:** Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o capital social é de R$2.562.966, representado por 55.279.765 ações nominativas e sem valor nominal, das quais 52.920.764 são ações ordinárias e 2.359.001 são ações preferenciais classe A. Reserva de capital: *Ações preferenciais - Classe A:* As ações preferenciais (classe A) atribuem a seus titulares o direito ao recebimento de dividendos mínimos, não acúmulo de prejuízos, não têm direito a voto nas Assembleias Gerais da Companhia e podem ser resgatadas mediante deliberação do Conselho de Administração. Quaisquer obrigações e garantias contratuais são registradas no controlador; consequentemente, a Companhia não possui nenhuma obrigação contratual assumida com os detentores das ações preferenciais. Conforme artigo 189 e 200 da Lei 6.404/76 (Lei das S.A.), o prejuízo do exercício será obrigatoriamente absorvido pelos lucros acumulados, pelas reservas de lucros e pela reserva legal, nessa ordem. A reserva de capital poderá ser usada para absorção de prejuízos que ultrapassarem os lucros acumulados e as reservas de lucros. Em 31 de dezembro de 2022, após o consumo integral dessas reservas, foi absorvido pela reserva de capital o montante de R$181.628, com aval dos acionistas da Companhia. Em 31 de dezembro de 2023, foi absorvido pela reserva de capital o prejuízo no montante de R$1.363.132, também com aval dos acionistas da Companhia. Transações com acionistas: Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 ocorreram as seguintes movimentações: (a) A subsidiária integral, InterCement Brasil S.A., em 8 de junho de 2022, adquiriu do acionista minoritário, 5.360.083 ações preferenciais da Estreito (subsidiária da InterCement Brasil), equivalente a 2,94% de participação acionária pelo montante de R$43.627. Referida operação gerou uma perda líquida de R$38.400, o qual foi registrada diretamente no patrimônio líquido por se enquadrar como transação de capital entre acionistas de controle comum. (b) Durante 2022, a subsidiária Loma Negra adquiriu 3.043.500 ações próprias, com desembolso de caixa total de R$50.012, resultando em perda de R$28.616 diretamente registrada no patrimônio líquido. (c) Outras transações entre acionistas nas subsidiárias de Portugal e África do Sul resultaram na perda de R$1.435, reconhecida como transação de capital entre acionistas de controle comum. Em 2023 os valores atribuídos a transações com acionistas foram absorvidos juntamente com a reserva de capital face os prejuízos auferidos no exercício. Reserva de lucros: Em 31 de dezembro de 2022, conforme artigos 189 e 200 da Lei das S.A., a Companhia procedeu à absorção do prejuízo do exercício no montante de R$1.111.430 através da reserva de orçamento de capital, e R$61.637 através da reserva legal, tendo consumido integralmente essas reservas. Em 31 de dezembro de 2023, devido ao prejuízo do exercício, não foram constituídas reservas de orçamento de capital e reserva legal. Dividendos: Aos detentores de ações é assegurado, em cada exercício social, o dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido ajustado em conformidade com o Estatuto e a Lei das Sociedades por Ações. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia não efetuou a destinação dos dividendos mínimos obrigatórios, já que não apurou lucro no exercício.

11. Imposto de renda e contribuição social:

	2023	2022
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(1.302.846)	(1.362.564)
Alíquotas (15% para imposto de renda, mais adicional de 10%, e 9% para contribuição social)	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais	442.968	463.272
Ajustes para apuração do imposto de renda e da contribuição social efetivo:		
Equivalência patrimonial	(390.803)	(448.643)
Imposto de renda e contribuição social diferidos não constituídos ou revertidos	(53.043)	(6.760)
Despesas operacionais não dedutíveis	(2)	–
Crédito de imposto de renda e contribuição social	(880)	7.869
Imposto de renda e contribuição social corrente	(320)	(1.617)
Imposto de renda e contribuição social diferido	(560)	9.486
Crédito de imposto de renda e contribuição social	(880)	7.869

O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram constituídos sobre saldos de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social e diferenças temporárias, até o limite considerado passível de realização. Em 2022 o saldo do ativo diferido foi totalmente constituído. Em 2023 o saldo do ativo diferido não foi constituído em R$33.570. O imposto de renda e a contribuição social diferidos da Companhia são compostos como segue:

	2023	2022
No ativo:		
Prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social	–	8.795
Provisão de participação no resultado	6.903	2.930
Provisão remuneração variável de longo prazo	8.829	7.179
Provisão para contingências	6.457	5.979
Outros	8.395	4.196
Total do ativo	30.584	29.079
No passivo:		
Variação cambial	101.945	99.880
Total do passivo	101.945	99.880
Total líquido classificado no passivo não circulante	71.361	70.801

12. Receita líquida de serviços

	2023	2022
Serviços prestados	72.179	123.939
Impostos sobre os serviços prestados	(4.768)	(5.333)
Total	67.411	118.606

13. Natureza das despesas na demonstração de resultados

As informações sobre a natureza das despesas são apresentadas a seguir:

	2023	2022
Serviços de terceiros (a)	(66.735)	(13.921)
Salários e benefícios a empregados	(61.125)	(53.683)
Amortização	(1.599)	(1.599)
Despesas tributárias	–	(2.549)
Outras despesas	(2.320)	(2.527)
Total	(131.779)	(74.279)

(a) Devido à venda das operações de África do Sul e Moçambique, a Companhia realizou a provisão para pagamento de uma comissão de sucesso no valor de R$40.188 a ser paga ao fornecedor JP Morgan. Em 09 de janeiro de 2024 a InterCement Participações realizou o pagamento integral dessa obrigação.

14. Resultado financeiro:

	2023	2022
Variação cambial:		
Receita com variação cambial (a)	119.242	385.831
Despesa com variação cambial (a)	(104.868)	(396.483)
Total	14.374	(10.652)
Receitas financeiras:		
Rendimento de aplicações financeiras	2.184	1.719
Juros sobre operações com partes relacionadas (b)	307.427	316.177
Outras	611	1
Total	310.222	317.897
Despesas financeiras:		
Juros sobre operações com partes relacionadas	(88.162)	(36.326)
Despesa com juros e encargos	(314.836)	(347.276)
Imposto sobre operações financeiras - IOF	(5.633)	(3.950)
Variação monetária de contingências tributárias	(1.406)	(1.556)
Outras	(3.616)	(4.325)
Total	(413.653)	(393.433)

(a) Refere-se substancialmente, às flutuações nas taxas de câmbio incidentes sobre os empréstimos de mútuos atrelados à moeda estrangeira, conforme mencionado na Nota explicativa nº 6. (b) Refere-se substancialmente a juros dos contratos de mútuos, conforme mencionado na Nota explicativa nº 6. **15. Resultado por ação:** O quadro a seguir demonstra a reconciliação do prejuízo de cada exercício com os montantes utilizados para cálculo do prejuízo básico e diluído por ação:

	2023	2022
Prejuízo do exercício	(1.303.726)	(1.354.695)
Prejuízo do exercício atribuído às ações ordinárias	(1.303.726)	(1.354.695)
Média ponderada de ações ordinárias	52.920.764	52.920.764
Lucro (prejuízo) básico/diluído por ação ordinária (em Reais)	(24,64)	(25,59)

A Companhia não possui dívida conversível em ações nem opções de compra de ações concedidas que poderiam diluir os resultados por ação. **16. Seguros:** O Grupo é coberto por seguradora internacionalmente reconhecida através de contrato guarda-chuva. Esse contrato prevê cobertura a todo o sinistro em propriedades, estoques e lucros suspensos com indenização limite de até R$802.740 (€150.000 mil) e risco de terceiros até R$88.734 (€15.000 mil). As controladas na área de negócio na Argentina e Brasil têm política de cobertura de seguros para risco de terceiros e estoques de acordo com a avaliação da administração. O escopo do trabalho de auditoria não inclui emissão de opinião sobre a suficiência da cobertura de seguro, o qual é determinada pela Administração e é considerada suficiente para cobrir eventuais sinistros. **17. Avais e fianças:** Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia forneceu fiança às suas controladas para assegurar o cumprimento integral das obrigações decorrentes da dívida financeira até o montante de aproximadamente R$7.939(R$8.206 em 2022). **18. Instrumentos financeiros:** A Companhia e suas controladas contratam operações envolvendo instrumentos financeiros, todos registrados em contas patrimoniais, que se destinam a atender às necessidades operacionais e financeiras. São contratadas aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos, bem como instrumentos financeiros derivativos, quando necessário. Essas contratações são apresentadas pela Companhia em suas informações consolidadas preparadas de acordo com as normas internacionais de contabilidade (“IFRS”) e apresentadas em dólares americanos (vide nota 2.1); portanto, essa nota explicativa deve ser analisada em conjunto com essas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, as quais são apresentadas separadamente. **18.1. Gestão do risco de capital:** A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido (empréstimos captados pelas controladas, deduzidos pelo caixa e equivalente de caixa e aplicações financeiras, dessas controladas) e pelo patrimônio líquido (que inclui capital emitido, reservas e lucros acumulados, quando existentes). **18.2. Administração dos riscos financeiros:** A diretoria da área de Tesouraria Corporativa gerencia os riscos financeiros, coordenando o acesso aos mercados domésticos e estrangeiros, monitorando e administrando os riscos relacionados às operações, por meio de relatórios internos por grau e relevância, tais como os riscos de moeda, taxa de juros, preços, crédito e de liquidez. **18.3. Categorias de instrumentos financeiros:** A mensuração dos instrumentos financeiros está agrupada em níveis de 1 a 3, com base no grau em que seu valor justo é cotado: Nível 1: preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos; Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente. Nível 3: técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado. As categorias dos instrumentos financeiros e níveis de hierarquia são como segue:

	2023	2022
Ativos financeiros - custo amortizado		
Partes relacionadas (Nota 6)	**2.842.506**	2.907.067
Ativos financeiros - valor justo por meio do resultado		
Equivalentes de caixa (nível 2) (Nota 3)	**22.121**	12.162
Passivos financeiros - custo amortizado		
Fornecedores	**43.832**	2.314
Empréstimos e financiamentos (Nota 7)	–	180.356
Debêntures (Nota 8)	**1.958.349**	1.997.453
Partes relacionadas (Nota 6)	**1.375.465**	1.101.391

18.4. Exposição a riscos de taxas de juros: A Companhia está exposta a taxas de juros flutuantes e a índices inflacionários, principalmente relacionados às taxas de juros nas aplicações financeiras que são, em sua maioria, vinculadas à variação do CDI e do Sistema Especial de Liquidação e nas Debêntures e notas promissórias. Essas posições estão demonstradas a seguir:

	2023	2022
Ativo:		
CDI	**2.002.177**	2.009.727
Total do ativo	**2.002.177**	2.009.727
Passivo:		
CDI	**(2.253.268)**	(2.282.294)
Total do Passivo	**(2.253.268)**	(2.282.294)
Exposição líquida	**(251.091)**	(272.567)

18.5. Exposição a riscos de taxas de câmbio: A Companhia está exposta a taxas de câmbios, principalmente relacionados a desvalorização do Real frente ao EUR e ao USD. A exposição está demonstrada abaixo:

Exposição ao EUR e USD	2023	2022
Ativo:		
Partes relacionadas (EUR144.040 mil em 2023)	**770.847**	807.537
Passivo:		
Partes relacionadas (EUR169.934 mil em 2023/USD 32.637 mil)	**(1.067.421)**	(904.948)
Exposição líquida	**(296.574)**	(97.411)

18.6. Análise de sensibilidade: Em 31 de dezembro de 2023, a análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros expostos a variações do CDI é conforme segue:

		Cenários		
Operação	**Risco**	**1**	**2**	**3**
Exposição a índices variáveis				
CDI	Aumento do índice	**2.511**	**5.022**	**7.533**

Os cenários 1, 2 e 3 demonstram o impacto no resultado financeiro caso haja um aumento da taxa CDI de 1%, 2% e 3%, respectivamente. Em 31 de dezembro de 2023, a análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros expostos a variações cambial em euro e dólar americano é conforme segue:

		Cenários		
Operação	**Risco**	**1**	**2**	**3**
Exposição a risco cambial				
Euro	Desvalorização do real	**(6.929)**	**(13.857)**	**(20.786)**
USD	Desvalorização do real	**(7.900)**	**(15.800)**	**(23.701)**

Os cenários 1, 2 e 3 demonstram o impacto no resultado da Companhia caso ocorra uma desvalorização da moeda brasileira (Real - R$) frente ao EURO e ao DÓLAR de 5%, 10% e 15%, respectivamente. **19. Eventos subsequentes:** Pagamentos de juros pela subsidiária InterCement B.V. Em 16 de janeiro de 2024, a subsidiária indireta InterCement B.V. pagou juros no montante de R$82.438 (US$15,818 mil), incidentes sobre as Senior Notes. Aquisição de ações próprias pela subsidiária Loma Negra: Em 19 de dezembro de 2023, o Conselho de Administração da Loma Negra aprovou um novo plano para a aquisição de ações próprias do Grupo por um valor máximo de ARS 600 milhões e por um prazo até 30 de março de 2024. Durante o mês de janeiro de 2024, a Loma Negra adquiriu 25.650 ADRs, por um valor total de ARS146.403. Não houve novas aquisições após esta data. Pagamento Fornecedor JP Morgan: Devido à venda das operações de África, a Companhia detinha uma comissão de sucesso no valor de R$40.188 a ser paga ao fornecedor JP Morgan, que se encontrava registrada na rubrica “fornecedores” em 31 de dezembro de 2023. Em 09 de janeiro de 2024 foi realizado o pagamento integral dessa obrigação. Pagamento de dividendos pela subsidiária InterCement Atividades Imobiliárias: Em 08 de fevereiro de 2024 InterCemente Atividades Imobiliárias (IAI) declarou a distribuição de dividendos intercalares no valor de R$24.810 a Companhia, e em 16 de fevereiro de 2024 a IAI realizou o pagamento integral desses dividendos. Prorrogação de vencimento de mútutos entre a Companhia e a subsidiária InterCement B.V. Em 30 de março de 2024, a Companhia assinou um aditamento com a subsidiária InterCement B.V. referente aos mútuos (i) ativo no valor de R$ 378.404 (equivalente a EUR 70.709) e (ii) passivo no valor de R$ 372.064 (equivalente a EUR 69.524), cujos vencimentos originais estavam programados para março de 2024. Com o aditamento, esses mútuos foram prorrogados para março de 2026. **20. Autorização para conclusão das demonstrações financeiras:** Na reunião da Diretoria realizada em 10 de abril de 2024, foi autorizada a conclusão das presentes demonstrações financeiras, estando aprovadas para divulgação.

A DIRETORIA

MAIRA MACHADO - CRC 1SP 314154/O-0

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Acionistas, Conselheiros e Administradores da
InterCement Participações S.A.
São Paulo - SP

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações financeiras da InterCement Participações S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da InterCement Participações S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalva

Conforme descrito na nota explicativa 4 às demonstrações financeiras, a Companhia possui registrado investimentos em participações societárias, no montante de R$1.436.739 mil em 31 de dezembro de 2023, incluindo a participação da Companhia na controlada indireta InterCement Brasil S.A., que possui nesta data saldos registrados de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, no montante de R$706.815 mil, decorrentes de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social gerados nos últimos exercícios, e de diferenças temporárias, substancialmente, relacionadas a provisões para realização de ativos operacionais não financeiros, a serem compensados com lucros tributáveis futuros. Em decorrência do assunto mencionado na seção a seguir intitulada “Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional”, que também se aplica à referida controlada indireta, não foi possível concluir sobre a realização do referido ativo pela controlada indireta, conforme requerido pelo Pronunciamento Técnico CPC 32 (IAS 12) - Tributos sobre o Lucro. Consequentemente, o ativo não circulante e o patrimônio líquido nesta data, estão apresentados a maior em R$706.815 mil, o prejuízo do exercício a menor no mesmo montante, e prejuízo por ação está apresentado a menor em R$13,36.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Chamamos a atenção para a nota explicativa 1 às demonstrações financeiras, que indica que a Companhia incorreu no prejuízo de R$1.303.726 mil durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e, conforme balanço patrimonial nessa data, o passivo circulante da Companhia excedeu o total do ativo circulante em R$1.085.993 mil. Conforme apresentado na nota explicativa 1, esses eventos ou condições, juntamente com outros assuntos descritos na nota explicativa 1, indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Além dos assuntos descritos nas seções “Base para opinião com ressalva” e “Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional”, determinamos que os assuntos descritos abaixo são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Cláusulas restritivas incidentes sobre debêntures - “*covenants*”

Em 31 de dezembro de 2023, conforme nota explicativa 8, a Companhia possui registrado saldo de debêntures a pagar no montante de R$1.235.416 mil, classificados no passivo não circulante e R$722.933 mil classificados no passivo circulante, representando, 44,86% do total do passivo e do patrimônio líquido naquela data. Adicionalmente, a controlada indireta InterCement Participações S.A. possui valores a pagar referentes a debêntures por ela emitidas de R$3.194.894 mil, dos quais R$1.509.399 mil se encontram classificados no passivo circulante. Essas debêntures estão sujeitas ao cumprimento de cláusulas restritivas anuais (“*covenants*”), as quais são calculadas por meio de índices financeiros com base nas demonstrações financeiras consolidadas da própria Companhia e da referida controlada indireta. O descumprimento de qualquer um desses *“covenants”* pode resultar na declaração de vencimento antecipado de um ou mais contratos, incluindo *cross default* das controladas, o que obrigaria a Companhia a pagar de imediato todos os respectivos valores em aberto, e, sendo assim, impactaria de forma significativa sua posição patrimonial, financeira e de liquidez, motivo pelo qual consideramos o cumprimento destas cláusulas restritivas como risco significativo para nossa auditoria. A Companhia monitora constantemente o cumprimento dos *“covenants”*, e quando tem a perspectiva de não cumprimento, obtém *“waivers”* junto às respectivas instituições financeiras. As divulgações sobre as cláusulas restritivas estão incluídas na nota explicativa 8.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) leitura e entendimento das cláusulas restritivas anuais (*“covenants”*) dessas debêntures; (ii) análise e revisão do cálculo dos indicadores desses *“covenants”* efetuados pela diretoria; (iii) confirmação das cláusulas restritivas por meio de informações disponibilizadas pelo agente fiduciário dessas debêntures, e; (iv) a leitura dos *“waivers”* recebidos pela Companhia e controlada indireta junto aos debenturistas, antes da data do balanço, para aqueles *“covenants”* que não foram atendidos. Também avaliamos a adequação das divulgações da nota explicativa 8 às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2023.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, consideramos que os critérios e premissas para a análise de cumprimento dos “*covenants*”, adotados pela diretoria, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 8, incluindo sobre os *“waivers”* recebidos, são razoáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em seu conjunto.

Responsabilidade da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

continua

INTERCEMENT PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ nº 10.456.140/0001-22

➜ continuação

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data do nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo da apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 10 de abril de 2024

EY Building a better working world

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC-SP 034519/O
Cezar Augusto Ansoain de Freitas
Contador - CRC-SP 246234/O

ORIZON ENERGIA E GAS RENOVAVEL LTDA.

CNPJ: 46.226.283/0001-95

Balanço patrimonial em 31/12/2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
Ativo	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	-	-	**1.093**	-
Aplicações financeiras	-	-	**828**	315
Contas a receber de clientes	**4**	-	**7.639**	19.452
Impostos e contribuições a recuperar	-	-	**2**	-
Adiantamentos	-	-	**12.852**	-
Total do ativo circulante	**4**	-	**22.414**	19.767
Não circulante				
Partes relacionadas	**13.345**	-	**61.936**	14.540
Investimento	**81.659**	17.154	-	-
Imobilizado	-	-	**30.227**	30.210
Total do ativo não circulante	**95.004**	17.154	**92.163**	44.750
Total do ativo	**95.008**	17.154	**114.577**	64.517
Passivo	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Circulante				
Fornecedores	-	-	**31.537**	31.525
Impostos e contribuições a recolher	**4**	-	**743**	982
Adiantamentos de clientes	-	-	**1**	14.856
Total do passivo circulante	**4**	-	**32.281**	47.363
Não circulante				
Parcelamento de impostos	-	-	**462**	-
Passivo com partes relacionadas	**14.297**	-	**1.127**	-
Total do passivo não circulante	**14.297**	-	**1.589**	-
Patrimônio líquido				
Reservas de capital	**80.707**	17.154	**80.707**	17.154
Total do patrimônio líquido	**80.707**	17.154	**80.707**	17.154
Total do passivo e do patrimônio líquido	**95.008**	17.154	**114.577**	64.517

Demonstração dos resultados dos exercícios em 31/12/2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Receita operacional líquida	-	-	**66.798**	18.741
Custo dos serviços prestados	-	-	**(304)**	(1.315)
Lucro bruto	-	-	**66.494**	17.426
Receitas (despesas) operacional				
Administrativas e gerais	**(154)**	-	**(169)**	-
Outras receitas/despesas	-	-	-	-
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro equivalência	**(154)**	-	**66.325**	17.426
Resultado financeiro				
Receitas financeiras	-	-	**37**	-
Despesas financeiras	-	-	**(377)**	-
Resultado de equivalência patrimonial	**63.707**	17.154	-	-
Lucro antes de IR e CS	**63.553**	17.154	**65.985**	17.426
IR e CS	-	-	**(2.432)**	(272)
Lucro líquido do exercício	**63.553**	17.154	**63.553**	17.154

Demonstração do resultado abrangente em 31/12/2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido do exercício	**63.553**	17.154
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	**63.553**	17.154

Demonstração das mutações do patrimônio líquido em 31/12/2023 e 2022 - (Valores expressos em milhares de reais)

	Reserva legal	Reserva para investimentos	Lucros acumulados	Total
Saldos em 01/01/2022	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	17.154	17.154
Saldos em 31/12/2022	-	-	**17.154**	**17.154**
Lucro líquido do exercício	-	-	63.553	63.553
Destinação do resultado do exercício	3.178	60.375	(63.553)	-
Saldos em 31/12/2023	**3.178**	**60.375**	**17.154**	**80.707**

Demonstração dos fluxos de caixa em 31/12/2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
Fluxo de caixa das atividades operacionais	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido do exercício	**63.553**	17.154	**63.553**	17.154
Ajustes de reconciliação do lucro líquido do exercício ao caixa gerado pelas atividades operacionais				
Resultado de equivalência patrimonial	**(63.707)**	(17.154)	-	-
Redução (aumento) nos ativos				
Contas a receber de clientes	**(4)**	-	**11.813**	(19.452)
Impostos a recuperar	-	-	**(2)**	-
Adiantamentos	-	-	**(12.852)**	-
Aumento (redução) nos passivos				
Fornecedores	-	-	**12**	1.315
Impostos e contribuições a recolher	**4**	-	**(239)**	982
Parcelamentos de impostos	-	-	**462**	-
Adiantamento de clientes	-	-	**(14.855)**	14.856
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	**(154)**	-	**47.892**	14.855
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Aumento de capital	**(798)**	-	-	-
Aquisição de imobilizado	-	-	**(17)**	-
Aplicações financeiras	-	-	**(513)**	(315)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	**(798)**	-	**(530)**	(315)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Partes relacionadas	**952**	-	**(46.269)**	(14.540)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	**952**	-	**(46.269)**	(14.540)
Aumento no saldo de caixa e equivalentes de caixa	-	-	**1.093**	-
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	-	-	-	-
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	-	-	**1.093**	-
Aumento no saldo de caixa e equivalentes de caixa	-	-	**1.093**	-

Leonardo Roberto Pereira dos Santos
Diretor - CPF 218.498.438-80

Jessé Gonçalves de Lima Andrade
Contador - CRC/RJ 115836/O-8 - CPF 114.816.477-41

DECLARAÇÃO À PRAÇA

J.F. ASSESSORIA E CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA, registrada na JUCESP sob o NIRE nº 3522141120-7, CNPJ nº 03.572.749/0001-10, localizada à Calçada dos Girassois, nº 16 - Aphaville, Barueri/SP - CEP 06453-022, Comunica o Extravio das duas vias originais da 3º Alteração Contratual registrada sob o NIRE nº 3522141120-7 em 08/05/2007.

Kangu Participações S.A.

CNPJ nº 30.227.267/0001-87

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

Balanços patrimoniais

Ativo	Nota	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Ativo Circulante					
Caixa e equivalentes em caixa	4	746	274	46.891	28.763
Contas a receber de clientes	5	–	–	25.331	36.379
Adiantamentos para fornecedores		–	–	1.186	6.680
Tributos a recuperar	6	1.050	18	6.515	7.431
Outras contas a receber		–	107	3.613	3.011
Despesas antecipadas		–	295	630	975
Total do ativo circulante		1.796	694	84.166	83.239
Não Circulante					
IR e CS diferidos	7	–	–	6.480	8.305
Investimentos	8	37.618	39.607	–	–
Imobilizado	9	–	–	2.548	3.604
Intangível	10	415	591	614	964
Direito de Uso	15	–	–	1.105	–
Total do ativo não circulante		38.033	40.198	10.747	12.873
Total do ativo		39.829	40.892	94.913	96.112

Passivo	Nota	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Passivo Circulante					
Fornecedores	11	–	58	16.146	26.548
Arrendamentos	15	–	–	127	–
Impostos e contribuições a recolher	12	–	–	3.481	5.915
IR e CS a pagar	7	593	–	5.274	1.347
Salários, férias e comissões a pagar	13	–	–	13.054	10.438
Adiantamento de Clientes		–	–	294	80
Outras contas a pagar	14	648	526	16.844	11.476
Total do passivo circulante		1.241	584	55.220	55.804
Passivo Não Circulante					
Arrendamentos	15	–	–	1.105	–
Total do passivo não circulante		–	–	1.105	–
Patrimônio líquido	17				
Capital social		22.482	16.963	22.482	16.963
Reservas de capital		–	5.519	–	5.519
Reservas de lucros		16.106	17.881	16.106	17.881
Outros resultados abrangentes		–	(55)	–	(55)
Total do patrimônio líquido		38.588	40.308	38.588	40.308
Total do passivo		39.829	40.892	94.913	96.112

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

	Nota	Capital social	Reserva de capital	Reserva de lucros: Reserva legal	Reserva de lucros: Retenção de lucros	Lucros acumulados	Ajuste de avaliação patrimonial	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021		16.963	5.519	1.286	6.604	–	(147)	30.225
Dividendos pagos sobre lucros acumulados formados		–	–	–	–	–	–	–
Plano de opções em ações registrado por controlada		–	–	–	–	–	–	–
Ajuste de avaliação patrimonial registrado por controladas		–	–	–	–	–	92	92
Lucro líquido do exercício		–	–	–	–	10.517	–	10.517
Proposta de destinação do lucro líquido:								
Absorção de prejuízos acumulados		–	–	–	–	–	–	–
Constituição de reserva legal		–	–	526	–	(526)	–	–
Dividendos propostos		–	–	–	–	(526)	–	(526)
Reserva de lucros		–	–	–	9.465	(9.465)	–	–
Saldos em 31 de dezembro de 2022		16.963	5.519	1.812	16.069	–	(55)	40.308
Ajuste de avaliação patrimonial registrado por controladas		–	–	–	–	–	916	916
Aumento de Capital Social com reservas		5.519	(5.519)	–	–	–	–	–
Dividendos Pagos sobre Lucros Acumulados formados		–	–	–	(13.935)	–	–	(13.935)
Venda Participação Societária		–	–	–	–	(160)	(861)	(1.021)
Lucro líquido do exercício		–	–	–	–	12.968	–	12.968
Proposta de destinação do lucro líquido:								
Constituição para reserva legal		–	–	648	–	(648)	–	–
Dividendos propostos		–	–	–	–	(648)	–	(648)
Aumento do capital social com lucro do exercício		–	–	–	–	–	–	–
Reserva de lucros		–	–	–	11.512	(11.512)	–	–
Saldos em 31 de dezembro de 2023		22.482	–	2.460	13.646	–	–	38.588

A Diretoria

Contador: Sergio Rougemont - CRC RJ 115.875/0-6

Demonstrações dos resultados

	Nota	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Receita líquida da prestação de serviços	18	–	–	273.612	199.797
Custos dos serviços prestados	19	(11)	–	(158.773)	(113.684)
Lucro bruto		(11)	–	114.839	86.113
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas comerciais	19	–	–	(17.828)	(8.351)
Despesas administrativas e gerais	19	(4.423)	(842)	(88.555)	(68.470)
Receita com equivalência patrimonial	8	17.824	11.278	–	–
Outras despesas operacionais, líquidas		–	–	–	5
Lucro antes do resultado financeiro e tributos		13.390	10.436	8.456	9.297
Resultado financeiro, líquido	20	(40)	81	3.324	109
Lucro antes do IR e CS		13.350	10.517	11.780	9.406
IR e CS - correntes	7	(382)	–	(3.178)	(6.654)
IR e CS - diferidos	7	–	–	1.653	2.422
Lucro após os tributos proveniente de operações Descontinuadas		–	–	2.713	5.342
Lucro líquido do exercício		12.968	10.517	12.968	10.516

Demonstrações dos resultados abrangentes

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Lucro líquido do exercício	12.968	10.517	12.968	10.516
Outros resultados abrangentes:				
Ajustes acumulados de conversão	55	92	55	94
Resultado abrangente total	13.023	10.609	13.023	10.610

Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Lucro do exercício antes do IR e CS	**13.350**	10.516	**11.780**	9.406
Lucro antes dos tributos provenientes de operações descontinuadas	–	–	**3.831**	6.379
Depreciação e amortização	**176**	113	**1.656**	912
Resultado com equivalência patrimonial	**(17.824)**	(11.278)	–	–
Juros sobre o passivo de arrendamento	–	–	**124**	–
Baixa de Imobilizado	–	–	**414**	–
Provisão para contingências e demais provisões	–	–	–	(151)
Tributo não recuperável sobre alienação de participação societária	**3.772**	–	**5.100**	
Diferença de cambio na consolidação de três meses das entidades no exterior	–	–	**916**	–
Outros ajustes	–	–	**(203)**	104
Variações nos ativos				
(Aumento) redução de contas a receber de clientes	–	–	**(4.130)**	(5.391)
(Aumento) redução dos estoques	–	–	–	7
(Aumento) redução de adiantamento aos fornecedores	–	5	**5.487**	(3.456)
(Aumento) redução de impostos a recuperar no curto e longo prazo	**(423)**	(15)	**(14.171)**	(5.447)
(Aumento) de valores a receber de partes relacionadas no curto e longo prazo	–	3	–	(1)
(Aumento) redução de outras contas a receber e despesas antecipadas	**402**	(402)	**(548)**	(2.344)
(Aumento) redução de outros recebíveis no longo prazo	–	–	–	24
Variações nos passivos				
Aumento (redução) de fornecedores	**(58)**	(153)	**(3.489)**	12.554
Aumento (redução) de impostos e contribuições a recolher no curto e longo prazo	**461**	(77)	**4.610**	(1.611)
Aumento (redução) de salários e férias a pagar	–	–	**4.364**	4.818
IR e CS pagos	**(251)**	–	–	(9.878)
Aumento (redução) de outras contas a pagar e outros passivos de longo prazo	–	–	**5.627**	3.951
Caixa líquido proveniente (usado) das atividades operacionais	**(395)**	(1.288)	**21.368**	9.876
Fluxos de caixa das atividades de investimentos				
Recebimento por alienação de participação societária, líquido de tributação	**13.474**	(1.163)	**14.459**	–
Saldo de caixa cedido na alienação de participação societária	–	–	**(2.342)**	–
Dividendos recebidos de controladas	**1.853**	2.000	–	–
Aquisição de ativo imobilizado	–	–	**(397)**	(1.860)
Aquisição de ativo intangível	–	(450)	–	(467)
Caixa líquido usado nas atividades de investimento	**15.327**	387	**11.720**	(2.326)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos				
Dividendos pagos aos acionistas	**(14.460)**	–	**(14.460)**	–
Pagamento de principal e juros de arrendamento	–	–	**(500)**	–
Caixa líquido gerado das atividades de financiamento	**(14.460)**	–	**(14.960)**	–
Aumento (Redução) do caixa e equivalentes de caixa	**472**	(901)	**18.128**	7.549
Demonstração da redução do caixa e equivalentes de caixa				
No início do exercício	**274**	1.175	**28.763**	21.214
No fim do exercício	**746**	274	**46.891**	28.763
Aumento (Redução) do caixa e equivalentes de caixa	**472**	(901)	**18.128**	7.549

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas da **Kangu Participações S.A..** São Paulo - SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Kangu Participações S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras:** A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 02 de abril de 2024

EY Building a better working world

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC 2SP-034519/0-6
Hernane Rocha
Contador CRC 253295/0

BANCO PAULISTA S.A.

CNPJ nº 61.820.817/0001-09 – NIRE 3.530.003.478-3

Convocação – Assembleia Geral Conjunta Ordinária e Extraordinária a Realizar-se em 23 de abril de 2024.

Ficam convocados os acionistas do Banco Paulista S/A, para a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária a ser realizada na sede social da Companhia, na Av. Brigadeiro Faria Lima, 1.355 – 2º andar, no dia 23/04/2024 às 11h, em primeira chamada, e às 11:30h em segunda chamada, com qualquer quórum, para tratar das seguintes matérias constantes da ordem do dia: **I. AGO:** (a)exame, discussão e votação das contas dos administradores e das demonstrações financeiras da Sociedade referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2023; (b) a não instalação do Conselho Fiscal no corrente exercício; e (c) aprovação do Relatório Anual do Comitê de Remuneração. Acham-se à disposição dos senhores acionistas, na sede social, os documentos da Administração, exigidos pelo artigo 133 da Lei nº 6.404/76. **II. AGE:** (a)deliberar sobre a aceitação da RENÚNCIA do cargo de diretor do Banco Paulista S.A.; (b) alteração dos Artigos 6º e 18º do Estatuto Social da Sociedade; (c) deliberar sobre a constituição do "Comitê Executivo", com a inclusão do artigo 20º do Estatuto Social; (d) reformulação e consolidação do Estatuto Social da Sociedade para refletir as deliberações constantes desta assembleia, se aprovadas; (e) eleição dos membros da Diretoria com mandato até a AGO de 2026, para o cargo de diretor, sem designação especial; (f) eleição dos membros do Comitê de Remuneração com mandato até a AGO de 2026; (g) autorização para os administradores da Sociedade praticarem todos os atos necessários à implementação das deliberações da ordem do dia; e (h) outros assuntos. SP, 13/04/2024. Marcelo de Toledo Guimarães – Diretor Presidente.

Juntos Somos Mais Fidelização S.A.

CNPJ nº 29.894.630/0001-39 - NIRE 35.300.534.301

Edital de Convocação

Ficam os Senhores Acionistas da Juntos Somos Mais Fidelização S.A. ("Companhia") convocados para se reunirem em Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária ("Assembleia"), a serem realizadas cumulativamente em 25 de abril de 2024, às 16:00 horas, horário de Brasília, **de forma semipresencial**, excepcionalmente, na **Avenida Paulista, nº 1978, 9º andar, conjuntos 91 e 92, Cerqueira Cesar, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 01418-102**, com transmissão simultânea por meio da plataforma digital Microsoft Teams, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: Em Assembleia Geral Ordinária: **(i)** tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar o relatório da administração, o balanço patrimonial e as demais demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, conforme publicados na edição de 18 de março de 2024 do jornal "O DIA SP", bem como na página do mesmo jornal na internet, nas páginas 02 e 03; **(ii)** deliberar a respeito da destinação do resultado do exercício; e **(iii)** conhecer a renúncia apresentada por membro do Conselho de Administração da Companhia e a subsequente eleição de seu substituto. Em Assembleia Geral Extraordinária: deliberar sobre **(i)** a remuneração anual global dos administradores da Companhia; **(ii)** a transferência do endereço da sede da Companhia e a consequente alteração do artigo 2º do Estatuto Social; **(iii)** a alteração do Estatuto Social: (a) para prever expressamente a possibilidade de conversão de classe de ações de emissão da Companhia, de ordinárias em preferenciais; e (b) para prever expressamente a possibilidade de realização de assembleias gerais de forma também semipresencial ou exclusivamente digital; **(iv)** o aumento do capital social da Companhia, mediante a emissão de novas ações preferenciais, nominativas e sem valor nominal, em razão dos exercícios das opções de compra outorgadas no âmbito do Plano de Opção de Compra de Ações, aprovado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 7 de agosto de 2020, e a correspondente alteração do artigo 5º do Estatuto Social; **(v)** a conversão da espécie de ações de titularidade de determinados acionistas da Companhia, de ordinárias em preferenciais; **(vi)** a proposta de aumento do capital social da Companhia, no valor de até R$13.235.260,30 (treze milhões, duzentos e trinta e cinco mil duzentos e sessenta reais e trinta centavos), mediante a emissão de até 4.968.586 (quatro milhões, novecentas e sessenta e oito mil quinhentas e oitenta e seis) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, e até 13.272 (treze mil duzentas e setenta e duas) novas ações preferenciais, nominativas e sem valor nominal, pelo preço de emissão de R$2,66 (dois reais e sessenta e seis centavos) por ação e, conforme aplicável, a correspondente alteração do artigo 5º do Estatuto Social; **(vii)** a consolidação do Estatuto Social para refletir as alterações propostas nos itens anteriores; e **(viii)** a autorização à administração da Companhia para praticar todos os atos necessários à implementação das matérias aprovadas. A Assembleia será transmitida digitalmente por meio do sistema Microsoft Teams, por meio do qual os acionistas poderão ver e ser vistos, ouvir e se manifestarem simultaneamente. Para tanto, um e-mail será enviado aos acionistas que o solicitarem, contendo todas as orientações técnicas de acesso ao sistema e de participação remota. Para que os representantes legais ou procuradores dos acionistas possam participar da Assembleia, deverão encaminhar à Companhia, preferencialmente, até às 16:00 horas, horário de Brasília, do dia 24 de abril de 2024, cópias dos seguintes documentos, conforme aplicáveis: (i) documento hábil de identidade do acionista ou de seu representante, e do procurador; (ii) em caso de pessoas jurídicas, cópia simples ou original do seu contrato/estatuto social consolidado em vigor, devidamente registrado no respectivo órgão de registro; e (iii) instrumento de procuração, devidamente regularizado na forma da lei. Os documentos e a solicitação de instruções para participação de forma remota deverão ser enviados para a Companhia por meio do seguinte e-mail: filiphe.silva@juntossomosmais.com.br. A Companhia ressalta que as demonstrações financeiras completas, bem como os documentos pertinentes para discussão da ordem do dia estão à disposição de V. Sas. na sede social da Companhia, conforme aviso aos acionistas publicado nas edições dos dias 13, 14 e 15 de março de 2024, do jornal "O DIA SP", bem como na página do mesmo jornal na internet, nas páginas 1, 3 e 1, respectivamente. São Paulo, 16 de abril de 2024. Conselho de Administração, p. Osvaldo Ayres Filho - Presidente. (16, 17 e 18/04)

ADL Investimentos S.A.

CNPJ nº 22.387.312/0001-32 - NIRE 35300532899

Convocação - Assembleia Geral Ordinária 2024 (AGO)

1. A acionista Leda Maria Barjas Baléche, brasileira, viúva, aposentada, portadora da Cédula de Identidade RG nº 3.858.150 SSP-SP, inscrita no CPF/MF sob nº 578.997.388-49, residente e domiciliada nesta Capital, na Rua Diego de Castilho, nº 500, aptº aptº 71 – Bloco 03 – Morumbi – CEP: 05704-070, convoca o Dr. Vinicius Barjas Baléche, brasileiro, divorciado, advogado, portador da Cédula de Identidade RG n.º 30.321.292-5 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o n.º 223.209.008-61, com endereço nesta capital na Rua Diego de Castilho, n.º 500, aptº 191, bloco 03, Morumbi, CEP 05704-070, em comprimento ao disposto do artigo 132 da Lei 6.404/76 para participar da AGO que se realizará no dia 24.04.2024, às 14:00hs, em primeira convocação, e às 15:00hs em segunda convocação, com qualquer número de acionistas, de modo totalmente digital e, pois, por meio do sistema eletrônico identificado abaixo, a qual será integralmente gravada e permitirá a participação e a votação à distância mediante atuação remota, nos termos da Instrução Normativa número 81/2020 do Departamento Nacional de Registro empresarial e Integração ("IN DREI nº 81/2020"), e que para todos os efeitos será considerada como realizada na sede da Companhia, na Avenida Paulista, 807, conj.2315, em São Paulo, Capital do Estado de São Paulo, bairro Cerqueira Cesar, para tratarem da seguinte ordem do dia: (i) Prestação de contas pelos então Administradores Srs. Hugo Luis Chaluleu, CPF nº 006.465.428-18 e Vinicius Barjas Baléche CPF n° 223.209.008-61, referentes aos exercícios sociais encerrados em 31.12.2019, 31.12.2020, 31.12.2021, 31.12.2022 e 31.12.2023 sob pena de não o fazendo de forma documentalmente satisfatória e com informações necessárias, serem propostas medidas judiciais haja vista transferências de valores de contas bancarias da Companhia para beneficiários não identificados nos lançamentos contábeis ou mesmo em extratos bancários e, em sendo devolução de mútuos serem apresentadas a memórias de cálculo contemplando índices de correção monetárias e juros; (ii) Análise dos balanços patrimoniais e os de resultados econômicos dos exercícios sociais encerrados em 31.12.2019, 31.12.2020, 31.12.2021, 31.12.2022 e 31.12.2023 para apuração e confirmação de lucros em cada um daqueles exercícios sociais e sua respectiva distribuição na proporção de 50% para a acionista que convoca esta AGO e 50% para o Espólio de Antônio Baléche em cursos operante da 3ª Vara da Família e Sucessões desta Capital mediante a depósito judicial ou investidos junto aos bancos nos quais a Companhia tem contas de aplicações financeiras; (iii) Apresentação pelos Srs. Hugo Luis Chaluleu, CPF nº 006.465.428-18 e Vinicius Barjas Baléche CPF n° 223.209.008-61, de todos os documentos que respaldaram quaisquer contratos de mútuo da Companhia, de qualquer importância em que figure ela como mutuante ou mutuária e justifiquem a existência de todo e qualquer passivo com a respectiva documentação; (iv) Aprovação da remuneração de valores disponibilizados para a Companhia pela acionista que convoca esta AGO com a respectiva memória de cálculos contendo critérios adotados sendo certo que não foram aprovados pela acionista que convoca esta AGO; (v) Fixar em R$ 15.000,00 a remuneração da Diretora Leda Maria Barjas Baléche para o período compreendido entre o dia 24.04.2024 e ao dia da realização da AGO de 2025; (vi) Outras matérias relacionadas e pertinentes aos tópicos anteriores, especificamente atinentes à origem e destinação de recursos de e para a Companhia, e inclusive aqueles advindos de imóveis pertencentes a Kadisha Participações Ltda. CNPJ nº 32.423.308/0001-36 e destinação de recursos sacados de contas bancárias da Companhia; e a depender das informações prestadas pelos administradores a identificação dos beneficiários, acionistas ou não, receptores de valores identificados ou estimados. 2. Para os esclarecimentos que se fizerem necessários sobre as matérias objeto da ordem do dia da AGO ora convocada, poderão estar presentes assessores devidamente convocados pelos acionistas e identificados para conhecimento dos demais acionistas, e para tanto identificados, convidados esses que deverão se cadastrar no endereço eletrônico (hlaw@hlaw.com.br) para participarem da AGO ora convocada conforme abaixo informado. **Instruções Gerais**: a.) Nos termos do Artigo 126 da LSA e da IN DREI nº 81/2020, para participar da Assembleia o acionista deverá apresentar o documento de identificação e/ou o documento societário respectivo. Com relação à participação de acionista por meio de procurador, deverão ser observados os requisitos do artigo 126 da LSA. b.) Os acionistas que desejarem participar da Assembleia deverão solicitar o link e demais dados de acesso ao sistema eletrônico, obrigatoriamente, até 30 minutos antes da abertura dos trabalhos da Assembleia, mediante envio de e-mail ao seguinte endereço eletrônico: hlaw@hlaw.com.br, até 48 horas antes do horário previsto para a realização da Assembleia, e para o qual também serão encaminhados os documentos de identificação e de representação. O e-mail enviado com a solicitação e respectivos documentos será considerado e-mail de credenciamento. Os acionistas que se credenciarem e participarem via Zoom, serão considerados presentes à Assembleia e assinantes da respectiva ata e da folha correspondente do Livro de Presença, os quais deverão ser firmados pelo Presidente e Secretário da mesa. c.) Após o envio do e-mail pelo acionista com o seu documento ou de seu procurador, será enviado um convite individual com o link de acesso e instruções sobre o registro no sistema eletrônico. Os convites individuais para acesso virtual serão enviados aos endereços de e-mail que tiverem sido validados no credenciamento. d.) Participação e voto a distância: As manifestações de voto e/ou outras manifestações, por escrito, dos acionistas, se for o caso, serão entregues pelos acionistas na respectiva ordem, durante a realização da Assembleia. Cada manifestação escrita poderá ser enviada durante a Assembleia para o e-mail mencionado acima, ou, ainda, ser anexada no sistema eletrônico. Os acionistas, desde já, autorizam que a Companhia utilize quaisquer informações constantes da gravação da Assembleia, em qualquer esfera administrativa e/ou judicial. Eventuais dúvidas sobre as questões acima poderão ser dirimidas por meio de mensagem eletrônica para o endereço eletrônico acima mencionado. São Paulo, 12/04/2024. aa) Leda Maria Barjas Beléche . Acionista e Administradora. (15, 16 e 17/04/2024)

ORIZON BIOMETANO PAULINIA I LTDA.

CNPJ: 46.698.808/0001-95

Balanço patrimonial em 31/12/2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

Ativo	31/12/2023	31/12/2022
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	**1.041**	-
Aplicações financeiras	-	315
Contas a receber de clientes	**7.639**	19.452
Total do ativo circulante	**8.680**	19.767
Não Circulante		
Partes relacionadas	**75.163**	14.540
Imobilizado, Líquido	**29.959**	30.210
Total do ativo não circulante	**105.122**	44.750
Total do ativo	**113.802**	64.517
Passivo	31/12/2023	31/12/2022
Circulante		
Fornecedores	**31.526**	31.525
Impostos e contribuições a recolher	**728**	982
Adiantamento a clientes	-	14.856
Total do passivo circulante	**32.254**	47.363
Passivo não circulante		
Parcelamento de Impostos	**462**	-
Total do passivo não circulante	**462**	-
Patrimônio líquido		
Capital social	-	-
Reservas de capital	**81.086**	17.154
Total do patrimônio líquido	**81.086**	17.154
Total do passivo	**113.802**	64.517

Demonstração do resultado abrangente em 31/12/2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido do exercício	**63.932**	**17.154**
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	**63.932**	**17.154**

Demonstração dos resultados dos exercícios em 31/12/2023 e 2022 - (Valores expressos em milhares de reais)

	31/12/2023	31/12/2022
Receita operacional líquida	**66.798**	18.741
Custo dos serviços prestados	**(253)**	(1.315)
Lucro bruto	**66.545**	17.426
Receitas (despesas) operacionais		
Gerais e administrativas	-	-
Outras receitas (despesas)	-	-
Lucro antes do resultado financeiro equivalência	**66.545**	17.426
Receitas financeiras	**9**	-
Despesas financeiras	**(197)**	-
Lucro antes do IR e contribuição social	**66.357**	17.426
Imposto de renda e contribuição social	**(2.425)**	(272)
Lucro líquido do exercício	**63.932**	17.154

Demonstração das mutações do patrimônio líquido em 31/12/2023 e 2022 - (Valores expressos em milhares de reais)

	Reserva legal	Reserva legal	Reserva para investimentos	Lucros acumulados	Total
Saldos em 01/01/2022	-	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	17.154	17.154
Saldos em 31/12/2022	-	-	-	**17.154**	**17.154**
Lucro líquido do exercício	-	-	-	63.932	63.932
Destinação do resultado do exercício	-	3.197	60.735	(63.932)	-
Saldos em 31/12/2023	-	**3.197**	**60.735**	**17.154**	**81.086**

Demonstração dos fluxos de caixa em 31/12/2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido do exercício	**63.932**	17.154
Ajustes ao lucro:		
Depreciação e amortização	**253**	-
(Aumento) redução nos ativos operacionais		
Contas a receber de clientes	**11.813**	(19.452)
Aumento (redução) nos passivos operacionais		
Fornecedores	**1**	1.315
Parcelamento de impostos	**462**	-
Impostos e contribuições a recolher	**(254)**	982
Adiantamento de clientes	**(14.856)**	14.856
Caixa (aplicado nas) atividades operacionais	**61.351**	14.855
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Aquisições de imobilizado	**(2)**	-
Aplicações financeiras	**315**	(315)
Caixa líquido (aplicado nas) atividades de investimento	**313**	(315)
Fluxos de caixa das atividades de f inanciamento		
Partes relacionadas	**(60.623)**	(14.540)
Caixa líquido (aplicado nas) das atividades de financiamento	**(60.623)**	(14.540)
Aumento no caixa e equivalentes de caixa	**1.041**	-
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	-	-
Caixa e Equivalentes de caixa no final do exercício	**1.041**	-
Aumento no caixa e equivalentes de caixa	**1.041**	-

Leonardo Roberto Pereira dos Santos
Diretor - CPF 218.498.438-80

Jessé Gonçalves de Lima Andrade
Contador - CRC/RJ 115836/O-8 - CPF 114.816.477-41



NZN

No Zebra Network S.A.

CNPJ nº 04.883.570/0001-28

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31/12/2023 E 2022 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado ao contrário)

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Ativo	Notas	2023	2022
Ativo circulante		**17.247**	**19.904**
Caixa e equivalentes de caixa	3	8.598	9.977
Contas a receber de clientes e outros	4	7.185	8.607
Impostos a recuperar	5	962	765
Despesas antecipadas		415	319
Outros ativos	-	87	236
Ativo não circulante		**58.066**	**59.153**
Aplicações financeiras - Caução aluguel	-	84	84
Impostos a recuperar	5	1.104	890
Depósitos judiciais		265	265
Imobilizado	6	1.274	1.748
Intangível	7	55.339	56.166
Total do ativo		**75.313**	**79.057**

Passivo e Patrimônio Líquido	Notas	2023	2022
Passivo circulante		**7.628**	**8.245**
Fornecedores	8	923	327
Obrigações trabalhistas	9	982	1.155
Impostos e contribuições	10	459	601
Passivo de arrendamento - Direito de uso	11	232	232
Outras contas a pagar	12	5.032	5.930
Passivo não circulante		**29.258**	**29.500**
Provisão para riscos fiscais e trabalhistas	13	-	3
Impostos diferidos	14	28.425	28.425
Passivo de arrendamento - Direito de uso	11	833	1.072
Patrimônio líquido		**38.428**	**41.312**
Capital social	15.a	56.840	56.840
Prejuízos acumulados	-	(18.413)	(15.528)
Total do passivo e patrimônio líquido		**75.313**	**79.057**

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

	Notas	2023	2022
Receita operacional líquida	16	17.473	24.376
(-) Custo dos serviços prestados	17	(11.453)	(13.302)
Lucro bruto		**6.020**	**11.074**
(Despesas) receitas operacionais			
Despesas comerciais	17	(743)	(1.099)
Despesas gerais e administrativas	17	(9.355)	(8.044)
Outras (despesas) receitas líquidas	18	911	(11.087)
Prejuízo operacional antes do resultado financeiro		**(3.167)**	**(9.156)**
Receitas financeiras	19	745	692
Despesas financeiras	19	(361)	(477)
Variação cambial, líquida	19	(55)	(294)
Prejuízo antes do IR e CS		**(2.838)**	**(9.234)**
(-) IR e CS - Corrente	20	(46)	23
Prejuízo do exercício		**(2.885)**	**(9.211)**

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Capital social	Prejuízos acumulados	Patrimônio líquido
Saldos em 31/12/2021	**56.840**	**(5.007)**	**51.833**
Prejuízo do exercício	-	(9.211)	(9.211)
Juros sobre capital próprio	-	(1.310)	(1.310)
Saldos em 31/12/2022	**56.840**	**(15.528)**	**41.312**
Prejuízo do exercício	-	(2.885)	(2.885)
Saldos em 31/12/2023	**56.840**	**(18.413)**	**38.427**

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

	2023	2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo antes do IR e CS	**(2.838)**	**(9.234)**
Ajustes para reconciliar o lucro do exercício com o caixa aplicado nas atividades operacionais		
Depreciação	3.214	2.303
Amortização dos direitos de uso - IFRS 16	188	131
Constituição (reversão) de provisão para perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa	(262)	(217)
Outras provisões	(3)	-
Baixa líquida de imobilizado e intangível	21	3.315
Baixa líquida de direitos de uso	-	333
Despesas de juros sobre arrendamentos	305	380
Baixas de contratos e reduções por taxa incremental (IFRS 16)	-	5
Provisão para *impairment* de intangível (ágio)	-	10.700
	628	**7.716**
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
(+/-) Contas a receber	1.684	381
(+/-) Impostos a recuperar	(411)	(264)
(+/-) Depósitos judiciais	-	21
(+/-) Despesas antecipadas	(97)	(148)
(+/-) Outros ativos	150	(62)
(+/-) Fornecedores	596	(218)
(+/-) Obrigações trabalhistas	(173)	84
(+/-) Impostos e contribuições	(142)	(490)
(+/-) Provisão para riscos fiscais e trabalhistas	3	-
(+/-) Outras contas a pagar	(899)	1.003
(+/-) IR e CS	(46)	23
(=) Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	**1.288**	**8.046**
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de imobilizado e outros	(134)	(521)
Aquisição de intangível	(1.989)	(6.255)
(=) Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	**(2.123)**	**(6.776)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Pagamentos de arrendamento direito de uso	(544)	(511)
Pagamento de juros sobre capital próprio	-	(1.310)
(=) Caixa líquido (aplicado) das atividades de financiamentos	**(544)**	**(1.821)**
(=) Redução líquido de caixa e equivalentes de caixa	**(1.379)**	**(551)**
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	9.977	10.528
Caixa e equivalente de caixa no fim do exercício	8.598	9.977
(=) Redução líquido de caixa e equivalentes de caixa	**(1.379)**	**(551)**

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

1. Contexto operacional: A No Zebra Network S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado constituída em 01/02/2002, de acordo com as leis brasileiras, com sede à Rua Ceará, 470, na cidade e Estado de São Paulo. A Companhia tem como atividade preponderante a venda de publicidade online em websites de conteúdo próprio e aplicativos para dispositivos móveis. Os websites de propriedade da Companhia são: Baixaki, Click Jogos, Tecmundo, Voxel, Mega Curioso, The Brief, Super Downloads e Minha Série. A Companhia também realiza a prestação de serviço de construção de websites de conteúdo além da comercialização da produção de conteúdo digital e produção de vídeos para publicidade. **2. Apresentação das demonstrações contábeis e principais práticas contábeis: 2.1. Declaração de conformidade:** As demonstrações contábeis individuais foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). **2.2. Base de elaboração:** As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos no fim de cada período de relatório, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. **2.3. Resumo das principais práticas contábeis:** O resumo das principais políticas contábeis adotadas pela Companhia é como segue: **2.3.1. Caixa e equivalentes de caixa:** Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras, com prazo de resgate de até 90 dias da data da aplicação. Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento do exercício, com liquidez imediata, e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. **2.3.2. Contas a receber de clientes:** São demonstradas pelos valores nominais das notas fiscais, acrescidos de variação cambial e ajustados ao valor presente até a data do balanço, quando aplicável. A provisão para perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa é constituída através de análise individual dos créditos em atraso, conjugado com o índice de perdas históricas. A provisão constituída é considerada suficiente pela Administração para cobrir potenciais perdas na realização das contas a receber de clientes. **2.3.3. Imobilizado:** Estão demonstrados ao valor de custo, deduzidos de depreciação acumulada e perda por redução ao valor recuperável, quanto aplicável. A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados. A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado (exceto para terrenos e imobilizado em andamento). A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no final da data do balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. **2.3.4. Arrendamentos:** Determinados contratos de arrendamento transferem substancialmente à Companhia os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo. Esses contratos são caracterizados como contratos de arrendamento, sendo registrados no momento inicial como ativo de direito de uso em contrapartida ao passivo de arrendamento pelo valor presente dos pagamentos de arrendamento remanescentes, descontado pela taxa incremental, conforme NBC TG 06/R3 - "Arrendamentos". **2.3.5. Intangível:** Ativos intangíveis adquiridos com vida útil definida, são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Os ativos intangíveis adquiridos com vida útil indefinida são registrados ao valor justo apurado na data de aquisição, deduzido das perdas por redução ao valor recuperável. **i) Ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*):** O ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) resultante de uma combinação de negócios é demonstrado ao custo na data da combinação do negócio, líquido da perda acumulada no valor recuperável, se houver. Para fins de teste de redução no valor recuperável, o ágio por expectativa de rentabilidade futura(*goodwill*) é alocado para cada uma das unidades geradoras de caixa da Companhia (ou grupos de unidades geradoras de caixa) que irão se beneficiar das sinergias da combinação. As unidades geradoras de caixa às quais o ágio por expectativa de rentabilidade futura (*Goodwill*) foi alocado são submetidas anualmente a teste de redução no valor recuperável, ou com maior frequência quando houver indicação de que uma unidade poderá apresentar redução no valor recuperável. Se o valor recuperável da unidade geradora de caixa for menor que o valor contábil, a perda por redução no valor recuperável é primeiramente alocada para reduzir o valor contábil de qualquer ágio alocado à unidade e, posteriormente, aos outros ativos da unidade, proporcionalmente ao valor contábil de cada um de seus ativos. Qualquer perda por redução no valor recuperável de ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) é reconhecida diretamente no resultado do período. A perda por redução no valor recuperável não é revertida em períodos subsequentes. **2.3.6. Redução ao valor recuperável dos ativos *("impairment")*:** No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos imobilizados e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o valor recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. **2.3.7. Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes:** São demonstrados ao valor de custo ou realização, acrescidos, quando aplicável,dos correspondentes rendimentos e variações monetárias ou cambiais auferidos. **2.3.8. Contas a pagar a fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores são demonstradas pelos valores nominais de aquisição do produto adquirido ou do serviço recebido, acrescidos de variação cambial e ajustado a valor presente até a data do balanço, quando aplicável. **2.3.9. Provisões:** As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou constituída) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável. **2.3.10. Apuração do resultado:** O resultado é apurado pelo regime de competência. **2.3.11. Reconhecimento da receita:** A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais e/ou bonificações concedidos ao comprador e outras deduções similares. **Prestação de serviços:** A receita de serviços prestados é reconhecida quando todas as seguintes condições forem satisfeitas: • A proporção dos serviços executados até a data do balanço puder ser confiavelmente mensurada; • As despesas incorridas com a transação assim como as despesas para concluí-la possam ser confiavelmente mensuradas; • O valor da receita pode ser mensurado com confiabilidade; • É provável que os benefícios econômicos associados à transação fluam para a entidade. Mais especificamente, a receita de prestação de serviços é reconhecida quando os serviços são prestados de acordo com suas ordens de serviço e/ou contratos. **2.3.12. IR e CS:** A despesa com o IR e CS representa a soma dos impostos correntes e diferidos, sendo: **Impostos correntes:** A provisão para IR e CS está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para IR e CS é calculada com base nas alíquotas vigentes no fim de cada período do relatório. **Impostos diferidos:** Os impostos diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final de cada período de relatório entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações contábeis individuais e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas, ou até mesmo quando possui uma projeção de resultado positiva para os próximos períodos. **2.3.13. Estimativas contábeis:** As estimativas contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, de acordo com o julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem provisão para créditos de liquidação duvidosa, provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas, vida útil do ativo imobilizado e intangível e valor justo dos instrumentos derivativos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e premissas, no mínimo, anualmente. **2.3.14. Instrumentos financeiros:** Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia for parte das disposições contratuais do instrumento. Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado. **2.3.15. Novas normas e interpretações:** As normas e interpretações novas e alteradas que estão em vigência a partir de 01/01/2023 não trouxeram impacto sobre as demonstrações contábeis da Companhia. A Administração avaliará no ano de 2024 os possíveis impactos, caso aplicável à Companhia. **3. Caixa e equivalentes de caixa:** Os saldos de caixa e equivalentes de caixa estão compostos como segue:

	2023	2022
Depósitos bancários	170	20
Aplicações financeiras **(a)**	8.428	9.957
Total	**8.598**	**9.977**

(a) São representadas por **(i)** aplicações em Certificado de Depósito Bancário (CDB), e operações compromissadas com debêntures, ambos remunerados em aproximadamente 100% da variação de taxa de juros do Certificado de Depósito Interbancário (CDI); e **(ii)** Fundo de Investimento com liquidez diária com remuneração aproximada de 100% da taxa de juros do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). As aplicações possuem liquidez imediatas, estando sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

4. Contas a receber de clientes e outros:

	2023	2022
Clientes - Nacional	2.428	4.003
Clientes - Internacional	256	363
Provisão para perdas esperadas para crédito de liquidação duvidosa **(a)**	(224)	(487)
Clientes a faturar - Nacional	3.157	3.177
Clientes a faturar - Internacional	1.568	1.551
Total	**7.185**	**8.607**

(a) Para a constituição de provisão para perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa no exercício, foram realizadas análises individuais dos clientes com títulos vencidos acima de 360 dias. Em consequência dessa análise, a Administração concluiu sobre a necessidade de provisão nas demonstrações contábeis no montante de R$224 (R$487 em 31/12/2022). O saldo de contas a receber de clientes tem a seguinte composição por idade de vencimento:

	2023	2022
A vencer	**6.705**	**7.912**
Vencido até 30 dias	10	148
Vencido de 31 a 60 dias	26	175
Vencidos de 61 a 90 dias	21	32
Vencidos de 91 a 180 dias	144	106
Vencidos de 181 a 360 dias	105	122
Vencidos acima de 361 dias	398	599
Total vencidos	**704**	**1.182**
Total	**7.409**	**9.094**

A movimentação da provisão para perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa está composta por:

Saldo em 31/12/2021	**704**
(+/-) Adições/baixa líquidas	(217)
Saldo em 31/12/2022	**487**
(+/-) Adições/baixa líquidas	(262)
Saldo em 31/12/2023	**224**

5. Impostos a recuperar:

	2023	2022
PIS a recuperar	1	23
COFINS a recuperar	4	101
INSS a compensar **(a)**	821	315
IRPJ/CSLL- Saldo negativo	119	43
IRPJ/CSLL - Pagamento a maior	1	47
Exclusão ISS base PIS e COFINS **(b)**	147	296
Exclusão PIS e COFINS da própria base **(c)**	957	760
Outros	16	62
Total	**2.066**	**1.655**
Curto prazo	962	765
Longo prazo	1.104	890

(a) A Companhia contratou nos meses de abril e setembro de 2020, um trabalho de consultoria tributária realizado pela empresa AFL Consultores Associados, para levantamento de créditos previdenciários, onde foram identificadas oportunidades para aproveitamento/compensação dos valores pagos de INSS entre os anos de 2015 e 2020 sobre a verba de Terceiros (Sistema S), visto que existe um limite do teto de contribuições a terceiros, em 20 salários-mínimos. Com a apresentação pelos Consultores de legislações e decisões favoráveis, junto à emissão de opinião legal ("*legal opinion")* da Noce & Jabur Advogados Associados sobre o tema, a Administração optou pelo reconhecimento desse crédito, pois o crédito é líquido e certo. Houve atualização do trabalho nos períodos de 2022 e 2023 considerando as mesmas rubricas (Limitação Terceiros em 20 Salários-mínimos/INSS Retido/Auxílio Alimentação/Refeição/Assistência Médica/Odontológica) classificados de acordo com a atualização jurisprudencial na categoria de baixo e médio risco aguardam conclusão de julgamento no STJ. **(b)** A Companhia impetrou mandado de segurança com pedido de medida liminar para suspender a exigibilidade do crédito tributário decorrente da inclusão do ISS na base de cálculo do PIS e COFINS, para o qual teve decisão favorável com respectivo processo de mandado de segurança cível (120) nº 5015534-09.2020.4.03.6100, assinado eletronicamente em 17/08/2020. Do período de vigência da medida liminar a Companhia realizou o reconhecimento no curto prazo do crédito de agosto de 2020 a dezembro de 2022 no montante de R$195.604,93, compensados no primeiro trimestre de 2023. Do período em trânsito em julgado a Companhia realizou o reconhecimento no longo prazo do crédito dos períodos de fevereiro de 2018 a julho de 2020 no montante de R$129.711,99, com atualização de saldo pela Selic mensal, mas sem possibilidade de compensação até a sentença. **(c)** Acerca de ação judicial pleiteando a exclusão do PIS/COFINS na Própria Base, a qual teve sentença favorável proferida em setembro de 2022 pelo Supremo Tribunal Federal, a Companhia realizou o reconhecimento do crédito tributário dos períodos de janeiro de 2016 a maio de 2022 no montante de R$759.767,35, sendo pela sentença procedente prolatada no período, não permitida a compensação, também pela ausência de liminar deferida. Em 2023 houve o reconhecimento complementar do crédito tributário dos períodos de maio de 2022 a fevereiro de 2023 no montante de R$134.399,68 atualizados, sendo reclassificados ao curto prazo o montante de R$75.116,09 relativos à vigência da medida liminar, os quais foram integralmente utilizados para a compensação.

6. Imobilizado: O imobilizado é composto por:

	Taxas de Depreciação	2023 Custo	2023 Depreciação acumulada	2023 Líquido	2022 Líquido
Instalações	20%	12	(12)	**-**	**-**
Máquinas, equipamentos e computadores	20%	1.847	(1.423)	**424**	**510**
Móveis e utensílios	10%	488	(383)	**106**	**132**
Benfeitorias em imóveis de terceiros	33%	1.467	(1.228)	**239**	**413**
Direitos de uso imóvel arrendado (CPC 06) - Nota Explicativa nº10	33%	1.409	(903)	**505**	**693**
Total		**5.223**	**(3.949)**	**1.274**	**1.748**

A movimentação do imobilizado está demonstrada a seguir:

	Instalações	Máquinas, equipamentos e computadores	Móveis e utensílios	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Direito de uso	Total
Saldo em 31/12/2021	**1**	**489**	**158**	**336**	**1.157**	**2.141**
Adições	-	193	25	303	-	**521**
Baixas	(1)	(112)	(22)	-	(333)	**(468)**
Depreciação	-	(60)	(29)	(226)	(131)	**(446)**
Saldo em 31/12/2022	**-**	**510**	**132**	**413**	**693**	**1.748**
Adições	-	93	1	40	-	**133**
Baixas	-	(9)	-	(2)	-	**(11)**
Depreciação	-	(170)	(27)	(212)	(188)	**(597)**
Saldo em 31/12/2023	**-**	**424**	**106**	**239**	**505**	**1.274**

Análise do valor recuperável: No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. **7. Intangível:** O intangível é composto por:

	Taxas de amortização	Custo	Amortização acumulada	*Impairment* (e)	Líquido 2023	Líquido 2022
Ágio - *goodwill* **(a)**	-	189.118	-	(139.266)	**49.852**	**49.852**
Domínios de internet **(b)**	-	2.025	-	-	**2.025**	**2.025**
Software **(c)**	20%	1.695	(1.121)	-	**574**	**986**
Marcas e patentes	-	78	-	-	**78**	**78**
Pesquisa e desenvolvimento **(d)**	-	6.716	(3.906)	-	**2.810**	**3.225**
Total		**199.632**	**(5.027)**	(139.266)	**55.339**	**56.166**

(a) Ágio por expectativa de rentabilidade futura proveniente da aquisição de controle da Companhia pela Vila Isabel Participações Ltda. o qual foi incorporado pela No Zebra Network S.A. em 05/01/2015 e está apresentado pelo valor líquido do *impairment*; **(b)** Refere-se a gastos com registros dos domínios dos websites, sem vida útil definida. Os domínios não são amortizados e são testados anualmente para *impairment;* **(c)** Registro dos *softwares* adquiridos de terceiros que são amortizados pelo prazo de licença definido em contrato; **(d)** Em 2023, os projetos que integram o ativo intangível de Pesquisa e Desenvolvimento desde 2022 são o Novo Tecmundo, focado na experiência *mobile-first* e ampliação de conteúdos comerciais e o Novo Click Jogos, visando maior rentabilidade e competitividade através da atualização de acervos e implementação de novos formatos vendáveis. Além disso, em 2023, houve o desenvolvimento de novos projetos, sendo eles o Novo Mega Curioso e Novo Baixaki. Ambos contam com a alocação de recursos para o desenvolvimento de plataformas tecnológicas, visando aprimorar a experiência do usuário e fortalecer as marcas no mercado, de modo a atender o contexto *mobile-first.* Isso envolve a reformulação completa da aplicação substituindo tecnologias como ASP clássico por Node e React. Em 2022, iniciou-se a amortização dos projetos com o acompanhamento de *business plan* do retorno com benefícios futuros, para o qual pelo entendimento da Administração o prazo seguirá em 3 (três) anos e que teve continuidade para 2023. A movimentação do intangível está demonstrada a seguir:

Movimento do intangível	Softwares	Marcas e patentes	Domínios de internet (i)	Pesquisa e desenv.	Ágio - *Goodwill* (ii)	Total
Saldo em 31/12/2021	**226**	**47**	**4.812**	**2.929**	**57.765**	**65.779**
Adições	1.138	36	-	2.294	2.787	**6.255**
Baixas	-	(5)	(2.787)	(386)	-	**(3.178)**
Amortização	(378)	-	-	(1.612)	-	**(1.990)**
Impairment	-	-	-	-	(10.700)	**(10.700)**
Saldo em 31/12/2022	**986**	**78**	**2.025**	**3.225**	**49.852**	**56.166**
Adições	100	-	-	1.889	-	**1.989**
Baixas	-	-	-	(10)	-	**(10)**
Amortização	(512)	-	-	(2.294)	-	**(2.806)**
Saldo em 31/12/2023	**574**	**78**	**2.025**	**2.810**	**49.852**	**55.339**

(i) Reconhecido IR e CS diferidos sobre a mais valia dos domínios de internet, uma vez que sua dedutibilidade somente ocorrerá na realização do saldo. **(ii)** Ágio por expectativa de rentabilidade futura proveniente da aquisição de controle da Companhia pela Vila Isabel Participações Ltda. o qual foi incorporado pela No Zebra Network S.A. em 05/01/2015. A Companhia tem por prática a avaliação e o monitoramento periódico do desempenho futuro dos seus ativos. Neste contexto, e considerando o disposto no Pronunciamento Técnico CPC 01/IAS 36 - "Redução ao valor recuperável de ativos", caso exista evidências claras de que existam ativos registrados por valor não recuperável, ou sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável no futuro, deverá haver o reconhecimento imediato da desvalorização por meio da constituição de provisão para perdas. As principais premissas que sustentam as conclusões dos testes de recuperação estão listadas abaixo: • **Menor nível de unidade geradora de caixa:** no caso a operação da própria Companhia; • **Valor recuperável:** valor de uso, ou valor equivalente aos fluxos de caixa descontados; e • **Apuração do valor de uso:** baseada em fluxos de caixa futuros, em moeda constante, trazidos a valor presente por taxa de desconto real e antes dos impostos sobre a renda. Os respectivos fluxos de caixa são estimados com base nos resultados operacionais realizados. Para o exercício de 2023 foi realizado estudo e a Empresa não identificou a necessidade de constituição de *impairment*.

8. Fornecedores:

	2023	2022
Nacional	831	327
Internacional	92	-
Total	**923**	**327**

Os fornecedores referem-se, principalmente, aos gastos com hospedagem, conteúdo, tecnologia e, plataforma dos websites. O prazo médio de pagamento aos fornecedores é de 30 dias.

9. Obrigações trabalhistas:

	2023	2022
Provisão de férias	664	875
Provisão para encargos de férias	94	117
INSS a recolher	161	91
FGTS a recolher	63	72
Total	**982**	**1.155**

10. Impostos e contribuições:

	2023	2022
PIS a recolher	8	13
COFINS a recolher	33	64
ISS a recolher	236	247
IRRF	148	177
Outros	34	100
Total	**459**	**601**

11. Passivo de arrendamento - Direito de uso: Em 2021, a Companhia firmou um novo contrato de arrendamento de imóvel até junho de 2026, pela mudança da sede em São Paulo. O contrato de arrendamento do imóvel de Curitiba foi negociado considerando desconto de 06 meses de 2022 em 50% do valor integral e, com isso foi renegociado a vigência do contrato até 31/01/2027. A taxa incremental de captação utilizada pela Companhia para desconto do passivo de arrendamento a valor presente é de 14,03% a.a., até 2021. Em 2022, houve atualização do cálculo em virtude da taxa incremental de 28,63% para o contrato de Curitiba e 28,32% para o contrato de São Paulo. **Movimentação do passivo de arrendamentos:**

Provisão a pagar de arrendamento mercantil	2023	2022
Provisão com arrendamento mercantil	1.509	2.052
Ajuste a valor presente	(444)	(748)
Total	**1.065**	**1.304**
Passivo circulante	232	232
Passivo não circulante	833	1.072
Total	**1.065**	**1.304**

O cronograma de pagamento das parcelas do passivo de arrendamento, segue abaixo:

	2023
2022	436
2023	537
2024	537
2025	537
2026	417
2027	25
Total	**2.489**

Movimentação do passivo de arrendamento:	
Saldos em 31/12/2021	**1.430**
Adições	-
Reduções por desconto	87
Despesas com juros	380
Pagamentos	(511)
Baixas por encerramento de contrato	(82)
Saldos em 31/12/2022	**1.304**
Adições	-
Reduções por mudança de taxa incremental	-
Despesas com juros	305
Pagamentos	(544)
Baixas por encerramento de contrato	-
Saldo em 31/12/2023	**1.065**

12. Outras contas a pagar:

	2023	2022
JCP a pagar	1.310	1.310
Dividendos Santa Tereza **(i)**	478	478
Adiantamentos de clientes e diversos	416	27
Outras obrigações	24	29
Provisão auditoria/consultoria	3.232	2.722
Outras provisões	464	462
Total	**5.924**	**5.028**

(i) Dividendos históricos da incorporação da Santa Tereza, pauta para 2024 o pagamento desse saldo. **13. Provisões para riscos fiscais e trabalhistas:** A Administração da Companhia, assessorada por seus consultores jurídicos, avalia os processos em que é parte envolvida e constitui provisão para os processos passivos em que a probabilidade de perda é provável. Em 31/12/2023, a entidade possuía constituídas provisões para riscos fiscais e trabalhistas nas demonstrações contábeis individuais no montante de R$0 (R$3 em 31/12/2022), advindos do curso normal de operações. Em 31/12/2023, existem contingências classificadas como riscos de perda possível de natureza municipal no montante de R$1.889 (R$1.303 em 31/12/2022), conhecidas pela Administração e com base no parecer de seus assessores jurídicos. A movimentação da provisão de contingências está apresentada a seguir:

Saldo em 31/12/2021	**3**
(+) Adições	-
(-) Reclassificação	-
(-) Baixas	-
Saldo em 31/12/2022	**3**
(+) Adições	**-**
(-) Reclassificação	**-**
(-) Baixas	**(3)**
Saldo em 31/12/2023	**-**

14. Impostos diferidos: Os impostos diferidos são compostos dos seguintes montantes:

Amortização do ágio para fins fiscais	2023	2022
Saldo ágio decorrente da incorporação reversa Vila Isabel	**83.602**	**83.602**
Amortização do ágio em 2015 a 2019	(83.602)	(83.602)
Saldo a amortizar	**-**	**-**
Alíquotas vigentes	34%	34%
IRPJ e CSLL diferidos às alíquotas vigentes	**28.425**	**28.425**
Total IRPJ e CSLL diferidos	**28.425**	**28.425**

A Companhia realizou o reconhecimento do IR e CS diferidos sobre o ágio por rentabilidade futura pelo prazo de amortização fiscal de 60 (sessenta) meses, entre os anos de 2015 e 2019. A amortização se encerrou em 31/12/2019, onde o saldo dos impostos diferidos, serão mantidos e sem variação, até a realização do saldo de ágio. **15. Patrimônio líquido: a) Capital social:** Em 31/12/2023, ocapital social subscrito e integralizado tem o valor de R$56.839.517,00 e está representado por um total de 1.500.000 ações pertencentes da Manaslu Brasil Partners IK - FIP. **b) Reserva de capital:** A referida reserva, poderá ser utilizada para: **(i)** absorção de prejuízos que ultrapassarem os lucros acumulados e as reservas de lucro; **(ii)** resgate, reembolso de compras de ações; **(iii)** resgates de partes beneficiárias; e **(iv)** incorporação ao capital social. **c) Reserva de lucros: c.1) Reserva legal:** O estatuto social determina que 5% do lucro líquido serão aplicados na constituição da reserva legal, conforme trata o art. 193 da Lei nº 6.404/76 das Sociedades por Ações, até o limite de 20% do capital social integralizado. **c.2) Reserva de retenção de lucros:** Conforme previsto no art. 199 da Lei nº 6.404/76 das Sociedades por Ações, o saldo das reservas de lucros, exceto as reservas para contingências e de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o capital social; atingindo esse limite, a Assembleia deliberará sobre a aplicação do excesso no aumento do capital social ou na distribuição de dividendos. **d) Dividendos:** De acordo com o Estatuto Social, aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo obrigatório de 5% do lucro líquido do exercício. Por deliberação da Administração, a Companhia poderá elaborar balanços e demonstrações contábeis em periodicidade semestral, bimestral, trimestral ou mensal, e distribuir os lucros intercalares. Não foram distribuídos dividendos durante os exercícios de 2022e 2023.

16. Receitas:

	2023	2022
Serviços prestados - Mercado interno	13.932	15.942
Serviços prestados - Mercado externo	5.849	11.300
Cancelamento de serviços	(408)	(413)
Total receita operacional bruta	**19.374**	**26.829**
Deduções - impostos		
Impostos sobre vendas **(a)**	(1.900)	(2.453)
Receita operacional líquida	**17.473**	**24.376**

(a) Os impostos e contribuições incidentes sobre a receita são PIS, COFINS, ISS e CPRB. **17. Informação sobre a natureza das despesas reconhecidas na demonstração do resultado:** A Companhia apresentou a demonstração do resultado utilizando uma classificação das despesas baseada na sua função. As informações sobre a natureza dessas despesas reconhecidas na demonstração do resultado são apresentadas a seguir:

	2023	2022
Despesa com pessoal **(*)**	10.514	11.812
Conteúdo, plataforma e hospedagem	1.865	2.094
Serviços de terceiros	4.182	4.263
Publicidade/marketing	349	460
Infraestrutura	240	244
Aluguel	78	96
Viagens e eventos	315	645
Impostos e taxas	129	49
Provisão (reversão) para devedores duvidosos	139	481
Depreciação e amortização	3.405	2.725
Outros	335	(424)
Total	**21.551**	**22.445**
Custo dos serviços prestados	11.453	13.302
Despesas comerciais	743	1.099
Despesas administrativas	9.355	8.044

(*) Inclui salários, benefícios e encargos.

18. Outras receitas (despesas) líquidas:

	2023	2022
Créditos previdenciários	831	201
Impairment sobre ágio (Nota Explicativa nº 7)	-	(10.700)
Outras receitas	87	30
Outras despesas	(7)	(618)
Total de outras receitas (despesas) operacionais	**911**	**(11.087)**

19. Receitas e despesas financeiras:

Receitas financeiras	2023	2022
Receitas de aplicações financeiras	662	714
Juros Selic sobre créditos previdenciários - INSS (2015 a 2019)	56	3
Outras receitas	(27)	(25)
Total	**745**	**692**
Despesas financeiras: Encargos financeiros	(330)	(422)
Despesas bancárias	(11)	(25)
IOF	(20)	(30)
Total	**(361)**	**(477)**
Variação cambial, líquida: Variações cambiais ativas	97	196
Variações cambiais passivas	(152)	(490)
Total variação cambial, líquida	**(55)**	**(294)**
Resultado financeiro	**329**	**(79)**

20. Resultado do IRPJ e CSLL:

	2023	2022
Lucro(prejuízo) antes dos impostos	**(2.859)**	**(11.586)**
(+) Adições	5.751	13.349
(-) Exclusões	(5.985)	(1.641)
Resultado tributável	**(3.093)**	**122**
Compensação 30% saldo prejuízos/base negativa	-	(36)
Alíquotas vigentes	34%	34%
IRPJ e CSLL às alíquotas vigentes	**(46)**	**23**

21.Cobertura de seguros (não auditado): Considerando a natureza das atividades da Companhia e relevância dos itens do ativo imobilizado, a Companhia adota a política de contratar cobertura de seguro parcial para os seus bens do imobilizado. Adicionalmente, a Companhia contrata seguros para a proteção dos imóveis alugados para o desenvolvimento de suas atividades, com o objetivo de cumprir com o acordado no contrato de locação. Em 31/12/2023, a cobertura de seguros contra incêndio, danos materiais, roubo/furto e lucros cessantes é de R$1.520 (R$3.500 em 31/12/2022). O escopo dos trabalhos de nossos auditores não inclui a emissão de opinião sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada pela Administração da Companhia e que a considera suficiente para cobrir eventuais sinistros. **22. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros:** A Companhia participa de operações envolvendo instrumentos financeiros, todos registrados em contas patrimoniais, que se destinam a atender as suas necessidades operacionais. A Companhia entende que não está exposta, de acordo com sua natureza dos negócios e estrutura operacional. A Administração desses riscos é efetuada por meio da definição de estratégias elaboradas e aprovadas pela Administração da Companhia, atreladas ao estabelecimento de sistemas de controles e determinação de limite de posições. Não são realizadas operações envolvendo instrumentos financeiros com finalidade especulativa em derivativos ou qualquer outro instrumento de risco. **Instrumentos financeiros:** Os valores de mercado dos ativos e passivos financeiros foram determinados com base em informações de mercado disponíveis e metodologias de valorização apropriadas. O uso de diferentes premissas de mercado e/ou metodologia de estimativa poderão ter um efeito diferente nos valores estimados de mercado. Baseada nessa estimativa, a Administração entende que o valor contábil dos instrumentos financeiros se aproxima a seu valor de mercado em razão de suas características e condições comerciais pactuadas. Em 31/12/2023, os principais instrumentos financeiros estão descritos a seguir: • **Caixa e bancos:** está apresentado ao seu valor de mercado, que equivale ao seu valor contábil; • **Aplicações financeiras:** está representado por certificados de depósitos bancários, classificados como disponíveis e recebíveis e apresentam valor justo aproximado do seu valor contábil; • **Contas a receber:** são classificados como recebíveis, apresentadas pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer redução ao valor recuperável. Os valores justos se aproximam dos valores contábeis devido à natureza e prazos de vencimento desses instrumentos; • **Fornecedores:** são classificados como outros passivos, apresentados pelo valor de custo amortizado. Os valores justos se aproximam dos valores contábeis devido à natureza e prazos de vencimento desses instrumentos. **Gestão de risco financeiro:** Os fatores de risco financeiro: As atividades da Companhia não a expõem aos riscos financeiros: risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia, através de monitoramento e gerenciamento dos impactos financeiros no fluxo de caixa. **i) Concentração de risco de mercado:** O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido às variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam três tipos de risco: risco de taxa de juros, risco cambial e risco de preço. Instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem empréstimos a receber e empréstimos a pagar, depósitos, instrumentos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado e instrumentos financeiros derivativos. Em 31/12/2023, a Companhia possuía os seguintes ativos/passivos denominados em Dólares Norte-Americanos conforme tabela a seguir:

	2023	2022
Contas a receber - US$	53	367
Fornecedores - US$	19	-
Total	**72**	**367**

A Companhia gerencia o risco mantendo uma carteira equilibrada entre contas a receber e fornecedores a pagar sujeitos a taxas fixas e taxas variáveis. **ii) Concentração de risco de crédito:** O risco de crédito decorre de caixa e equivalente de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes. Para bancos e instituições financeiras são aceitos títulos de entidades classificadas pela Administração da Companhia como de primeira linha. Os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações internas ou externas de acordo com limites estabelecidos pela Administração. **iii) Risco de liquidez:** A gestão do risco de liquidez implica manter caixa, títulos e valores mobiliários suficientes e a capacidade de liquidar posições de mercado. Em virtude da natureza dinâmica dos negócios da Companhia, a tesouraria mantém flexibilidade na captação mediante a manutenção de linhas de crédito compromissadas. A Administração monitora o nível de liquidez da Companhia, considerando o fluxo de caixa esperado, que compreende linhas de créditos não utilizadas, caixa e equivalentes de caixa. **23. Transações não envolvendo o caixa:** A Companhia participa de operações envolvendo instrumentos financeiros, todos registrados em contas patrimoniais, que se destinam a atender as suas necessidades operacionais, bem como a reduzir a exposição a riscos financeiros aos quais a Companhia entende que não está exposta, de acordo com sua natureza dos negócios e estrutura operacional. **24. Aprovação das demonstrações contábeis:** As demonstrações contábeis foram aprovadas e autorizadas para emissão em 11/04/2024. **25. Eventos subsequentes:** Em 31/01/2024, a Companhia realizou o distrato/rescisão do contrato de aluguel de Curitiba. Esse evento não teve impacto nas operações, no entanto, como resultado do distrato houve o recebimento de garantia (caução) e recálculo dos valores de arrendamento mercantil para o ano de 2024, com efeito nas contas patrimoniais e de resultado relacionadas ao Direito de Uso do Imóvel. Essa transação será refletida nas demonstrações contábeis da competência a que se refere no ano de 2024.

DIRETORIA

Thiago Missiaggia Cruz - Presidente
Rafiana Rech da Silva - Diretora
Mauricio Fernandes Agostinho - Contador - CRC 239052/O-8

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e Acionistas da **No Zebra Network S.A.** São Paulo - SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações contábeis da No Zebra Network S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2023, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da No Zebra Network S.A. (Companhia) em 31/12/2023, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional; e • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 11 de abril de 2024.

Grant Thornton

Grant Thornton
Auditores Independentes Ltda.
CRC PR-008.839/F-9

Ricardo Engel
Contador - CRC 1PR-052.941/O-5

Consórcio Orizon Tera S.A.

CNPJ: 51.515.703/0001-93

Balanço Patrimonial em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 (Em MR$)

	31/12/2023	31/12/2022
Ativo		
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	14	-
Impostos a recuperar	15	-
Total do ativo circulante	**29**	**-**
Não circulante		
Imobilizado	13	-
Total do ativo não circulante	**13**	**-**
Total do ativo	**42**	**-**

	31/12/2023	31/12/2022
Passivo		
Circulante		
Fornecedores	105	-
Outros passivos	330	-
Total do passivo circulante	**435**	**-**
Não circulante		
Passivo com partes relacionadas	401	-
Total do passivo não circulante	**401**	**-**
Patrimônio líquido		
Prejuízos acumulados	(794)	-
Total do patrimônio líquido	**(794)**	**-**
Total do passivo e do patrimônio líquido	**42**	**-**

Demonstração do Resultado do Exercício em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 (Em MR$)

	31/12/2023	31/12/2022
Receita operacional líquida	82	-
Custo dos serviços prestados	**(874)**	**-**
Prejuízo bruto	**(792)**	**-**
Despesas financeiras	**(2)**	**-**
Prejuízo antes do IR e contribuição social	**(794)**	**-**
Imposto de renda e contribuição social	**-**	**-**
Prejuízo do exercício	**(794)**	**-**

Demonstração do Resultado Abrangente em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 (Em MR$)

	31/12/2023	31/12/2022
Prejuízo do exercício	(794)	-
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	(794)	-

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 (Em MR$)

	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31/12/2022	-	-
Prejuízo do exercício	(794)	(794)
Saldos em 31/12/2023	(794)	(794)

Demonstração dos Fluxos de Caixa em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 (Em MR$)

Fluxo de caixa das atividades operacionais	31/12/2023	31/12/2022
Prejuízo do exercício	(794)	-
(Aumento) redução nos ativos operacionais		
Impostos a Recuperar	(15)	-
Aumento (redução) nos passivos operacionais		
Fornecedores	105	-
Outros passivos	330	
Partes relacionadas	401	-
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	**27**	**-**
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de imobilizado	(13)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(13)	-
Aumento no saldo de caixa e equivalentes de caixa	**14**	**-**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	-	-
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	14	-
Aumento no saldo de caixa e equivalentes de caixa	**14**	**-**

Diretor: Dalton Assumção Canelhas Filho - CPF: 324.777.808-08
Contador: Jessé Gonçalves de Lima Andrade - CRC/RJ 115836/O-8

As Demonstrações Financeiras completas encontram-se disponíveis na sede da Companhia.

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº **1025597-98.2021.8.26.0007** O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 5ª Vara Cível, do Foro Regional VII - Itaquera, Estado de São Paulo, Dr(a). Daniel Fabretti, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) RENATA ANUNCIATA COELHO SANCHEZ, Brasileira, Solteira, Operadora de Telemarketing, RG 34.140.486-X, CPF 37937172835, com endereço à Rua Botupora, 298, Itaquera, CEP 08215-470, São Paulo - SP, que ADILSON BENEDITO DE MORAIS ajuizou ação comum, para cobrança de R$ 14.400,00 (out/21), referente à locação do imóvel à Rua Carolina Brant 10, Jardim Soares, Guaianases, devidamente atualizado e acrescido das custas e despesas processuais, e honorários advocatícios. Estando a ré em lugar ignorado, expede-se edital de citação, para que em 15 dias a fluir do prazo supra, conteste o feito, sob pena de serem aceitos os fatos, nomeando-se curador especial em caso de revelia. Será o edital afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 12 de janeiro de 2024. **|16,17|**

CAPTALYS COMPANHIA DE CRÉDITO

CNPJ/MF nº 23.361.030/0001-29 - NIRE 35.300.534.590

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

SWC Special Opportunities Brazil, LLC, na qualidade de acionista da **CAPTALYS COMPANHIA DE CRÉDITO** ("Companhia"), nos termos do art. 123, parágrafo único, c, da Lei nº 6.404/1976 ("Lei das S.A.") informa que ficam convocados os acionistas da Companhia para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária ("AGE") a ser realizada, em primeira convocação, em 24 de abril de 2024, às 11 horas (horário de Brasília), de forma exclusivamente presencial, na sede da Companhia, localizada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Elvira Ferraz, nº 68, 7º andar, Vila Olímpia, CEP 04.552-040, para deliberarem sobre as seguintes matérias da ordem do dia: (a) fixação da remuneração global dos administradores, nos termos do art. 152 da Lei das S.A.; (b) reprovação da deliberação do Conselho de Administração da Companhia ocorrida em 14 de dezembro de 2023; e (c) propositura de ação de responsabilidade civil contra os administradores por prejuízos causados à Companhia pelas deliberações do Conselho de Administração da Companhia ocorridas em 14 de dezembro de 2023, nos termos do art. 159 da Lei das S.A. Para participar e votar na Assembleia, os representantes dos acionistas deverão apresentar documentos que comprovem seus poderes para praticar tais atos em nome dos respectivos acionistas, inclusive os documentos societários e procurações aplicáveis, nos termos da legislação aplicável.

São Paulo, 16 de abril de 2024

SWC SPECIAL OPPORTUNITIES BRAZIL, LLC

Acionista nos termos do art. 123, parágrafo único, "c", da Lei das S.A.

matera

Matera Systems Informática S.A.

CNPJ nº 57.040.040/0001-84

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 31 DEZEMBRO DE 2022 (Em milhares de Reais)

Relatório da Administração

Senhores acionistas: Apresentamos o Relatório da Administração e as Demonstrações financeiras anuais da Matera Systems S.A. ("Companhia", "Controladora" ou "Matera") e de suas controladas (denominadas em conjunto "Consolidado" ou "Grupo Matera"), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, acompanhados do Relatório de auditoria dos nossos Auditores Independentes. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP). As demonstrações financeiras consolidadas contemplaram os saldos das contas da Matera (Controladora) e das controladas. O resultado das controladas foi reconhecido por meio do método de equivalência patrimonial nas informações contábeis consolidadas. Todas as transações, receitas e despesas entre as empresas do Grupo Matera foram eliminadas integralmente nas informações contábeis consolidadas. Para fins de apresentação das demonstrações financeiras consolidadas, os ativos e passivos das controladas no exterior, originalmente denominadas em dólares norte-americanos, foram convertidos para reais, utilizando-se as taxas de câmbio vigentes no fim de cada período, enquanto os resultados foram convertidos pelas taxas de câmbio médias mensais. As variações cambiais resultantes dessas conversões estão classificadas em outros resultados abrangentes e acumuladas no patrimônio líquido. *Mensagem da Administração:* Ao longo da nossa história, sempre utilizamos nossos valores como base essencial dos negócios e é por isso que a inovação sempre fez parte das soluções que entregamos para os nossos clientes e parceiros. Criar o futuro está em nossa essência: Acompanhamos tendências e oportunidades para garantir a máxima eficiência de nossos produtos, seja pelo entendimento de mercado, pela aderência às normas e regulamentações ou até mesmo pela criação de soluções que estão um passo à frente do que se espera para o "hoje". Quando paramos para olhar a nossa trajetória até aqui, surge um sentimento de muito orgulho. O nosso propósito é transformar o mercado financeiro nacional e todo o ecossistema envolvido. Para isso, é importante estar preparado para assumir riscos e participar de momentos decisivos do mercado. Aos poucos, estamos ajudando a desenhar um sistema financeiro brasileiro mais inclusivo, democrático e aberto para diferentes oportunidades. Estávamos lá em 2013, quando o Banco Central democratizou a abertura de contas. Em 2018, com a criação das Fintechs de Crédito. Em 2020, com a chegada do PIX. Em 2021 foi o ano da consolidação das nossas operações de BAAS - banking as a service - ampliando, com esta oferta, o nosso leque de produtos e serviços. Em 2022, trouxemos ao nosso portfólio uma solução de crédito completa para instituições financeiras com aquisição da Onidata e por fim em 2023 a Cinnecta se juntou ao grupo Matera. As duas empresas compartilham valores e objetivos em comum, e têm o grande propósito de aplicar toda a expertise em IA (inteligência artificial) e conhecimento do cliente para ajudar a transformar a indústria financeira. Ainda há um longo caminho pela frente, é verdade! Mas junto com nossos clientes, parceiros e colaboradores, demos mais um passo rumo a essa transformação. **Destaques de 2023:** Em 2023 o M&A Cinnecta, agregando ao nosso portfólio uma solução de inteligência artificial para instituições financeiras. Crescimento da receita bruta dos serviços vendidos consolidado de R$ 70 milhões em relação ao exercício de 2022 (R$ 383,2 milhões em 2023 e R$ 313,2 milhões em 2022); A receita líquida consolidada totalizou R$ 346,9 milhões, aumento de R$ 62,8 milhões em relação ao exercício de 2022; O Lucro líquido do exercício consolidado totalizou R$ 46,3 milhões, aumento de R$ 3,7 milhões em relação ao exercício de 2022. **ESG - Environmental, Social and Governance:** Com uma trajetória em mais de dez anos em Responsabilidade Social e Sustentabilidade, a Matera tem ampliado sua atuação não apenas nestas temáticas, como também em ESG, que se tornou um dos pilares estratégicos da empresa. Em 2021, se tornou signatária do Pacto Global das Organizações das Nações Unidas (ONU), que tem como objetivo engajar empresas na adoção de dez princípios que contribuem nas áreas de direitos humanos, relações de trabalho, meio ambiente e combate à corrupção. Além disso, o protagonismo dos profissionais em atuar nas ações e projetos com a comunidade, tem gerado um impacto muito positivo. Estamos comprometidos em deixar o nosso legado na sociedade, em transformar vidas por meio das nossas ações, projetos e práticas de ESG.

Balanços Patrimoniais

	Controladora		Consolidado	
Ativo / Circulante	**2023**	**2022**	**2023**	**2022**
Caixa e equivalentes de caixa	87.050	124.822	150.886	199.467
Títulos e valores mobiliários	–	–	103.300	91.679
Contas a receber de clientes	12.329	19.340	18.503	24.056
Ativos de contrato	1.436	–	2.994	–
Impostos a recuperar	2.590	2.442	4.193	3.457
IR e CS	–	1.857	–	1.768
Despesas antecipadas	2.378	1.939	2.665	2.070
Outros créditos	700	1.261	706	1.511
Total do ativo circulante	**106.483**	**151.661**	**283.247**	**324.008**
Não circulante				
Depósitos judiciais	–	–	26	25
IR e CS diferidos	5.754	5.073	–	4.413
Outros créditos	–	50	–	–
Direito de indenização	–	–	928	–
Total do realizável a longo prazo	**5.754**	**5.123**	**954**	**4.438**
Direito de uso	1.143	1.759	1.406	1.934
Imobilizado	2.269	1.810	2.552	1.913
Investimentos	132.148	111.736	–	–
Intangível	640	663	77.997	26.391
	136.200	**115.968**	**81.955**	**30.238**
Total do ativo não circulante	**141.954**	**121.091**	**82.909**	**34.676**
Total do ativo	**248.437**	**272.752**	**366.156**	**358.684**

	Controladora		Consolidado	
Passivo / Circulante	**2023**	**2022**	**2023**	**2022**
Fornecedores	3.837	1.073	7.084	4.869
Obrigações com portadores	–	–	80.557	70.089
Empréstimos e financiamentos	–	–	338	–
Passivo de arrendamentos	80	514	332	689
Obrigações trabalhistas	27.931	21.358	32.024	23.718
Obrigações fiscais	1.979	1.572	2.405	1.921
IR e CS	1.418	–	2.116	–
Passivos de contrato	–	3.326	–	2.723
Dividendos a pagar	11.154	9.996	11.154	9.996
Obrigações por aquisições de investimentos	2.588	5.564	1.120	2.494
Outras obrigações	12.463	9.797	14.419	10.807
	61.450	**53.200**	**151.549**	**127.306**
Não circulante				
Passivo de arrendamentos	1.180	1.301	1.180	1.300
Empréstimos e financiamentos	–	–	523	–
IR e CS diferidos	–	–	5.754	–
Provisão para contingências	174	–	6.745	5.009
Obrigações por aquisições de investimentos	49.466	2.667	49.466	–
	50.803	**3.968**	**63.668**	**6.310**
Total do passivo	**112.253**	**57.168**	**215.217**	**133.616**
Patrimônio líquido				
Capital social	123.739	123.739	123.739	123.739
Reservas de lucros	11.601	89.226	11.601	89.226
Ajuste de avaliação patrimonial	844	2.619	844	2.619
Patrimônio líquido controladores	**136.184**	**215.584**	**136.184**	**215.584**
Participação de não controladores	–	–	14.755	9.484
Total do patrimônio líquido	**136.184**	**215.584**	**150.939**	**225.068**
Total do passivo e patrimônio líquido	**248.437**	**272.752**	**366.156**	**358.684**

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

	Integralizado	Reserva legal	Reserva de retenção	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total	Participação de não controladores	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**123.739**	**6.213**	**50.179**	**549**	–	**180.680**	**1.505**	**182.185**
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	42.089	42.089	519	42.608
Outros resultados abrangentes	–	–	–	2.047	–	2.047	–	2.047
Destinações								
Constituição de reserva legal	–	2.104	–	–	(2.104)	–	–	–
Dividendos mínimos do exercício	–	–	–	–	(9.996)	(9.996)	–	(9.996)
Retenção de lucros	–	–	29.989	–	(29.989)	–	–	–
Distribuição de lucros controladas aos seus acionistas	–	–	–	–	–	–	(1.423)	(1.423)
Transações com pagamento baseado em ações	–	–	741	–	–	741	–	741
Mudanças na participação em controladas								
Participações adquiridas de não controladores	–	–	–	–	23	23	8.883	8.906
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**123.739**	**8.317**	**80.909**	**2.619**	**(0)**	**215.584**	**9.484**	**225.068**
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	46.966	46.966	(568)	46.398
Outros resultados abrangentes	–	–	–	(1.775)	–	(1.775)	–	(1.775)
Destinações								
Constituição de reserva legal	–	2.348	–	–	(2.348)	–	–	–
Dividendos mínimos do exercício	–	–	–	–	(11.154)	(11.154)	–	(11.154)
Reserva de capital-transações com minoritários	–	–	(23.958)	–	–	(23.958)	–	(23.958)
Retenção de lucros	–	–	(56.536)	–	56.536	–	–	–
Distribuição de lucros controladas aos seus acionistas	–	–	–	–	(90.000)	(90.000)	(1.446)	(91.446)
Transações com pagamento baseado em ações	–	–	521	–	–	521	–	521
Mudanças na participação em controladas								
Participações adquiridas de não controladores	–	–	–	–	–	–	7.285	7.285
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**123.739**	**10.665**	**936**	**844**	–	**136.184**	**14.755**	**150.941**

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Lucro antes do IR e da CS	67.932	56.152	73.214	63.406
Ajustes por: Provisão para perda esperada com créditos de liquidação	1.535	1.386	963	1.927
Amortização e depreciação	2.575	2.967	4.640	3.018
Depreciação Direito de Uso	–	–	–	–
Juros e variações cambiais	(595)	31	(153)	32
Constituição (reversão) para ajuste de ativos e contingências	157	–	188	–
Pagamentos baseado em ações	521	–	521	–
Resultado da equivalência patrimonial	(3.273)	(5.272)	–	–
Resultado com a venda ativos imobilizados	120	859	120	1.118
Variações nos Ativos e Passivos				
Contas a receber de clientes	714	(8.790)	(258)	(7.705)
Impostos a recuperar	(148)	(3.457)	(6.471)	(1.073)
Demais ativos	171	(1.037)	(6.999)	(735)
Fornecedores	2.764	(175)	2.124	442
Salários, férias e encargos a pagar	6.573	3.774	7.585	4.048
Impostos e contribuições a recolher	(8.763)	(3.880)	254	690
Obrigações com portadores	–	–	10.468	(110.260)
Outras obrigações	2.664	4.815	3.552	2.121
Caixa Gerado pelas (Aplicado nas) Atividades Operacionais	**72.948**	**47.373**	**89.748**	**(42.971)**
Juros Pagos	(51)	–	(67)	–
IR e CS pagos	(9.203)	(8.993)	(12.393)	(15.743)
Caixa Líquido Proveniente das (Aplicado nas) Atividades Operacionais	**63.693**	**38.380**	**77.288**	**(58.714)**
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimentos				
Aquisição de ativo imobilizado e intangível	(2.514)	(1.464)	(2.661)	(1.386)
Aquisição de participação em controladas	(11.716)	(5.667)	(9.453)	(5.667)
Aumento (redução) capital investida	(4.823)	(56.026)	(3.000)	–
Títulos e valores mobiliários	–	–	(11.621)	(91.679)
Dividendos recebidos	18.139	–	–	–
Caixa Líquido Usado nas Atividades de Investimento	**(914)**	**(63.157)**	**(26.735)**	**(98.732)**
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamentos				
Dividendos e juros sobre o capital próprio pago	(99.996)	(7.392)	(101.442)	(7.392)
Captação e Pagamento de empréstimos e financiamentos	–	–	(66)	–
Pagamentos de arrendamentos mercantis	(555)	(195)	(478)	(182)
Caixa Líquido Usado nas Atividades de Financiamento	**(100.551)**	**(7.587)**	**(101.986)**	**(7.574)**
Aumento do Caixa e Equivalentes de Caixa	**(37.772)**	**(32.364)**	**(51.433)**	**(165.020)**
Caixa adquirido por combinação de negócios	–	–	4.627	–
Ganhos (perdas) cambiais sobre caixa e equivalentes de caixa	–	–	(1.775)	–
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	124.822	157.186	199.467	364.487
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	87.050	124.822	150.886	199.467
Aumento do caixa e equivalentes de caixa	(37.772)	(32.364)	(48.581)	(165.020)

Demonstrações do Resultado

	Controladora		Consolidado	
	2023	**2022**	**2023**	**2022**
Receita operacional líquida	277.103	220.192	346.996	284.143
Custo dos serviços prestados	(155.506)	(118.164)	(208.429)	(166.766)
Lucro bruto	**121.597**	**102.028**	**138.567**	**117.377**
Despesas de vendas	(10.208)	(9.259)	(21.367)	(15.402)
Despesas gerais e administrativas	(40.130)	(30.929)	(48.958)	(37.991)
Gastos com inovação e capacitação	(20.901)	(23.867)	(21.911)	(23.867)
Provisão para perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	(1.535)	(1.386)	(963)	(1.927)
Outras Receitas e (despesas) Operacionais	1.829	(573)	618	(578)
Equivalência patrimonial	3.841	5.272	–	–
Lucro operacional antes das receitas (despesas) financeiras	**54.493**	**41.286**	**45.986**	**37.612**
Receitas financeiras	13.921	14.990	27.786	26.092
Despesas financeiras	(482)	(123)	(557)	(298)
Resultado financeiro líquido	**13.439**	**14.867**	**27.229**	**25.794**
Lucro antes do IR e da CS	**67.932**	**56.153**	**73.215**	**63.406**
IR e CS correntes	(18.636)	(16.233)	(25.087)	(23.107)
IR e CS diferidos	(2.330)	2.169	1.730	2.309
Lucro líquido do exercício	**46.966**	**42.089**	**46.398**	**42.608**
Resultado atribuível aos				
Acionistas controladores	46.966	42.089	46.966	42.089
Acionistas não controladores	–	–	(568)	519
	45.966	**42.089**	**46.398**	**42.608**

Demonstrações do Resultado Abrangente

	Controladora		Consolidado	
	2023	**2022**	**2023**	**2022**
Lucro líquido do exercício	**46.966**	**42.089**	**46.398**	**42.608**
Outros resultados abrangentes				
Variação cambial de investidas no localizadas no exterior	(1.775)	2.047	(1.775)	2.047
Resultado abrangente do período	**45.191**	**44.136**	**44.623**	**44.655**
Resultado abrangente total atribuído a				
Acionistas controladores	45.191	44.136	45.191	44.136
Acionistas não controladores	–	–	(568)	519
Lucro líquido do exercício	**45.191**	**44.136**	**44.623**	**44.655**

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

1. Informações Gerais: A Matera Systems Informática S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, situada na Avenida Selma Parada (Bailarina) nº 505, Jardim Madalena, na cidade de Campinas, estado de São Paulo. As demonstrações financeiras do grupo abrangem a Matera Systems e suas subsidiárias domiciliadas no Brasil, Estados Unidos e Canadá (conjuntamente referidas como "Grupo"). A Companhia e suas subsidiárias tem por objeto social a exploração do ramo de consultoria, desenvolvimento, implantação, manutenção, suporte e treinamento de sistemas e "softwares" na área de informática; o comércio de produtos e tecnologias, nacionais ou importados, relacionados à área de "softwares" e sistemas de informática; a importação e exportação de produtos e serviços e, ainda, qualquer outra prestação de serviços pertinentes, bem como, a participação, por qualquer forma, do capital de outras sociedades, a exploração da atividade de instituidor de arranjo de pagamento, nos termos da regulamentação em vigor; exploração da atividade de instituição de pagamento. **2. Base de preparação: Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC):** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP). Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. **3. Principais Políticas Contábeis:** O Grupo aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras. **Base de consolidação:** *Controladas:* As controladas são sociedades quando consideradas pela controladora diretamente, ou por meio de outras controladas, titular de direitos de sócio que lhe assegurem, de modo permanente, preponderância nas deliberações sociais e o poder de eleger a maioria dos administradores, exercendo influência significativa tendo poder de participar nas decisões sobre as políticas financeiras e operacionais da investida. O Grupo controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o Grupo obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial. *Participação de não controladores:* Grupo elegeu mensurar qualquer participação de não-controladores inicialmente pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis da adquirida na data de aquisição. Mudanças na participação do Grupo em uma subsidiária que não resultem em perda de controle são contabilizadas como transações de patrimônio líquido. *Perda de controle:* Quando a entidade perde o controle sobre uma controlada, o Grupo desreconhece os ativos e passivos e qualquer participação de não-controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referentes a essa controlada. Qualquer ganho ou perda originado pela perda de controle é reconhecido no resultado. *Investimentos em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial:* Nas demonstrações financeiras da controladora (individuais), os investimentos da Matera Systems Informática S.A. em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em empresas controladas direta ou indiretamente que fazem parte do Grupo. Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras incluem a participação da Companhia no lucro ou prejuízo líquido do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa ou controle deixa de existir. *Transações eliminadas na consolidação:* Saldos e transações intra-grupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intra-grupo, são eliminados. Ganhos não realizados, oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial, são eliminados contra o investimento, na proporção da participação do Grupo na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável. **4. Demonstrações Financeiras:** Nas demonstrações financeiras individuais, as controladas são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial, de acordo com a legislação brasileira vigente. **A) Apuração dos Resultado:** As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência. **B) Contas a Receber:** As contas a receber de clientes correspondem aos valores de recebíveis pelas prestações de serviços no decurso normal das atividades. As contas a receber de clientes são reconhecidas pelo valor justo menos a provisão para perda do valor recuperável (CPC 48). Na prática são normalmente reconhecidos ao valor faturado. **C) Imobilizado:** Os ativos classificados no imobilizado são demonstrados pelo custo de aquisição deduzido da depreciação acumulada. Os encargos de depreciação foram calculados pelo método linear, mediante a aplicação de taxas que levam em conta o tempo de vida útil econômica dos bens. **D) Investimento:** O investimento em controladas está avaliado pelo método de equivalência patrimonial, e eliminando-se os lucros não realizados até a data do balanço. **E) Imposto de renda e contribuição social:** As provisões de Imposto de Renda e Contribuição Social constituídas, se aplicável, em conformidade com a legislação vigente. A Companhia beneficia-se do incentivo fiscal relacionado a pesquisa tecnológica e desenvolvimento de inovação tecnológica e utilizou-se do benefício da Lei 11.908/09 com a dedução das despesas com capacitação. **F) Obrigação com portadores:** Os saldos de obrigações com portadores correspondem aos valores de depósitos bancários realizados por clientes na conta corrente da Flagship, que faz parte da modalidade de conta de pagamento pré-paga, ou seja, a Flagship mantém sob sua guarda e se obriga a restituir os seus clientes, na mesma espécie, imediatamente quando solicitando pelo depositante, e não tem remuneração/atualização monetária. Se tratando de recursos de terceiros que não podem ser utilizados pela companhia. **G) Patrimônio Líquido:** O capital social da Companhia em 31/12/2023 é de R$ 123.739.000,00. **H) Seguros:** A Matera Systems Informática S.A. e suas controladas efetuam a contratação de seguros em valores considerados suficientes, pela administração, para cobertura de eventuais sinistros.

A Diretoria | **Josiane Cristina de Azevedo** – Contadora – CRC 1SP 276227/O-7

EDITAL DE INTIMAÇÃO-PRAZO DE 20DIAS PROCESSO Nº**0000938-02.2022.8.26.0009** A MM.Juíza de Direito da 3ªVara Cível do Foro Regional IX-Vila Prudente,Estado de São Paulo,Dra.Cristiane Sampaio Alves Mascari Bonilha,na forma da Lei, etc. FAZ SABER a ORLANDO MENDES,RG 161851600,CPF 611.279.658-91,que por este Juízo,tramita de uma ação de Cumprimento de sentença, movida por Antonio Carlos Falco.Encontrando-se o executado em lugar incerto e não sabido,foi determinada a sua INTIMAÇÃO por EDITAL,para no prazo de quinze dias,que fluirá após o decurso do prazo do presente edital,efetuar o pagamento da quantia de R$ 109.229,49 - atualizado até novembro/2021), acrescido de custas, se houver. Caso não efetue o pagamento,incidirá multa de 10%sobre o total da dívida, conforme dispõe o artigo 523, § 1º do Código de Processo Civil e mais honorários advocatícios de 10%.Fica a parte executada advertida de que,transcorrido o prazo supra,sem o pagamento voluntário do débito,nos termos do artigo 525,do Código de Processo Civil,iniciar-se-á de imediato,o prazo de 15dias,para que o executado, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente nos autos, sua impugnação. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 03 de novembro de 2022. **16,17**

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº **1001073-55.2021.8.26.0002**. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 4ª Vara Cível, do Foro Regional I - Santana, Estado de São Paulo, Dr(a). ADEVANIR CARLOS MOREIRA DA SILVEIRA, na forma da Lei. FAZ SABER a(o) ELIAS MARQUES RIBEIRO, CPF 15132304842, que Hospital São Camilo - Santana lhe ajuizou ação de Cobrança, de Procedimento Comum, objetivando a quantia de R$ 2.365,52 (janeiro de 2021), decorrente de serviços médicos prestados a menor E.A.R que restou inadimplido. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 15 dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, apresente resposta. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 05 de Abril de 2024. 17 e 18 / 04 / 2024.

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº **1050528-88.2018.8.26.0002**. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 9ª Vara Cível, do Foro Regional II - Santo Amaro, Estado de São Paulo, Dr(a). ANDERSON CORTEZ MENDES, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) GABRIEL BATISTA PEREIRA DA SILVA, Brasileiro, RG 46.025.416-9, CPF 396.716.958-84, que lhe foi proposta uma ação de Procedimento Comum Cível por parte de Sociedade Beneficente Israelita Brasileira Hospital Albert Einstein, objetivando a quantia de R$ 1.373,43 (setembro de 2018), decorrente Contrato de Prestação de Serviços Educacionais. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 15 dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, apresente resposta. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 01 de março de 2024. 17 e 18 / 04 / 2024

BAMBOO SECURITIZADORA S.A.

CNPJ/MF 48.343.871/0001-34 | NIRE 35300602854

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA ESPECIAL DE DEBENTURISTAS DA 1ª (PRIMEIRA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA EM RITO DE REGISTRO AUTOMÁTICO DE DISTRIBUIÇÃO, DA BAMBOO SECURITIZADORA S.A.

Ficam convocados os debenturistas da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, para Distribuição Pública em Rito de Registro Automático de Distribuição, da Bamboo Securitizadora S.A. ("Debenturistas", "Debêntures", "Emissora" e "Emissão", respectivamente), a **COMMCOR DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**, inscrita no CNP/MF sob o nº 01.788.147/0001-50 ("Agente Fiduciário"), e os representantes da Emissora, em atenção ao disposto na Cláusula 8.2.3, da Escritura de Emissão ("Escritura de Emissão") e Resolução CVM nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM nº 60"), a se reunirem em assembleia geral de Debenturistas ("Assembleia"), a ser realizada, **em primeira convocação, em 07 de maio de 2024, às 10:30, e em segunda convocação no dia 16 de maio de 2024, às 10:30, de forma exclusivamente digital** (vide informações gerais abaixo), a fim de deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) Exame, discussão e votação, nos termos do artigo 25, I da Resolução CVM nº 60, das demonstrações financeiras do patrimônio separado das Debêntures da Emissora, acompanhadas do parecer dos auditores independentes, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; e (ii) Autorização à Emissora e ao Agente Fiduciário para a prática de todos e quaisquer atos necessários e/ou convenientes à formalização, implementação e/ou aperfeiçoamento das deliberações referentes à matéria indicada nesta ordem do dia. Informações Gerais: O material de apoio necessário para embasar as deliberações dos Debenturistas está disponível (i) no site da Emissora: https://bamboodcm.com/emissoes/ e (ii) no site da CVM www.cvm.gov.br. A Assembleia será realizada de forma remota e digital, nos termos da Resolução CVM nº 60, por videoconferência, via plataforma Microsoft Teams, coordenada pela Emissora, a qual disponibilizará oportunamente o link de acesso àqueles Debenturistas que enviarem ao endereço eletrônico da Emissora securitizadora@bamboodcm.com e ao Agente Fiduciário fiduciario@commcor.com.br, preferencialmente, com no mínimo 02 (dois) dias úteis de antecedência em relação à data de realização da Assembleia, os seguintes documentos: (a) quando pessoa física: documento de identidade; (b) quando pessoa jurídica: cópia dos atos societários e documentos que comprovem a representação do titular; (c) quando representado por procurador: procuração com poderes específicos e (d) manifestação de voto, conforme abaixo. O Debenturista poderá optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando a correspondente manifestação de voto a distância à Emissora, com cópia ao Agente Fiduciário. A Emissora disponibilizará o modelo da manifestação de voto em seu website (https://bamboodcm.com/emissoes/) e por meio do material de apoio a ser disponibilizado aos Debenturistas na página eletrônica da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Debenturistas ou por seu representante legal, com cópia digital dos documentos de identificação e de representação, se for o caso. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 17 de abril de 2024.
BAMBOO SECURITIZADORA S.A.

Edital de 1ª e 2ª Praça de Bens Imóveis, para intimação da executada **CRISTIANE IEDA DE OLIVEIRA E SILVA, CPF Nº 060.273.328-67;** da credora hipotecária **EMPRESA GESTORA DE ATIVOS – EMGEA, CNPJ nº 04.527.335/0001-13**; e demais interessados, expedido nos autos da Ação de Cumprimento de Sentença, requerida por **CONDOMINIO EDIFÍCIO AEROPORTO, CNPJ nº 64.031.701/0001-70**. **Processo nº 0021413-97.2022.8.26.0002.** O Dr. Eurico Leonel Peixoto Filho, Juiz de Direito da 5ª Vara Cível do Foro Regional de Santo Amaro, na forma da Lei, etc. **FAZ SABER** aos que o presente edital de 1ª e 2ª Praça de bens imóveis virem ou dele conhecimento tiverem e interessar possa, que na forma do art. 879, II, do NCPC, regulamentado pelo Provimento 1625/2009, através do gestor judicial homologado pelo Tribunal de Justiça www.faroonline.com.br, sob o comando do leiloeiro oficial Renato Morais Faro, JUCESP nº 431, no dia 23/04/2024, às 15:00 horas, terá início a 1ª praça e se estenderá por três dias subsequentes, encerrando-se em 26/04/2024, às 15:00 horas, sendo entregue a quem mais der igual ou acima da avaliação, sendo entregue a quem mais der igual ou acima da avaliação, sendo que, em não havendo licitantes, abrir-se-á a 2ª praça que terá início imediatamente após o fechamento da primeira, e se encerrará no dia 14/05/2024, às 15:00 horas, para o 2º Leilão, ocasião em que os referidos bens serão entregues a quem mais der, não devendo ser aceito lance inferior a 60% da avaliação atualizada. Pelo presente edital, ficam intimados a executada e demais interessados, se não intimados pessoalmente ou na pessoa de seus advogados. **CONDIÇÕES DE VENDA**: **DOS LANCES**: O presente Leilão será efetuado na modalidade "ON-LINE", sendo que os lances deverão ser fornecidos através de sistema eletrônico do gestor www.faroonline.com.br e imediatamente divulgados on-line, de modo a viabilizar a preservação do tempo real das ofertas. **DO PAGAMENTO**: O Arrematante deverá depositar no prazo improrrogável de 24 horas o valor do lance vencedor através da guia de depósito judicial a ser obtida no site https://www.tjsp.jus.br/PortalCustas. **PARCELAMENTO:** De acordo com o art. 895, I e II, e parágrafos, do NCPC. **Observa-se, ainda, que a proposta de pagamento do lance à vista sempre prevalecerá sobre as propostas de pagamento parcelado**. **DA COMISSÃO DO LEILOEIRO**: A comissão do leiloeiro será de 5% (cinco por cento) sobre o valor de arrematação, a ser paga pelo arrematante no prazo de até 24 horas após o leilão através de depósito bancário. **DO CANCELAMENTO DA PRAÇA APÓS A PUBLICAÇÃO DO EDITAL:** Caso o praceamento seja cancelado após a publicação do edital, especialmente em razão de acordo entre as partes ou pagamento da dívida, será devido a comissão de 5% sobre o valor transacionado para pagamento dos custos do leiloeiro, **e** caso já tenha havido lance para arrematação do bem, o valor devido será de 5% sobre o valor do último lance ofertado. **LOTE ÚNICO:** Imóvel constante da matrícula nº 34.863, do 15º Cartório de Registro de Imóveis de São Paulo. Descrição contida em matrícula: Apartamento nº 53, localizado no 5º andar, do Condomínio Edifício Aeroporto, à Avenida Washington Luiz, nº 6.817, antiga Estrada de Santo Amaro, no 30º Subdistrito Ibirapuera, contendo a área útil de 28,90 metros quadrados, área comum de 5,60 metros quadrados, totalizando uma área construída de 34,50 metros quadrados, correspondendo-lhe uma cota parte ideal de 1,695% (ou 6,840 metros quadrados) no solo e demais áreas de uso e destinação comuns do prédio. Contribuinte nº 086.252.0076-1. Conforme laudo de avaliação constante dos autos, a região onde localiza-se o imóvel, trata-se de uma região classe média, com características residencial e comercial, com completa infra-estrutura, e com melhoramentos públicos essenciais. Na vistoria o imóvel foi classificado como padrão simples, e que a maior parte das unidades do prédio são ocupadas por estabelecimentos comerciais. VALOR DA AVALIAÇÃO: R$100.000,00 (cem mil reais), conforme laudo de fls., constante dos autos, datado de junho/2014. **VALOR DA AVALIAÇÃO ATUALIZADO PELO TJ/SP PARA fevereiro/2024: R$172.288,00 (cento e setenta e dois mil, duzentos e oitenta e oito reais).** **Obs.1**: Consta do R. 04 da referida matrícula, hipoteca à Caixa Econômica Federal – CEF, CNPJ nº 00.360.305/0001-04; **Obs. 2:** Consta da Av. 05 da referida matrícula, que a credora Caixa Econômica Federal-CEF, transmitiu à UNIÃO, os direitos creditórios decorrentes da hipoteca registrada sob nº 04 nesta matrícula; **Obs. 3:** Consta da Av. 06 da referida matrícula, que a UNIÃO cedeu e transferiu à EMPRESA GESTORA DE ATIVOS – EMGEA, CNPJ nº 04.527.335/0001-13, todos os seus direitos creditórios decorrentes da hipoteca registrada sob nº 4 e averbada sob nº 05 na matrícula; **Obs. 4:** Consta da Av. 07 da referida matrícula, a penhora destes autos (Autos principais Ação de Execução nº 0026681-36.2002.8.26.0100); **Obs. 5:** Conforme petição de fls. 827/831, constante dos autos, o débito exequendo, em dezembro/2023, perfazia o montante de R$451.770,83; **Obs. 6:** Em consulta ao site da Prefeitura SP, datada de 05/03/24, não constavam dívidas ascendente para o imóvel, não foram encontrados lançamentos de IPTU em aberto, e não constava dívida ativa para o contribuinte. **TAXAS E IMPOSTOS**: Eventuais taxas ou impostos incidentes sobre o bem correrão por conta do arrematante ou adjudicante, com exceção dos débitos do § único do artigo 130 do CTN, que se sub-rogam sobre o preço dos bens. **Observações gerais:** Conforme determinação judicial de fls. 809/813: **"... O arrematante somente não será responsável por débito de IPTU anterior à arrematação, conforme o artigo 130, parágrafo único, do Código Tribunal Nacional, podendo pleitear certidão, bem como valores referentes à hipoteca, podendo pedir seu cancelamento e devendo arcar tão somente com as despesas cartorárias para a alteração da matrícula. O arrematante arcará com os débitos pendentes que recaiam sobre o bem, ou seja, se o lanço não cobrir o débito condominial exequendo, o saldo – relativo às parcelas vencidas – é de inteira responsabilidade do arrematante, que poderá, inclusive, a pedido do condomínio credor, ingressar nos autos como polo passivo. Registre-se ainda que, em se tratando de dívida de condomínio de obrigação "propter rem", deverá constar do edital de praça a existência de ônus incidente sobre o imóvel, hipótese na qual, o arrematante será o responsável pelo pagamento das despesas condominiais vencidas, ainda que estas sejam anteriores à arrematação, admitindo-se, inclusive, a sucessão processual do antigo executado pelo arrematante. ..."**. Para ter acesso a íntegra do edital acesse www.faroonline.com.br, ou ainda, pelo whatsap (11) 934023035 - email: faroleiloeis@terra.com.br

---

FIVE TRILHOS - ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ/MF Nº. 31.536.951/0001-03 - NIRE Nº. 35300521382 - COMPANHIA FECHADA

ATA DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA REALIZADA EM 27 DE MARÇO DE 2024

1. DATA, HORA E LOCAL: Em 27 de março de 2024, às 16h00, na sede social da Companhia, localizada na Avenida Chedid Jafet, 222, Bloco B, 4º andar, Sala 5, bairro Vila Olímpia, São Paulo/SP. **2. PRESENÇA:** Acionista representando a totalidade do capital social da Companhia, cumpridas as formalidades exigidas pelo artigo 127 da Lei n.º 6.404, de 15/12/1976 ("LSA"). **3. CONVOCAÇÃO:** Dispensados os avisos em face da presença da única acionista, detentora da totalidade do capital social e a observância do prazo estabelecido no *caput* do artigo 133, nos termos do parágrafo 4º, do artigo 124 e parágrafo 4º, do artigo 133, da LSA. **4. PUBLICAÇÕES PRÉVIAS:** O Relatório da Administração, o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado, a Demonstração do Resultado Abrangente, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração dos Fluxos de Caixa, as Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras e o Relatório dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2023, foram publicados no jornal O Dia (impresso e digital), respectivamente nas páginas 6 e 4, no dia 16/03/2024. **5. MESA:** Presidente: Marcio Magalhães Hannas. Secretária: Fernanda Fonseca Reginato Borges. **6. ORDEM DO DIA:** Deliberar sobre: **(i)** as contas dos administradores, o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31/12/2023; **(ii)** a destinação dos resultados do exercício social encerrado em 31/12/2023; **(iii)** tomar conhecimento da renúncia de membro do Conselho de Administração; **(iv)** reeleição/eleição de membros do Conselho de Administração; e **(vi)** a instalação do Conselho Fiscal; e **(v)** a fixação da remuneração de Administradores. **7. DELIBERAÇÕES:** A única acionista da Companhia deliberou aprovar: **(i)** A lavratura da presente ata sob a forma de sumário conforme faculta o artigo 130, parágrafo 1º, da LSA e a dispensa da leitura dos documentos referidos no artigo 133 da LSA; **(ii)** O Relatório da Administração, o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado, a Demonstração do Resultado Abrangente, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração dos Fluxos de Caixa, as Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras e o Relatório dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2023, publicados conforme o item "Publicações Prévias" acima, já devidamente auditados por **KPMG AUDITORES INDEPENDENTES**, conforme Relatório datado de 15/03/2024; **(iii)** A proposta da administração para a destinação do lucro líquido da Companhia relativo ao exercício social encerrado em 31/12/2023, no valor de R$ 26.674.036,58 (vinte e seis milhões, seiscentos e setenta e quatro mil trinta e seis reais e cinquenta e oito centavos), que terá a seguinte destinação: (a) o montante de R$ 19.000.000,00 (dezenove milhões de reais) foi pago em 25/10/2023 à acionista, a título de dividendos intermediários, correspondente a R$ 2,67605633803 por ação, foram distribuídos, à conta de parte dos lucros apurados entre 1º de janeiro a 30 de setembro de 2023, conforme Ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 19/10/2023, pagos em 25/10/2023, com base na composição acionária daquela data; e (b) o montante de R$ 7.674.036,58 (sete milhões, seiscentos e setenta e quatro mil trinta e seis reais e cinquenta e oito centavos), correspondentes a R$ 1,08085022254, por ação, o qual será pago à acionista a título de dividendo adicional proposto até 1/4/2024, conforme base acionária da data de aprovação desta Assembleia. **(iv)** Tomar conhecimento dos pedidos de renúncia formulados pelos Srs. **ROBERTO VOLLMER LABARTHE**, e **PEDRO PAULO ARCHER SUTTER**, aos cargos de membros efetivos do Conselho de Administração da Companhia, conforme cartas de renúncia apresentadas à Companhia nesta data, agradecendo a eles pelos relevantes serviços prestados à Companhia enquanto exerceram referidas funções; **(v)** A reeleição/eleição dos seguintes membros do Conselho de Administração: **(i) MARCIO MAGALHÃES HANNAS**, brasileiro, divorciado, engenheiro, portador da Cédula de Identidade RG nº. 06.470.370-5/IFP/RJ e inscrito no CPF/MF sob o nº. 081.286.358-59, para o cargo de membro efetivo e Presidente do Conselho de Administração da Companhia; **(ii) ROBERTO PENNA CHAVES NETO**, brasileiro, casado, advogado, portador da Cédula de Identidade RG nº. 59.478.664-2/SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº. 070.803.997-93, para o cargo de membro efetivo do Conselho de Administração da Companhia; **(iii) JOÃO DANIEL MARQUES DA SILVA**, brasileiro, convivente em união estável, economista, portador da Cédula de Identidade RG nº. 09.222.067-2/IFP/RJ e inscrito no CPF/MF sob o nº. 035.387.987-88, para o cargo de membro efetivo do Conselho de Administração da Companhia; e **(iv) FRANCISCO PIERRINI**, brasileiro, casado, engenheiro eletricista, portador da Cédula de Identidade RG nº. 15.398.467/SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº. 079.221.388-22, para o cargo de membro efetivo do Conselho de Administração da Companhia, todos com endereço profissional na Avenida Chedid Jafet, 222, Bloco B, 4º andar, Sala 5, bairro Vila Olímpia, São Paulo/SP, CEP 04.551-065, **(v) SÉRGIO LUIZ PEREIRA DE MACEDO**, brasileiro, casado, economista, portador da Cédula de Identidade RG nº. 8.374.421-6/SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº. 873.683.078-04, com endereço profissional na Avenida Queiroz Filho, nº. 1.700, Escritório 86, bairro Vila Hamburguesa, São Paulo/SP, CEP: 05.319-000, para o cargo de membro efetivo do Conselho de Administração da Companhia, todos com mandato de até a Assembleia Geral Ordinária de 2026, devendo permanecer em seus cargos até a eleição e posse de seus substitutos; Os membros do Conselho de Administração ora eleitos declaram ter conhecimento do artigo 147 da LSA, e alterações posteriores, e consequentemente, não estarem incursos em quaisquer dos crimes previstos em Lei que os impeçam de exercer atividades mercantis, conforme Termos de Posse, Declaração de Desimpedimento e de Renúncia à Remuneração arquivados na sede da Companhia; **(vi)** A dispensa de instalação do Conselho Fiscal da Companhia, conforme facultado pelo artigo 161 da LSA e pelo artigo 15 do Estatuto Social; **(vii)** A verba global e anual para a remuneração dos membros da Administração da Companhia no valor de até R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), incluindo honorários, eventuais gratificações, seguridade social e benefícios que sejam atribuídos aos administradores em razão da cessação do exercício do cargo de administrador, sendo certo que o montante aqui proposto inclui os valores referentes aos encargos sociais de FGTS que forem devidos, ficando a cargo do Conselho de Administração da Companhia a fixação do montante individual e, se for o caso, a concessão de verbas de representação e/ou benefícios de qualquer natureza, conforme artigo 152 da LSA. Para o exercício social de 2024, a verba global e anual ora aprovada será destinada exclusivamente à Diretoria da Companhia, vez que os membros do Conselho de Administração renunciam à remuneração anual. **8. ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a assembleia, da qual foi lavrada a presente ata, que, após lida e aprovada, é assinada por todos os presentes, sendo que a certidão desta ata será assinada digitalmente, de acordo com previsto no parágrafo 1º do artigo 10 da MP 2.200-2/2001 e na alínea "c", do §1º do artigo 6º, da Lei nº 14.063/2020, e levada a registro perante a Junta Comercial competente. São Paulo/SP, 27 de março de 2024. **Assinaturas:** Marcio Magalhães Hannas, Presidente e Fernanda Fonseca Reginato Borges, Secretária. Acionista: **(1) CONCESSIONÁRIA DAS LINHAS 5 E 17 DO METRÔ DE SÃO PAULO S.A.**, por Antonio Marcio Barros Silva. Certifico que a presente é cópia fiel do original lavrado em Livro próprio. *Marcio Magalhães Hannas - Presidente da Mesa - Assinado com Certificado Digital ICP Brasil, Fernanda Fonseca Reginato Borges - Secretária - Assinado com Certificado Digital ICP Brasil.* JUCESP nº 151.172/24-9 em 11.04.2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

LEO MADEIRAS, MÁQUINAS & FERRAGENS S.A.

CNPJ/MF 61.069.373/0001-03

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 - (Valores expressos em milhares de reais - R$) e as notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.*

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO

ATIVO	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
ATIVO CIRCULANTE				
Caixa e equivalentes de caixa	191.450	104.208	244.573	147.611
Títulos e valores mobiliários	-	-	36.490	-
Contas a receber	207.428	258.883	265.708	273.569
Estoques	198.972	214.615	205.736	220.017
Contas a receber - Partes Relacionadas	26.207	-	-	-
Créditos Diversos	7.781	10.261	11.544	10.696
Impostos a recuperar	83.322	57.408	87.222	61.240
Total do ativo circulante	**715.160**	**645.375**	**851.273**	**713.133**
ATIVO NÃO CIRCULANTE				
Contas a receber	2.313	3.158	3.717	3.158
Contas a receber - Partes Relacionadas	5.153	-	-	-
Impostos a recuperar	-	13.279	-	13.278
Depósitos judiciais	19.627	16.237	19.627	16.263
Tributos diferidos	31.861	9.173	32.266	9.250
Cotas Subordinada - FIDC	402	-	-	-
Investimentos	69.233	45.917	115	115
Imobilizado	65.982	62.038	77.039	66.042
Intangível	4.618	2.977	4.915	3.222
Direito de uso de ativos	279.592	286.850	291.095	291.853
Total do ativo não circulante	**478.781**	**439.629**	**428.775**	**403.181**
TOTAL DO ATIVO	**1.193.941**	**1.085.004**	**1.280.048**	**1.116.314**

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
PASSIVO CIRCULANTE				
Fornecedores	107.496	94.734	122.021	99.341
Obrigações sociais, trabalhistas e tributárias	34.610	30.341	45.267	41.955
Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar	2.740	29.068	2.740	29.068
Arrendamentos	18.888	16.737	19.670	17.207
Outras contas a pagar	16.211	7.958	27.969	17.572
Total do passivo circulante	**179.946**	**178.838**	**217.666**	**205.143**
PASSIVO NÃO CIRCULANTE				
Obrigações sociais, trabalhistas e tributárias	33.621	33.193	34.119	33.193
Adiantamento de clientes	25	100	25	100
Obrigação Cota Sêniores	-	-	36.222	-
Arrendamentos	277.762	278.284	288.875	282.876
Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	12.412	6.015	12.966	6.428
Total do passivo não circulante	**323.820**	**317.592**	**372.206**	**322.597**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
Capital social	229.688	224.362	229.688	224.362
Reserva de capital	4.732	1.030	4.732	1.030
Reserva de Incentivos - subvenção	207.878	-	207.878	-
Reserva legal	12.179	12.179	12.179	12.179
Reserva de lucros	235.698	351.003	235.698	351.003
Total do patrimônio líquido	**690.176**	**588.574**	**690.176**	**588.574**
Total do passivo	**503.765**	**496.430**	**589.872**	**527.740**
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**1.193.941**	**1.085.004**	**1.280.048**	**1.116.314**

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022 (Representado)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	1.046.451	1.006.990	1.159.240	1.078.505
CUSTOS OPERACIONAIS	(664.196)	(614.456)	(717.161)	(637.856)
LUCRO BRUTO	382.255	392.533	442.078	440.649
Despesas administrativas e gerais	(244.338)	(212.166)	(293.763)	(242.637)
Despesas comerciais	(114.569)	(113.856)	(97.194)	(98.834)
Equivalência patrimonial	23.316	29.717	-	1.406
Outras receitas operacionais, líquidas	6.825	3.693	7.351	5.840
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	53.489	99.921	58.472	106.424
Despesas financeiras	(31.720)	(19.937)	(32.684)	(20.162)
Receitas financeiras	44.977	23.847	48.551	27.777
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	66.746	103.831	74.339	114.039
Imposto de renda e contribuição social correntes	-	(8.376)	(9.931)	(18.696)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	67.374	3.161	69.712	3.273
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	**134.120**	**98.616**	**134.120**	**98.616**
Lucro por ação MR$	1,42	1,05	1,42	1,05
Ações MR$	94.491	93.666	94.491	93.666

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO (CONTROLADORA E CONSOLIDADO) LÍQUIDO

	Capital social	Reservas de capital	Reserva legal	Reserva incentivos fiscais	Reservas de lucros	Lucros acumulados	Total	Total do patrimônio líquido
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	208.761	1.029	12.179	-	286.899	-	508.868	508.868
Aumento do capital social	15.601	-	-	-	-	-	15.601	15.601
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	98.616	98.616	98.616
Distribuição de lucros	-	-	-	-	-	(24)	(24)	(24)
Distribuição de juros sobre o capital próprio (JSCP)	-	-	-	-	-	(34.489)	(34.489)	(34.489)
Ajuste de exercício anterior	-	-	-	-	-	-	-	-
Complemento da reserva legal	-	-	-	-	64.104	(64.104)	-	-
Retenção de lucros	-	-	-	-	191.477	(191.477)	-	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	224.362	1.029	12.179	-	351.003	-	588.574	588.574
Aumento de capital por ILP	1.028	-	-	-	-	-	1.028	1.028
Aumento de capital por incorporação	4.298	-	-	-	-	-	4.298	4.298
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	134.120	134.120	134.120
Distribuição de lucros	-	-	-	-	(53)	-	(53)	(53)
Distribuição de juros sobre o capital próprio (JSCP)	-	-	-	-	-	(41.495)	(41.495)	(41.495)
Reserva de ágio por aquisição Via Morena	-	3.703	-	-	-	-	3.703	3.703
Reserva de incentivos fiscais	-	-	-	207.878	(161.827)	(46.051)	-	-
Retenção de lucros	-	-	-	-	46.574	(46.574)	-	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	229.688	4.732	12.179	207.878	235.697	-	690.176	690.176

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	134.120	98.616	134.120	98.616
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
TOTAL DE RESULTADOS ABRANGENTES	134.120	98.616	134.120	98.616

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	66.746	103.831	74.339	114.039
Ajustes para reconciliar o lucro antes do imposto de renda e da contribuição social com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:				
Depreciação e amortização	9.198	5.824	10.795	6.971
Depreciação - direito de uso (CPC 06 (R2)/IFRS 16)	26.942	20.845	28.168	21.052
Despesa de juros - direito de uso (CPC 06 (R2)/IFRS 16)	27.584	17.486	28.426	17.620
Baixa do imobilizado	1.017	470	1.017	2.542
Complemento (reversão) da provisão para crédito de liquidação duvidosa	(6.135)	31.781	(6.563)	27.752
Provisão (reversão) para demandas judiciais	6.397	(15)	6.538	679
Provisão para perdas nos estoques	(2.277)	369	(2.277)	552
Rendimento sobre cotas subordinada - FIDC	98	-	-	-
Distribuição desigual	-	(3.534)	-	-
Resultado de equivalência patrimonial	(23.316)	(26.181)	-	-
Variações nos ativos e passivos operacionais:				
Contas a receber	67.566	(37.720)	22.996	(44.217)
Estoques	23.097	(24.354)	21.734	(26.464)
Impostos e contribuições a recuperar	(12.635)	33.490	(12.703)	34.399
Tributo diferido	44.686	3	46.695	35
Depósitos judiciais	(3.390)	(9.051)	(3.364)	(9.077)
Créditos diversos	2.586	24.631	(743)	21.748
Partes relacionadas, líquido	(1.317)	-	-	-
Fornecedores	6.979	10.755	16.897	10.055
Obrigações cotas seniores - FIDC	-	-	36.222	-
Obrigações sociais, trabalhistas e tributárias	3.995	1.970	3.535	4.061
Adiantamento de clientes	(75)	(901)	(75)	(901)
Outras contas a pagar	5.987	(6.539)	8.131	487
Caixa gerado pelas atividades operacionais	243.732	143.160	279.768	181.333
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	(8.293)	(9.931)	(18.655)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	243.732	134.867	269.837	162.678
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO				
Títulos e valores mobiliários	-	-	(36.490)	-
Aquisição de imobilizado e intangível	(15.789)	(31.503)	(24.490)	(32.193)
Aquisição de cotas subordinada - FIDC	(500)	-	-	-
Recebimento de lucro das controladas	-	16.108	-	-
Investimento LMP	-	(1.000)	-	-
Caixas advindos de incorporações	61	1.981	61	-
Mútuo	(30.043)	-	-	-
Contas a pagar - Sócios Via Morena	2.265	-	2.265	-
Caixa líquido utilizado pelas atividades de investimento	(44.006)	(14.414)	(58.654)	(32.193)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO				
Pagamento de direito de uso (CPC 06)	(45.690)	(33.328)	(47.426)	(33.610)
Aumento de capital por incentivo (ILP)	1.028	-	1.028	-
Pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio	(67.822)	(37.660)	(67.822)	(40.900)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento	(112.484)	(70.988)	(114.220)	(74.510)
AUMENTO NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	87.242	49.465	96.963	55.975
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	104.208	54.743	147.611	91.636
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	191.450	104.208	244.573	147.611

(*) As Demonstrações Financeiras completas estão disponíveis na sede da empresa.

Diretoria

Marcus Vinícius Pinto Homem Santos - Diretor Administrativo Financeiro | **Luís Carlos Silva de Oliveira** - CRC 1SP180145/O-3

BIOMETANO VERDE PAULINIA S.A.

CNPJ: 50.365.355/0001-52

Balanço patrimonial - Exercícios findos findos em 31/12/2023 e 2022 - (Valores expressos em milhares de reais)

Ativo	31/12/2023	31/12/2022
Caixa e equivalentes de caixa	102.167	-
Total do ativo circulante	102.167	-
Total do Ativo	102.167	-

Passivo e PL	31/12/2023	31/12/2022
Impostos e contribuições a recolher	728	-
Total do passivo circulante	728	-
Capital Social Integralizado	50.010	-
Reservas de Lucro	50.000	-
Resultados do Exercício	1.429	-
Total do Patrimônio Líquido	101.439	-
Total do Passivo e PL	102.167	-

Demonstração das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos findos em 31/12/2023 e 2022 (Valores expressos em milhares de reais)

	Capital Social	Reserva de Capital	Lucros Acumulados	Total
Saldos em 01/01/2022	-	-	-	-
Lucro/Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	-
Saldos em 31/12/2022	-	-	-	-
Aporte Capital Social	100.010	-	-	100.010
Reserva de Capital	(50.000)	50.000	-	-
Lucro/Prejuízo líquido do exercício	-	-	1.429	1.429
Saldos em 31/12/2023	**50.010**	**50.000**	**1.429**	**101.439**

Demonstração dos resultados - Exercícios findos findos em 31/12/2023 e 2021 - (Valores expressos em milhares de reais)

	31/12/2023	31/12/2022
Receitas (despesas) operacionais	(2)	-
Administrativas e gerais	(2)	-
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro equivalência	(2)	-
Resultado financeiro	2.159	-
Receitas financeiras	2.159	-
Lucro Antes de IRPJ e CSLL	2.157	-
Imposto de renda e contribuição social	(728)	-
Corrente	(728)	-
Lucro (Prejuízo do Período)	1.429	-

Demonstração do resultado abrangente Exercícios findos findos em 31/12/2023 e 2022 (Valores expressos em milhares de reais)

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro/Prejízo líquido do exercício	1.429	-
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	1.429	-

Demonstração dos fluxos de caixa Exercícios findos findos em 31/12/2023 e 2022 - (Valores expressos em milhares de reais)

Fluxo de caixa das atividades operacionais	31/12/2023	31/12/2022
Lucro (Prejuízo do Período)	1.429	-
Aumento (redução) nos passivos operacionais	728	-
Impostos e contribuições a recolher	728	-
Caixa (aplicado nas) atividades operacionais	2.157	-
Caixa líquido (aplicado nas) atividades operacionais	2.157	-
Fluxos de caixa das atividades de investimento	100.010	-
Reserva de Capital	100.010	-
Caixa líquido (aplicado nas) atividades de investimento	102.167	-
Caixa líquido (aplicado nas) das atividades de financiamento	102.167	-
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	102.167	-
Caixa e Equivalentes de caixa no final do exercício	102.167	-

Leonardo Roberto Pereira dos Santos
Diretor - CPF 218.498.438-80

Jessé Gonçalves de Lima Andrade
Contador - CRC/RJ 115836/O-8 - CPF 114.816.477-41

Edição impressa produzida pelo **Jornal O Dia SP** com circulação diária, em bancas e para assinantes. As íntegras dessas publicações encontram-se disponíveis no site: https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

ORIZON BIOMETANO PAULINIA II LTDA.

CNPJ: 45.216.680/0001-13

Balanço patrimonial em 31/12/2023 e 2022 (Valores expressos em milhares de reais)

Ativo	31/12/2023	31/12/2022
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	10	1
Impostos e contribuições a recuperar	2	-
Adiantamentos	6	-
Total do ativo circulante	18	1
Não Circulante		
Imobilizado, Líquido	151	-
Total do ativo não circulante	151	-
Total do ativo	169	1
Passivo	**31/12/2023**	**31/12/2022**
Circulante		
Impostos e contribuições a recolher	3	-
Total do passivo circulante	3	-
Passivo não circulante		
Partes relacionadas	183	-
Total do passivo não circulante	183	-
Patrimônio líquido		
Capital social	1	1
Resultados do Exercício	(18)	-
Total do patrimônio líquido	(17)	1
Total do passivo	169	1

Demonstração do resultado abrangente em 31/12/2023 e 2022 (Valores expressos em milhares de reais)

	31/12/2023	31/12/2022
Prejuízo do exercício	(18)	-
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	(18)	-

Demonstração dos resultados dos exercícios em 31/12/2023 e 2022 - (Valores expressos em milhares de reais)

	31/12/2023	31/12/2022
Receita operacional líquida	-	-
Custo dos serviços prestados	-	-
Lucro bruto	-	-
Receitas (despesas) operacionais		
Gerais e administrativas	(15)	-
Outras receitas (despesas)	-	-
Prejuízo antes do resultado financeiro equivalência	(15)	-
Receitas financeiras	-	-
Despesas financeiras	(3)	-
Prejuízo antes do iIR e contribuição social	(18)	-
Imposto de renda e contribuição social	-	-
Prejuízo do exercício	(18)	-

Demonstração das mutações do patrimônio líquido em 31/12/2023 e 2022 - (Valores expressos em milhares de reais)

	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 01/01/2022	-	-	-
Integralizção de capital	1	-	1
Saldos em 31/12/2022	1	-	1
Prejuízo do exercício	-	(18)	(18)
Saldos em 31/12/2023	1	(18)	(17)

Demonstração dos fluxos de caixa em 31/12/2023 e 2022 (Valores expressos em milhares de reais)

	31/12/2023	31/12/2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo do exercício	(18)	-
(Aumento) redução nos ativos operacionais	-	
Impostos a recuperar	(2)	-
Adiantamentos	(6)	-
Aumento (redução) nos passivos operacionais	-	
Impostos e contribuições a recolher	3	-
Caixa (aplicado nas) atividades operacionais	(23)	-
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Integralização de capital	-	1
Aquisições de imobilizado e intangível	(151)	-
Caixa líquido (aplicado nas) atividades de investimento	(151)	1
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Partes relacionadas	183	-
Caixa líquido (aplicado nas) das atividades de financiamento	183	-
Aumento no caixa e equivalentes de caixa	9	1
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1	-
Caixa e Equivalentes de caixa no final do exercício	10	1
Aumento no caixa e equivalentes de caixa	9	1

Leonardo Roberto Pereira dos Santos - Diretor - CPF 218.498.438-80
Jessé Gonçalves de Lima Andrade - Contador - CRC/RJ 115836/O-8 - CPF 114.816.477-41

Orizon Holding Ceará Ltda.

CNPJ: 51.515.703/0001-93

Balanço patrimonial em 31/12/2023 e 2022 - (Valores expressos em milhares de reais)

Ativo	2023	2022
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	-	-
Impostos e contribuições a recuperar	-	-
Adiantamentos	-	-
Total do ativo circulante	-	-
Não Circulante		
Imobilizado, Líquido	-	-
Total do ativo não circulante	-	-
Total do ativo	-	-

Passivo	2023	2022
Circulante		
Fornecedores a pagar	-	-
Impostos e contribuições a recolher	-	-
Total do passivo circulante	-	-
Passivo não circulante		
Passivo com partes relacionadas	1	-
Total do passivo não circulante	1	-
Patrimônio líquido		
Capital social	-	-
Resultados do Exercício	(1)	-
Total do patrimônio líquido	(1)	-
Total do passivo	-	-

Demonstração dos resultados dos exercícios em 31/12/2023 e 2022 - (Valores expressos em milhares de reais)

	2023	2022
Receita operacional líquida	-	-
Custo dos serviços prestados	-	-
Lucro bruto	-	-
Receitas (despesas) operacionais	-	-
Gerais e administrativas	-	-
Outras receitas (despesas)	-	-
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro equivalência	-	-
Receitas financeiras	-	-
Despesas financeiras	(1)	-
Outros	-	-
Prejuízo antes do IR e contribuição social	(1)	-
Imposto de renda e contribuição social	-	-
Prejuízo do exercício	(1)	-

Demonstração do resultado abrangente em 31/12/2023 e 2022 (Valores expressos em milhares de reais)

	2023	2022
Prejuízo do exercício	(1)	-
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	(1)	-

Demonstração das mutações do patrimônio líquido em 31/12/2023 e 2022 - (Valores expressos em milhares de reais)

	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 01/01/2022	-	-	-
Integralizção de capital	-	-	-
Saldos em 31/12/2022	-	-	-
Prejuízo do exercício	-	(1)	(1)
Saldos em 31/12/2023	-	(1)	-

Demonstração dos fluxos de caixa em 31/12/2023 e 2022 (Valores expressos em milhares de reais)

Fluxo de caixa das atividades operacionais	2023	2022
Prejuízo do exercício	(1)	-
(Aumento) redução nos ativos operacionais	-	-
Impostos a recuperar	-	-
Adiantamentos	-	-
Aumento (redução) nos passivos operacionais	-	-
Fornecedores	-	-
Impostos e contribuições a recolher	-	-
Caixa (aplicado nas) atividades operacionais	(1)	-
Caixa líquido (aplicado nas) atividades operacionais	(1)	-
Fluxos de caixa das atividades de investimento	-	-
Aquisições de imobilizado e intangível	-	-
Caixa líquido (aplicado nas) atividades de investimento	-	-
Fluxos de caixa das atividades de financiamento	1	-
Partes relacionadas	1	-
Integralização de capital	-	-
Caixa líquido (aplicado nas) das atividades de financiamento	1	-
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	-	-
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	-	-
Caixa e Equivalentes de caixa no final do exercício	-	-
Redução no saldo de caixa e equivalentes de caixa	-	-

Leonardo Roberto Pereira dos Santos - Diretor - CPF 218.498.438-80
Jessé Gonçalves de Lima Andrade - Contador - CRC/RJ 115836/O-8 - CPF 114.816.477-41

Orizon Locação de Equipamentos Limitada

CNPJ: 49.732.701/0001-04

Balanço patrimonial em 31/12/2023 e 2022 (Valores expressos em milhares de reais)

Ativo	31/12/2023	31/12/2022
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	-	-
Impostos e contribuições a recuperar	-	-
Adiantamentos	-	-
Total do ativo circulante	-	-
Não Circulante		
Imobilizado, Líquido	-	-
Total do ativo não circulante	-	-
Total do ativo	-	-
	-	-
Passivo	**31/12/2023**	**31/12/2022**
Circulante		
Impostos e contribuições a recolher	-	-
Total do passivo circulante	-	-
Passivo não circulante		
Passivo com partes relacionadas	1	-
Total do passivo não circulante	1	-
Patrimônio líquido		-
Capital social	-	-
Prejuízos acumulados	(1)	-
Total do patrimônio líquido	(1)	-
Total do passivo	-	-

Demonstração do resultado abrangente em 31/12/2023 e 2022 (Valores expressos em milhares de reais)

	31/12/2023	31/12/2022
Prejuízo do exercício	(1)	-
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	(1)	-

Demonstração dos resultados dos exercícios em 31/12/2023 e 2022 - (Valores expressos em milhares de reais)

	31/12/2023	31/12/2022
Receita operacional líquida	-	-
Custo dos serviços prestados	-	-
Lucro bruto	-	-
Receitas (despesas) operacionais		
Gerais e administrativas	-	-
Outras receitas (despesas)	-	-
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro equivalência	-	-
Receitas financeiras		-
Despesas financeiras	(1)	-
Outros	-	-
Prejuízo antes do IR e contribuição social	(1)	-
Imposto de renda e contribuição social	-	-
Prejuízo do exercício	(1)	-

Demonstração das mutações do patrimônio líquido em 31/12/2023 e 2022 - (Valores expressos em milhares de reais)

	Capital social	Total
Saldos em 01/01/2022	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-
Saldos em 31/12/2022	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-
Saldos em 31/12/2023	-	-

Leonardo Roberto Pereira dos Santos - Diretor - CPF 218.498.438-80
Jessé Gonçalves de Lima Andrade - Contador - CRC/RJ 115836/O-8 - CPF 114.816.477-41

Demonstração dos fluxos de caixa em 31/12/2023 e 2022 (Valores expressos em milhares de reais)

	31/12/2023	31/12/2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo do exercício	(1)	-
(Aumento) redução nos ativos operacionais	-	-
Impostos a recuperar	-	-
Adiantamentos	-	-
Aumento (redução) nos passivos operacionais	-	-
Impostos e contribuições a recolher	-	-
Caixa (aplicado nas) atividades operacionais	(1)	-
Caixa líquido (aplicado nas) atividades operacionais	(1)	-
Fluxos de caixa das atividades de investimento	-	-
Aquisições de imobilizado e intangível	-	-
Caixa líquido (aplicado nas) atividades de investimento	-	-
Fluxos de caixa das atividades de financiamento	1	-
Partes relacionadas	1	-
Integralização de capital	-	-
Caixa líquido (aplicado nas) das atividades de financiamento	1	-
Aumento no caixa e equivalentes de caixa	-	-
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	-	-
Caixa e Equivalentes de caixa no final do exercício	-	-
Aumento no caixa e equivalentes de caixa	-	-

Orizon O&M Limitada

CNPJ: 49.732.650/0001-10

Balanço patrimonial em 31/12/2023 e 2022 (Valores expressos em milhares de reais)

Ativo	31/12/2023	31/12/2022
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	-	-
Impostos e contribuições a recuperar	-	-
Adiantamentos	-	-
Total do ativo circulante	-	-
Não Circulante		
Imobilizado, Líquido	-	-
Total do ativo não circulante	-	-
Total do ativo	-	-
Passivo	**31/12/2023**	**31/12/2022**
Circulante		
Impostos e contribuições a recolher	-	-
Total do passivo circulante	-	-
Passivo não circulante		
Passivo com partes relacionadas	-	-
Total do passivo não circulante	-	-
Patrimônio líquido	-	-
Capital social	-	-
Resultados do Exercício	-	-
Total do patrimônio líquido	-	-
Total do passivo	-	-

Demonstração do resultado abrangente em 31/12/2023 e 2022 (Valores expressos em milhares de reais)

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido do exercício	-	-
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	-	-

Demonstração dos resultados dos exercícios em 31/12/2023 e 2022 - (Valores expressos em milhares de reais)

	31/12/2023	31/12/2022
Receita operacional líquida	-	-
Custo dos serviços prestados	-	-
Lucro bruto	-	-
Receitas (despesas) operacionais		
Gerais e administrativas	-	-
Outras receitas (despesas)	-	-
Lucro Prejuízo antes do resultado financeiro equivalência	-	-
Receitas financeiras	-	-
Despesas financeiras	-	-
Lucro antes do IR e contribuição social	-	-
Imposto de renda e contribuição social	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-

Demonstração das mutações do patrimônio líquido em 31/12/2023 e 2022 - (Valores expressos em milhares de reais)

	Capital social	Total
Saldos em 01/01/2022	-	-
Integralizção de capital	-	-
Saldos em 31/12/2022	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-
Saldos em 31/12/2023	-	-

Demonstração dos fluxos de caixa em 31/12/2023 e 2022 (Valores expressos em milhares de reais)

	31/12/2023	31/12/2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	-	-
(Aumento) redução nos ativos operacionais	-	-
Impostos a recuperar	-	-
Adiantamentos	-	-
Aumento (redução) nos passivos operacionais	-	-
Impostos e contribuições a recolher	-	-
Caixa (aplicado nas) atividades operacionais	-	-
Caixa líquido (aplicado nas) atividades operacionais	-	-
Fluxos de caixa das atividades de investimento	-	-
Aquisições de imobilizado e intangível	-	-
Caixa líquido (aplicado nas) atividades de investimento	-	-
Fluxos de caixa das atividades de financiamento	-	-
Partes relacionadas	-	-
Integralização de capital	-	-
Caixa líquido (aplicado nas) das atividades de financiamento	-	-
Aumento no caixa e equivalentes de caixa	-	-
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	-	-
Caixa e Equivalentes de caixa no final do exercício	-	-
Aumento no caixa e equivalentes de caixa	-	-
Aumento no caixa e equivalentes de caixa	-	-

Leonardo Roberto Pereira dos Santos - Diretor - CPF 218.498.438-80
Jessé Gonçalves de Lima Andrade - Contador - CRC/RJ 115836/O-8 - CPF 114.816.477-41

SPE CTR Metropolitana Participações

CNPJ: 42.805.925/0001-50

Balanço patrimonial em 31/12/2023 e 2022 (Valores expressos em milhares de reais)

Ativo	31/12/2023	31/12/2022
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	1	-
Impostos e contribuições a recuperar	-	-
Adiantamentos	-	-
Total do ativo circulante	1	-
Não Circulante		
Investimentos	12.617	10.838
Total do ativo não circulante	12.617	10.838
Total do ativo	12.618	10.838
Passivo	**31/12/2023**	**31/12/2022**
Circulante		
Impostos e contribuições a recolher	-	-
Total do passivo circulante	-	-
Passivo não circulante		
Passivo com partes relacionadas	1	-
Total do passivo não circulante	1	-
Patrimônio líquido		
Capital social	11.349	10.763
(-) Prejuízos acumulados	(513)	-
Resultados do Exercício	1.781	75
Total do patrimônio líquido	12.617	10.838
Total do passivo	12.618	10.838

Guilherme Aires de Mesquita Campos - Diretor - CPF 011.984.341-20
Jessé Gonçalves de Lima Andrade - Contador - CRC/RJ 115836/O-8 - CPF 114.816.477-41

Demonstração dos resultados dos exercícios em 31/12/2023 e 2022 - (Valores expressos em milhares de reais)

	31/12/2023	31/12/2022
Receita operacional líquida	1.091	-
Custo dos serviços prestados	-	-
Lucro bruto	1.091	-
Receitas (despesas) operacionais		
Gerais e administrativas	-	-
Outras receitas (despesas)	-	-
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro equivalência	1.091	-
Receitas financeiras		-
Despesas financeiras	-	-
Resultado de equivalência patrimonial	690	(557)
Outros	-	-
Lucro (Prejuízo) antes do IR eCS	1.781	(557)
Imposto de renda e contribuição social	-	-
Lucro líquido (Prejuízo) do exercício	1.781	(557)

Demonstração das mutações do patrimônio líquido em 31/12/2023 e 2022 - (Valores expressos em milhares de reais)

	Capital social	Lucros Acumulados	Total
Saldos em 01/01/2022	**10.763**	**(408)**	**10.355**
Adiantamento para futuro aumento de capital	1.040	-	1.040
Prejuízo do exercício	-	(557)	(557)
Saldos em 31/12/2022	**11.803**	**(965)**	**10.838**
Outros	(2)	-	(2)
Lucro líquido do exercício	-	1.781	1.781
Saldos em 31/12/2023	**11.801**	**816**	**12.617**

Demonstração do resultado abrangente em 31/12/2023 e 2022 (Valores expressos em milhares de reais)

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido (Prejuízo) do exercício	1.781	(557)
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	1.781	(557)

Demonstração dos fluxos de caixa em 31/12/2023 e 2022 (Valores expressos em milhares de reais)

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido (Prejuízo) do exercício	1.781	(557)
Resultado de equivalência patrimonial	(1.779)	557
(Aumento) redução nos ativos operacionais	-	-
Imposto a recuperar	-	-
Adiantamentos	-	-
Aumento (redução) nos passivos operacionais	-	-
Impostos e contribuições a recolher	-	-
Caixa (aplicado nas) atividades operacionais	2	-
Caixa líquido (aplicado nas) atividades operacionais	2	-
Fluxos de caixa das atividades de investimento	-	-
Aquisições de participação societária	-	-
Caixa líquido (aplicado nas) atividades de investimento	-	-
Fluxos de caixa das atividades de financiamento	(1)	-
Partes relacionadas	1	-
Integralização de capital	-	-
Caixa líquido (aplicado nas) das atividades de financiamento	(1)	-
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	1	-
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	-	-
Caixa e Equivalentes de caixa no final do exercício	1	-
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	1	-

Orizon Compostagem Limitada

CNPJ: 51.515.703/0001-93

Balanço Patrimonial em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 (Em MR$)

	31/12/2023	31/12/2022
Ativo		
Circulante		
Impostos a recuperar	8	-
Total do ativo circulante	**8**	**-**
Não circulante		
Partes relacionadas	82	-
Total do ativo não circulante	**82**	**-**
Total do ativo	**90**	**-**

	31/12/2023	31/12/2022
Passivo		
Circulante		
Impostos e contribuições a recolher	6	-
Total do passivo circulante	**6**	**-**
Não circulante		
Passivo com partes relacionadas	553	-
Total do passivo não circulante	**553**	**-**
Patrimônio líquido		
Prejuízos acumulados	(469)	-
Total do patrimônio líquido	**(469)**	**-**
Total do passivo e do patrimônio líquido	**90**	**-**

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 (Em MR$)

	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	-	-
Reserva de Lucro	-	-
Prejuízo do exercício	(469)	(469)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	(469)	(469)

Demonstração do Resultado Abrangente em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 (Em MR$)

	31/12/2023	31/12/2022
Prejuízo do exercício	(469)	-
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	(469)	-

As Demonstrações Financeiras completas encontram-se disponíveis na sede da Companhia.

Demonstração do Resultado do Exercício em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 (Em MR$)

	31/12/2023	31/12/2022
Receita operacional líquida	37	-
Custo dos serviços prestados	(18)	-
Lucro bruto	19	-
Receitas (despesas) operacionais		
Outras receitas	(485)	-
	(485)	-
Despesas financeiras	(3)	-
Prejuízo antes do IR e contribuição social	(469)	-
IR e contribuição social	-	-
Prejuízo do exercício	(469)	-

Demonstração dos Fluxos de Caixa em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 (Em MR$)

	31/12/2023	31/12/2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo Lucro líquido do exercício	(469)	-
(Aumento) redução nos ativos operacionais		
Impostos a Recuperar	(8)	-
Aumento (redução) nos passivos operacionais		
Impostos e contribuições a recolher	6	-
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	(471)	-
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Partes relacionadas	471	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	471	-
Aumento no saldo de caixa e equivalentes de caixa	-	-
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	-	-
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	-	-
Aumento no saldo de caixa e equivalentes de caixa	-	-

Diretor: Milton Pilão Júnior - CPF: 125.107.888-50
Contador: Jessé Gonçalves de Lima Andrade - CRC/RJ 115836/O-8

Acober S/A Administração de Bens e Condomínios

C.N.P.J./M.F. nº 61.391.314/0001-57 - NIRE 35.3.00064925

CONVOCAÇÃO Convidamos os acionistas para se reunirem em A.G.O., dia 30/04/24, às 11:00 hs, na Rua Azevedo Soares nº 1101, com a seguinte ordem do dia: (i) contas e demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31/12/23; (ii) destinação do lucro líquido do exercício e distribuição de dividendos; (iii) outros assuntos.

Alexandre Pedro de Queiroz Ferreira – Presidente (SP 12/04/24)

Cyrela Sul 001 Empreendimentos Imobiliários SPE Ltda.

CNPJ 19.658.049/0001-64 - NIRE 35230080285

Extrato da Ata de Reunião de Sócios

Em 02.04.2024, na sede da Sociedade. **Presença.** Totalidade dos Sócios. **Mesa.** Presidente: Rafaella Nogueira de Carvalho Corti, Secretária: Sigrid Amantino Barcelos. **Deliberações.** Os sócios aprovaram por unanimidade, reduzir o capital social, por revelar-se excessivo em relação ao seu objeto social, atualmente no valor de R$ 6.653.333,00 **para** R$ 4.653.333,00, autorizar a consequente alteração do Contrato Social, bem como determinar a publicação deste extrato, na forma da Lei, para os devidos fins. **Encerramento.** Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata.

Cyrela Sul 003 Empreendimentos Imobiliários SPE Ltda.

CNPJ 20.539.347/0001-14 - NIRE 35229913589

Extrato da Ata de Reunião de Sócios

Em 02.04.2024, na sede da Sociedade. **Presença.** Totalidade dos Sócios. **Mesa.** Presidente: Rafaella Nogueira de Carvalho Corti, Secretária: Sigrid Amantino Barcelos. **Deliberações.** Os sócios aprovaram por unanimidade, reduzir o capital social, por revelar-se excessivo em relação ao seu objeto social, atualmente no valor de R$ 3.379.566,00 **para** R$ 2.079.566,00, autorizar a consequente alteração do Contrato Social, bem como determinar a publicação deste extrato, na forma da Lei, para os devidos fins. **Encerramento.** Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata.

Cyrela Sul 011 Empreendimentos Imobiliários SPE Ltda.

CNPJ 21.831.062/0001-15 - NIRE 35230538273

Extrato da Ata de Reunião de Sócios

Em 02.04.2024, na sede da Sociedade. **Presença.** Totalidade dos Sócios. **Mesa.** Presidente: Rafaella Nogueira de Carvalho Corti, Secretária: Sigrid Amantino Barcelos. **Deliberações.** Os sócios aprovaram por unanimidade, reduzir o capital social, por revelar-se excessivo em relação ao seu objeto social, atualmente no valor **de** R$ 13.072.368,00 **para** R$ 10.972.368,00, autorizar a consequente alteração do Contrato Social, bem como determinar a publicação deste extrato, na forma da Lei, para os devidos fins. **Encerramento.** Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata.

CBR MAGIK LZ 07 Empreendimentos Imobiliários Ltda.

CNPJ 32.475.749/0001-81 - NIRE 35235430063

Extrato da Ata de Reunião de Sócios

Em 04.03.2024, na sede da Sociedade. **Presença.** Totalidade dos Sócios. **Mesa.** Presidente: Rafaella Nogueira de Carvalho Corti, Secretária: Sigrid Amantino Barcelos. **Deliberações.** Os sócios aprovaram por unanimidade, reduzir o capital social, por revelar-se excessivo em relação ao seu objeto social, atualmente no valor de R$ 17.986.250,00 **para** R$ 7.986.250,00, autorizar a consequente alteração do Contrato Social, bem como determinar a publicação deste extrato, na forma da Lei, para os devidos fins. **Encerramento.** Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata.

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 01 (UM) MÊS. PROCESSO Nº **1005508-50.2018.8.26.0010**. O MM. Juiz de Direito da 3ª Vara Cível, do Foro Regional X - Ipiranga, Estado de São Paulo, Dr. Carlos Antonio da Costa, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a LIDEJUNIOR LINDOMAR DE LIMA SILVA, CPF 603.222.983-18, que Sociedade Beneficente São Camilo - Ipiranga lhe ajuizou ação de Cobrança (Procedimento Comum Cível), objetivando a quantia de R$ 66.115,96 (agosto de 2018), decorrente do Instrumento Particular de Contrato de Prestação de Serviços, representado pelas Notas Fiscais n°s 106159, 106164 e 106839. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO por EDITAL (CPC, art. 257, III), para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 15 (quinze) dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, apresente resposta. Em caso de revelia, será nomeado curador especial (CPC, art. 257, IV). Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo. 16 e 17 / 04 / 2024.

EDITAL DE CITAÇÃO. Processo Digital nº: **1006162-03.2019.8.26.0010**. Classe: Assunto: Procedimento Comum Cível - Prestação de Serviços. Requerente: Hospital São Camilo Ipiranga. Requerido: Iolanda Mascena de Sousa. EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1006162-03.2019.8.26.0010. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 1ª Vara Cível, do Foro Regional X - Ipiranga, Estado de São Paulo, Dr(a). Luis Fernando Cirillo, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) IOLANDA MASCENA DE SOUSA, Brasileira, RG 371203314, CPF 284.422.128-92, que lhe foi proposta uma ação de Procedimento Comum Cível por parte de Sociedade Beneficente São Camilo, entidade mantenedora do Hospital São Camilo Ipiranga, objetivando a Cobrança da quantia de R$ 93.830,13 (outubro de 2019), decorrente das Notas Fiscais nº's 123930, 124044, 124134, 124321, 124537, 125169, 125170, relativas ao tratamento médico hospitalar despendido. Estando a requerida em lugar ignorado, foi deferida a citação por edital, para que em 15 dias, a fluir dos 20 dias supra, ofereça contestação, sob pena de presumirem-se como verdadeiros os fatos alegados. Não sendo contestada a ação, a requerida será considerada revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 11 de março de 2024. 16 e 17 / 04 / 2024.

EDITAL DE CITAÇÃO. Processo Digital nº: **1008509-65.2021.8.26.0001**. Classe: Assunto: Procedimento Comum Cível - Serviços Hospitalares. Requerente: Hospital São Camilo - Santana. Requerido: Espólio de Francisca Nazare Silva de Oliveira na pessoa de SILVIA PACHECO DE SENA e outro. EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1008509-65.2021.8.26.0001. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 9ª Vara Cível, do Foro Regional I - Santana, Estado de São Paulo, Dr(a). Clovis Ricardo de Toledo Junior, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) ESPÓLIO DE FRANCISCA NAZARE SILVA DE OLIVEIRA e ESPÓLIO DE SEVERINO PACHECO DE OLIVEIRA que lhe foi proposta uma ação de Procedimento Comum Cível por parte de Hospital São Camilo - Santana para cobrança de prestação serviços médico-hospitalares referente ao tratamento médico de FRANCISCA NAZARE SILVA DE OLIVEIRA. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 15 dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, apresente resposta. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 19 de março de 2024. 16 e 17 / 04 / 2024.

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1041493-83.2023.8.26.0114 O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 1ª Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados a Arbitragem, do Foro Especializado da 4ª e da 10ª RAJs, Estado de São Paulo, Dr(a). JOSE GUILHERME DI RIENZO MARREY, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) EXPRESSO POPI LTDA - EPP, CNPJ 04828774000166, com endereço à Avenida Francisco Glicerio, 297, Sala T 3 - Na pessoa de Maria Helena G. Marciano, Centro, CEP 13026-501, Campinas - SP, que lhe foi proposta uma ação de Falência de Empresários, Sociedades Empresáriais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte por parte de Auto Posto Petroleiros Ltda. e outro, com fundamento no artigo 94, I, da Lei 11.101/2005, por impontualidade no pagamento de R$ 37.717,97. Estando a ré em lugar ignorado, foi deferida a citação por edital, para que em 10 dias, a fluir após os 20 dias supra, apresente defesa, podendo, nos termos do art. 98, parágrafo único da Lei 11.101/2005, depositar a quantia correspondente ao total do crédito reclamado, que deverá ser atualizado até a data do depósito com juros e correção monetária, acrescida de custas, despesas processuais e honorários advocatícios fixados em 10% do valor do débito, sob pena de decretação da falência. E para que produza seus efeitos de direito, será o presente Edital afixado e publicado na forma da Lei.

AGROSTAHL S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO

CNPJ/MF 45.493.772/0001-40

Assembleia Geral Ordinária / Extraordinária - Convocação

São convocados os Senhores Acionistas a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em **26 de abril de 2024**, às 10:00 horas, no Hotel Cordialle, Rua Sotero de Souza, nº 500 - São Roque/SP - CEP 18130-200, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: **Assembleia Geral Ordinária: a)** Aprovação do Relatório da Diretoria, Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis com as respectivas Notas Explicativas da administração do exercício findo em 31 de dezembro de 2023; **b)** Destinação do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, conforme proposto nas Demonstrações Contábeis. **Assembleia Geral Extraordinária: a)** Alteração do endereço da Filial da empresa no município de Itajaí/SC; **b)** Atualização do endereço da Matriz da empresa situada no de Mairinque/SP em virtude do Decreto Municipal Lei nº 4.140/2023 ter atribuído novo nome ao atual endereço para Rua Joviano Machado, nº 27, Distrito Industrial, Mairinque/SP, CEP 18120-000. **Observação:** A primeira chamada da assembleia será às 10 horas e terá início se todos estiverem presentes. Caso contrário, a segunda chamada ocorrerá às 11 horas e terá início com os presentes.

CLÍNICA DE ANESTESIOLOGIA E DOR SÃO PAULO LTDA

CNPJ 07.099.347/0001-82 - NIRE/SP 35.219.518.989

Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária

Ficam os sócios da Sociedade, com sede na Alameda Santos, 1765-1773, conj. 1403, São Paulo/SP, para se reunirem em **AGO,** a distância, por videoconferência através da plataforma ZOOM, a ser realizada às 20h:00 do dia **25/04/2024**, em 1ª convocação, e às 20h:30 do dia **25/04/2024**, em 2ª convocação caso não ocorra instalação em 1ª convocação. Endereço Eletrônico: https://us02web.zoom.us/j/83595447839?pwd=Wkl6aWFOQTZnUTNqN2E4V0M0Nldldz09 - ID da reunião: 835 9544 7839 - Senha: 951635. Solicitamos aos senhores sócios que verifiquem a compatibilidade da plataforma/aplicativo com antecedência para evitar problemas de conexão no dia da Assembleia. **Deliberações**. A Assembleia será realizada para deliberar sobre as seguintes ordens do dia: **a)** Apreciação e aprovação do balanço de contas do exercício do ano de 2023. **b)** Eleição da Diretoria Administrativa para o biênio 2024 a 2026. São Paulo, 15.04.2024. **Clínica de Anestesiologia e Dor de São Paulo Ltda.** p. Carlos Alberto Leme - Diretor Geral, p. Vinicius Gonçalves Vieira - Diretor Executivo

Salipart Participações S/A

CNPJ 00.757.639/0001-16 - NIRE 35.3.0014279.9

Assembleia Geral Ordinária - Edital de Convocação

Ficam convidados os senhores acionistas da Salipart Participações S.A., a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada no dia 25/04/2024 às 15:30 horas na sala da diretoria do imóvel situado na Rua Florêncio de Abreu, 123, São Paulo - SP tendo em vista que sua sede social encontra-se em reforma, a fim de deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: a) Aprovação das demonstrações financeiras do exercício de 2023; b) Transferência do saldo do resultado líquido do exercício para a conta de lucros acumulados; c) Determinação do montante de dividendos a serem distribuídos até 31/12/2024. São Paulo, 16 de abril de 2024. **Mario Roberto Rizkallah -** Diretor

NESLIP S.A.

C.N.P.J.M.F. nº 19.654.466/0001-39 - NIRE 35.300.178.785

Edital de Convocação para Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária e Comunicado aos Acionistas

Ficam convocados os Senhores Acionistas da **NESLIP S.A.** para a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária a ser realizada de forma híbrida (presencial e virtual), no dia 24/04/2024, às 10:00 horas, no escritório Ulhôa Canto, na Avenida Afrânio de Melo Franco, 290, Torre Executiva, 4º andar, Leblon, na cidade do Rio de Janeiro/RJ, para apreciação de deliberação sobre: em Assembleia Geral Ordinária: (i) as contas dos administradores e as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício findo em 31.12.2023; e (ii) a destinação do lucro do referido exercício e a distribuição de dividendos; em Assembleia Geral Extraordinária: (i) exclusão do Conselho de Administração da Companhia e adequação do Estatuto Social às novas regras de administração; (ii) reeleição dos membros da diretoria para o próximo biênio, (iii) remuneração dos membros da diretoria; e (iv) demais assuntos de interesse geral. Os administradores esclarecem que os documentos previstos no artigo 133 da Lei nº 6.404/76 já se encontram à disposição dos Acionistas. Os Acionistas poderão obter cópias de tais documentos na sede da NESLIP S.A. Fica esclarecido, ainda, que a AGOE em questão não será realizada na sede da Neslip S.A. devido à limitação de espaço em tal local. Comunicamos, ainda que a publicação dos documentos exigidos pela legislação aplicável será oportunamente realizada pela Companhia nos jornais costumeiros. São Paulo, 11 de abril de 2024. **Luiz Otávio Possas Gonçalves -** Presidente do Conselho

Usina Alta Mogiana S.A. - Açúcar e Álcool

C.N.P.J. 53.009.825/0001-33 - NIRE 35300141539

Extrato Ata da 31ª Assembleia Geral Extraordinária

Aos **19/03/2024**, às 09h, em sua sede social, reuniram-se a totalidade do Capital Social. Assumindo a presidência da mesa, Sr. Luiz Octavio Junqueira Figueiredo, Luiz Eduardo Junqueira Figueiredo, para secretariar. Aprovaram: ***1)*** a elevação do Capital Social para R$ 760.000.000,00, mediante transferência da conta de Lucros Retidos no valor de R$ 150.000.000,00. Ficando desta forma alterado o Capítulo II do Estatuto Social, cujo artigo 5º passará a ter a seguinte redação: **"Artigo 5º** O Capital Social é de R$ 760.000.000,00 dividido em 15.384.424 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, endossáveis à opção do acionista e indivisíveis em relação à sociedade. **§único** As despesas de conversões, desdobramentos ou agrupamentos de ações correrão por conta dos acionistas solicitantes.". ***2)*** deu por encerrada a Assembleia. **Jucesp** nº 140.901/24-3 em sessão de 05/04/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

Processo 1115703-21.2021.8.26.0100 - Execução de Título Extrajudicial - Despesas Condominiais - Condomínio Edifício Centro Médico Higienópolis - EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1115703-21.2021.8.26.0100 O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 16ª Vara Cível, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). Paulo Bernardi Baccarat, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a Gianfrancesco Tanouye Caterina, CPF nº 34216925804, que lhe foi proposta uma ação de Execução de Título Extrajudicial por parte de Condomínio Edifício Centro Médico Higienópolis. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para, no prazo de 3 dias, efetuar o pagamento da dívida de R$ 100.677,19 (02/2024), sob pena de penhora de bens nos termos dos arts. 652 e seguintes do CPC. No prazo de 15 dias, o executado poderá reconhecer o crédito e comprovar o depósito judicial de 30% do valor em execução, custas e honorários, e pagar o restante em até 6 parcelas mensais, corrigidas pela Tabela Prática do Tribunal de Justiça e acrescidas de juros de 1% (um por cento) ao mês de acordo com o art. 745-A do CPC ou oferecer embargos à execução (art. 738 do CPC).O não pagamento de qualquer das prestações implicará, de pleno direito, o vencimento das subsequentes e o prosseguimento do processo, com o imediato início dos atos executivos, imposta ao executado multa de 10% (dez por cento) sobre o valor das prestações não pagas e sob pena de penhora. PRAZO PARA EMBARGOS: 15 (quinze). Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 01 de março de 2024. - ADV: CLAUDINEI MARTINS ROQUE (OAB 260949/SP). N - 16 e 17

Associação dos Partic. e Assist. de Fund. e Soc. Civis de Previd. Compl. da Área de Telecomunicações – ASTEL-ESP

CNPJ: 04.840.713/0001-14

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

A Associação dos Participantes e Assistidos de Fundações e Sociedades Civis de Previdência Complementar da Área de Telecomunicações – ASTEL-ESP, com sede à rua Carlos Petit, 161, sala 62 – Vila Mariana – São Paulo/Capital, convoca os(as) senhores(as) associados(as) a participarem da Assembleia Geral Ordinária que será realizada, presencialmente, no dia 24 de abril de 2024, às 09:30h em primeira convocação, não havendo quórum, às 10:30h em segunda convocação, com o número de associados presentes. Na ordem do dia será apreciado o **seguinte assunto**: - Análise e aprovação das contas referentes ao exercício de 2023. São Paulo, 17 de abril de 2024. José Carlos Wenceslau. Presidente do Conselho de Administração.

SPE Itapevi Ambiental S.A.

CNPJ: 42.805.815/0001-98

Balanço Patrimonial em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 (Valores expressos em milhares de reais)

	31/12/2023	31/12/2022
Ativo		
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	151	365
Contas a receber de clientes	3.555	4.471
Impostos a recuperar	138	2
Adiantamentos	282	320
Total do ativo circulante	4.126	5.158
Não circulante		
Partes relacionadas	402	402
Imobilizado	21.043	17.897
Direito de uso	317	1.404
Total do ativo não circulante	21.762	19.703
Total do ativo	25.888	24.861

	31/12/2023	31/12/2022
Passivo		
Circulante		
Arrendamentos	336	382
Fornecedores	928	381
Salários e encargos sociais	268	550
Impostos e contribuições a recolher	701	1.021
Parcelamento de impostos	43	63
Adiantamentos de clientes	-	83
Outros passivos	3.405	3.976
Total do passivo circulante	5.681	6.456
Não circulante		
Arrendamentos	-	979
Parcelamento de impostos	682	475
Passivo com partes relacionadas	2.424	-
Total do passivo não circulante	3.106	1.454
Patrimônio líquido		
Capital social	19.941	19.941
Prejuízos acumulados	(2.840)	(2.990)
Total do patrimônio líquido	17.101	16.951
Total do passivo e do patrimônio líquido	25.888	24.861

Demonstração do Resultado do Exercício em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 (Valores expressos em milhares de reais)

	31/12/2023	31/12/2022
Receita operacional líquida	13.373	8.525
Custo dos serviços prestados	(13.593)	(10.155)
Prejuízo Lucro bruto	(220)	(1.630)
Receitas (despesas) operacionais		
Gerais e administrativas	(144)	(328)
Outras receitas	879	90
	735	(238)
Receitas financeiras	379	44
Despesas financeiras	(397)	(237)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	497	(2.061)
Imposto de renda e contribuição social	(347)	(929)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	150	(2.990)

Demonstração do Resultado Abrangente em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 (Valores expressos em milhares de reais)

	31/12/2023	31/12/2022
(Prejuízo) Lucro líquido do exercício	150	(2.990)
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	150	(2.990)

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 (Valores expressos em milhares de reais)

	Capital Social	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 1° de janeiro de 2022	15.388	-	15.388
Aporte de Capital Social	2.003	-	2.003
Adiantamento para futuro aumento de capital	2.550	-	2.550
Prejuízo do exercício	-	(2.990)	(2.990)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	19.941	(2.990)	16.951
Lucro líquido do exercício	-	150	150
Saldos em 31 de dezembro de 2023	19.941	(2.990)	17.101

ASSINATURAS

Diretor: Milton Pilão Júnior - CPF: 125.107.888-50

Contador: Jessé Gonçalves de Lima Andrade - CRC/RJ 115836/O-8

Demonstração dos Fluxos de Caixa em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 (Valores expressos em milhares de reais)

	31/12/2023	31/12/2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
(Prejuízo) Lucro líquido do exercício	150	(2.990)
Ajustes de reconciliação do lucro líquido do exercício ao caixa gerado pelas atividades operacionais		
Depreciação e amortização	5.272	3.099
Juros e multas provisionados	88	88
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	285	-
(Aumento) redução nos ativos operacionais		
Contas a receber de clientes	631	(4.471)
Impostos a Recuperar	(136)	(2)
Adiantamentos	38	(320)
Aumento (redução) nos passivos operacionais		
Fornecedores	547	381
Salários e encargos sociais	(282)	550
Impostos e contribuições a recolher	(320)	1.021
Parcelamento de impostos	187	538
Juros pagos	(88)	(88)
Adiantamento de clientes	(83)	83
Outros passivos	(571)	3.976
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	5.718	1.865
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisições de ativo imobilizado	(7.331)	(5.141)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(7.331)	(5.141)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Aumento de Capital	-	4.553
Pagamentos de principal - Arrendamentos	(1.025)	(511)
Partes relacionadas	2.424	(402)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	1.399	3.640
(Redução) Aumento no saldo de caixa e equivalentes de caixa	(214)	364
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	365	1
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	151	365
(Redução) Aumento no saldo de caixa e equivalentes de caixa	(214)	364

As Demonstrações Financeiras completas encontram-se disponíveis na sede da Companhia.

SPE Sorocaba Ambiental S.A.

CNPJ: 42.805.842/0001-60

Balanço Patrimonial em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 (Valores expressos em milhares de reais)

	31/12/2023	31/12/2022
Ativo		
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	117	130
Contas a receber de clientes	2.907	7.846
Impostos a recuperar	42	16
Adiantamentos	200	254
Total do ativo circulante	3.266	8.246
Não circulante		
Partes relacionadas	139	279
Imobilizado	10.918	12.887
Direito de uso	456	-
Total do ativo não circulante	11.513	13.166
Total do ativo	14.779	21.412

	31/12/2023	31/12/2022
Passivo		
Circulante		
Arrendamentos	455	-
Fornecedores	1.273	1.629
Salários e encargos sociais	774	1.197
Impostos e contribuições a recolher	259	2.344
Parcelamento de impostos	-	64
Adiantamentos de clientes	7	87
Outros passivos	-	3.955
Total do passivo circulante	2.768	9.276
Não circulante		
Arrendamentos	14	-
Parcelamento de impostos	1.785	285
Total do passivo não circulante	1.799	285
Patrimônio líquido		
Capital social	16.727	16.663
Reservas de lucro	(6.515)	(4.812)
Total do patrimônio líquido	10.212	11.851
Total do passivo e do patrimônio líquido	14.779	21.412

Demonstração do Resultado do Exercício em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 (Valores expressos em milhares de reais)

	31/12/2023	31/12/2022
Receita operacional líquida	20.301	19.583
Custo dos serviços prestados	(23.462)	(22.116)
Prejuízo bruto	(3.161)	(2.533)
Receitas (despesas) operacionais		
Gerais e administrativas	(668)	(228)
Outras receitas	2.684	-
	2.016	(228)
Receitas financeiras	154	33
Despesas financeiras	(525)	(432)
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(1.516)	(3.160)
Imposto de renda e contribuição social	(125)	(1.714)
Prejuízo do exercício	(1.641)	(4.874)

Demonstração do Resultado Abrangente em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 (Valores expressos em milhares de reais)

	31/12/2023	31/12/2022
Prejuízo do exercício	(1.641)	(4.874)
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	(1.641)	(4.874)

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 (Valores expressos em milhares de reais)

	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 1° de janeiro de 2022	15.347	-	15.347
Integralização de Capital Social	1.317	-	1.317
Adiantamento para futuro aumento de capital	61	-	61
Prejuízo do exercício	-	(4.874)	(4.874)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	16.725	(4.874)	11.851
Prejuízo do exercício	-	(1.641)	(1.641)
Integralização de Capital Social	2	-	2
Saldos em 31 de dezembro de 2023	16.727	(6.515)	10.212

ASSINATURAS

Diretor: Milton Pilão Júnior - CPF: 125.107.888-50

Contador: Jessé Gonçalves de Lima Andrade - CRC/RJ 115836/O-8

Demonstração dos Fluxos de Caixa em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 (Valores expressos em milhares de reais)

	31/12/2023	31/12/2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo do exercício	(1.641)	(4.874)
Ajustes de reconciliação do lucro líquido do exercício ao caixa gerado pelas atividades operacionais		
Depreciação e amortização	3.015	18.204
Juros sobre arrendamentos	54	-
(Aumento) redução nos ativos operacionais		
Contas a receber de clientes	4.939	(7.846)
Impostos a Recuperar	(26)	(16)
Adiantamentos	54	(254)
Aumento (redução) nos passivos operacionais		
Fornecedores	(356)	1.629
Salários e encargos sociais	(423)	1.197
Impostos e contribuições a recolher	(2.085)	2.344
Parcelamento de impostos	1.436	349
Adiantamento de clientes	(80)	87
Juros pagos	(54)	-
Outros passivos	(3.955)	3.955
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	878	14.775
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aumento de Capital	2	1.378
Aquisições de ativo imobilizado	(353)	(15.745)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(351)	(14.367)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Pagamento de arrendamentos	(680)	-
Partes relacionadas	140	(279)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(540)	(279)
(Redução) Aumento no saldo de caixa e equivalentes de caixa	(13)	129
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	130	1
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	117	130
(Redução) Aumento no saldo de caixa e equivalentes de caixa	(13)	129

As Demonstrações Financeiras completas encontram-se disponíveis na sede da Companhia.

SPE Tremembe Ambiental S.A.

CNPJ: 42.972.930/0001-57

Balanço Patrimonial em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 (Valores expressos em milhares de reais)

	31/12/2023	31/12/2022
Ativo		
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	925	596
Contas a receber de clientes	497	8.652
Impostos a recuperar	63	1
Adiantamentos	80	746
Total do ativo circulante	1.565	9.995
Não circulante		
Partes relacionadas	20.329	6.194
Imobilizado	19.268	18.698
Intangível	182	-
Direito de uso	745	3.101
Total do ativo não circulante	40.524	27.993
Total do ativo	42.089	37.988

	31/12/2023	31/12/2022
Passivo		
Circulante		
Arrendamentos	776	820
Fornecedores	1.270	1.977
Salários e encargos sociais	736	972
Impostos e contribuições a recolher	1.327	2.445
Adiantamentos de clientes	24	1.163
Outros passivos	5.505	10.390
Total do passivo circulante	9.638	17.767
Não circulante		
Arrendamentos	14	2.185
Partes relacionadas	97	97
Parcelamento de impostos	2.391	2.027
Total do passivo não circulante	2.502	4.309
Patrimônio líquido		
Capital social	47.478	47.221
(-) Prejuízos acumulados	(17.529)	(31.309)
Total do patrimônio líquido	29.949	15.912
Total do passivo e do patrimônio líquido	42.089	37.988

Demonstração do Resultado do Exercício em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 (Valores expressos em milhares de reais)

	31/12/2023	31/12/2022
Receita operacional líquida	36.829	28.060
Custo dos serviços prestados	(19.131)	(55.023)
(Prejuízo) Lucro bruto	17.698	(26.963)
Receitas (despesas) operacionais		
Gerais e administrativas	(740)	(942)
Outras receitas (despesas)	(1.274)	46
	(2.014)	(896)
Receitas financeiras	197	46
Despesas financeiras	(610)	(783)
Lucro (Prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	15.271	(28.596)
Imposto de renda e contribuição social	(1.235)	(2.969)
Lucro líquido (Prejuízo) do exercício	14.036	(31.565)

Demonstração do Resultado Abrangente em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 (Valores expressos em milhares de reais)

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido (Prejuízo) do exercício	14.036	(31.565)
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	14.036	(31.565)

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 (Valores expressos em milhares de reais)

	Capital social	AFAC	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em1° de janeiro de 2022	41.125	1	-	41.126
Integralização de Capital Social	6.096	-	-	6.096
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	255	-	255
Prejuízo do exercício	-	-	(31.565)	(31.565)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	47.221	256	(31.565)	15.912
Lucro líquido do exercício	257	(256)	14.036	14.037
Saldos em 31 de dezembro de 2023	47.478	-	(17.529)	29.949

ASSINATURAS

Diretor: Milton Pilão Junior - CPF 125.107.888-50

Contador: Jessé Gonçalves de Lima Andrade - CRC/RJ 115836/O-8

Demonstração dos Fluxos de Caixa em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 (Valores expressos em milhares de reais)

	31/12/2023	31/12/2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido (Prejuízo) do exercício	14.036	(31.565)
Ajustes de reconciliação do lucro líquido do exercício ao caixa gerado pelas atividades operacionais		
Depreciação e amortização	6.323	38.017
Juros e multas provisionados	205	201
Provisão para créditos de liquidação de duvidosa	11	-
(Aumento) redução nos ativos operacionais		
Contas a receber de clientes	8.144	(8.652)
Impostos a Recuperar	(62)	(1)
Adiantamentos	667	(746)
Aumento (redução) nos passivos operacionais		
Fornecedores	(707)	1.977
Salários e encargos sociais	(236)	972
Impostos e contribuições a recolher	(1.118)	2.445
Parcelamento de impostos	364	2.027
Juros pagos	(205)	(201)
Adiantamento de clientes	(1.139)	1.163
Outros passivos	(4.885)	10.390
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	21.398	16.027
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aumento de Capital	-	6.351
Aquisições de ativo imobilizado	(4.567)	(14.510)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(4.567)	(8.159)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Pagamentos de principal	(2.367)	(1.176)
Partes relacionadas	(14.135)	(6.097)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(16.502)	(7.273)
Aumento no saldo de caixa e equivalentes de caixa	329	595
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	596	1
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	925	596
Aumento no saldo de caixa e equivalentes de caixa	329	595

As Demonstrações Financeiras completas encontram-se disponíveis na sede da Companhia.

ORIZON PANTANAL HOLDING LTDA

CNPJ: 15.488.348/0001-47

Balanço Patrimonial em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 (Em MR$)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Ativo				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	4	1	1.476	21
Aplicações financeiras	-	-	39	881
Contas a receber de clientes	-	-	14.116	4.444
Impostos a recuperar	2	2	113	13
Outros ativos	46	46	606	819
Total do ativo circulante	52	49	16.350	6.178
Não circulante				
Partes relacionadas	34	34	244	167
Outros ativos	-	-	219	320
Investimentos	75.268	62.358	-	-
Imobilizado	4.649	4.991	16.333	8.824
Intangível	-	-	54.404	56.858
Total do ativo não circulante	79.951	67.383	71.200	66.169
Total do ativo	80.003	67.432	87.550	72.347

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Passivo				
Circulante				
Arrendamentos	370	692	369	692
Fornecedores	1	12	1.216	576
Salários e encargos sociais	-	-	307	390
Impostos e contribuições a recolher	-	-	484	296
Parcelamento de impostos	-	-	3	19
Outros passivos	-	-	132	-
Total do passivo circulante	371	704	2.511	1.973
Não circulante				
Arrendamentos	-	390	-	390
Partes relacionadas	68.967	66.384	74.345	69.989
Parcelamento de impostos	-	-	29	41
Outros passivos	4.471	5.596	4.471	5.596
Total do passivo não circulante	73.438	72.370	78.845	76.016
Patrimônio líquido				
Capital social	-	-	-	-
Reservas de lucro	6.194	(5.642)	6.194	(5.642)
Total do patrimônio líquido	6.194	(5.642)	6.194	(5.642)
Total do passivo e do patrimônio líquido	80.003	67.432	87.550	72.347

Demonstração do Resultado do Exercício em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 (Em MR$)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Receita operacional líquida	-	-	28.467	8.942
Custo dos serviços prestados	(3.022)	-	(5.618)	(1.272)
Lucro bruto	(3.022)	-	22.849	7.670
Receitas (despesas) operacionais				
Gerais e administrativas	(3)	(4.798)	(5.532)	(11.324)
Outras receitas (despesas)	-	-	(4.071)	-
	(3)	(4.798)	(9.603)	(11.324)
Receitas financeiras	-	-	4	-
Despesas financeiras	(721)	(849)	(774)	(925)
Resultado de equivalência patrimonial	15.582	766	-	-
Lucro antes do IR e contribuição social	11.836	(4.881)	12.476	(4.579)
IR e contribuição social - corrente	-	-	(640)	(302)
Prejuízo do exercício	11.836	(4.881)	11.836	(4.881)

Demonstração do Resultado Abrangente em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 (Em MR$)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Prejuízo do exercício	11.836	(4.881)	11.836	(4.881)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	11.836	(4.881)	11.836	(4.881)

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 (Em MR$)

	Capital social	Reserva Legal	Lucros (prejuízos) acumulados	Total
Saldos em 1° de janeiro de 2022	-	-	(761)	(761)
Prejuízo do exercício	-	-	(4.881)	(4.881)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	-	-	(5.642)	(5.642)
Prejuízo do exercício	-	-	11.836	11.836
Saldos em 31 de dezembro de 2023	-	-	6.194	6.194

Demonstração dos Fluxos de Caixa em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 (Em MR$)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido (Prejuízo) do exercício	11.836	(4.881)	11.836	(4.881)
Ajustes de reconciliação do lucro líquido do exercício ao caixa gerado pelas atividades operacionais				
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	503	-
Equivalência patrimonial	15.582	766	-	-
Depreciação e amortização	3.014	3.217	3.408	4.964
Juros incorridos	149	846	149	846
Redução (aumento) nos ativos				
Contas a receber de clientes	-	-	(11.706)	(4.444)
Impostos a recuperar	-	(2)	(100)	(13)
Outros ativos	(1.128)	-	(604)	(1.093)
Aumento (redução) nos passivos				
Fornecedores	(11)	6	640	570
Salários e encargos sociais	-	-	(83)	390
Parcelamento de impostos	-	-	(28)	60
Impostos e contribuições a recolher	-	-	188	296
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	29.442	(48)	4.203	(3.305)
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Aquisição de participação societária	-	(61.000)	-	(61.000)
Aquisições de ativo imobilizado	(31.164)	-	(8.463)	686
Aplicações financeiras	-	-	842	(881)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(31.164)	(61.000)	(7.621)	(61.195)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Pagamentos de passivo de arrendamento	(861)	(758)	(861)	(758)
Partes relacionadas	2.583	61.807	4.279	65.279
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	1.722	61.049	3.418	64.521
Aumento no saldo de caixa e equivalentes de caixa	-	1	-	21
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1	-	21	-
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	1	1	21	21
Aumento no saldo de caixa e equivalentes de caixa	-	1	-	21

Diretor:
Leonardo Roberto Pereira dos Santos - CPF: 218.498.438-80
Contador
Jessé Gonçalves de Lima Andrade - CRC/RJ 115836/O-8

As Demonstrações Financeiras completas encontram-se disponíveis na sede da Companhia.

Brasil já perdeu 34 milhões dos 82,6 milhões de hectares da Caatinga

O Brasil já perdeu 34 milhões de hectares dos 82,6 milhões de hectares da Caatinga, alertou o presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), Rodrigo Agostinho, durante a participação em um seminário técnico-científico sobre o bioma. No encontro, que teve a participação da ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Marina Silva, ele apresentou os desafios para que a meta de desmatamento zero se estenda à vegetação nativa predominante no Nordeste brasileiro.

Agostinho destacou as características que apontam a necessidade de uma política pública específica para o bioma, como o alto grau de espécies exclusivas que já passaram por transformações pela atividade humana.

"A caatinga tem 60% de área de vegetação nativa ocupada, das quais uma boa parte já passou por processo de antropização seguidos, como corte raso, queimas reiteradas, extração seletiva de vegetação e animais, introdução de espécies exóticas", afirma.

Em decorrência dessa ocupação, já são sentidos efeitos como a desertificação de mais de 10% do bioma, o que na visão de Agostinho deve ser enfrentado com a criação de unidades de conservação, recuperação da vegetação nativa e criação de dados de conservação para proteção integral e uso sustentável.

A melhoria dos licenciamentos ambientais e a demarcação dos territórios das populações tradicionais foram outras necessidades elencadas pelo presidente do Ibama. "Temos muita população tradicional e que normalmente não é reconhecida, como o sertanejo, e isso é um desafio, porque, de repente, chega um empreendimento e essas pessoas são expulsas de suas áreas rapidamente", ressaltou.

A transição energética também necessita de um olhar atento para a Caatinga, na visão de Agostinho, que lembrou que embora o crescimento das energias eólica e fotovoltaica sejam um desejadas pela região, isso não pode custar o desmatamento da vegetação nativa "Não faz sentido colocar energia eólica e solar desmatando extensas áreas de caatinga, só porque o preço da terra é mais barato."

Na análise da instituição, para enfrentar o desmatamento, os efeitos das mudanças climáticas, a extinção de espécies e as queimadas na Caatinga é necessário ir além das políticas de combate e controle.

"No ano passado nós retomamos a fiscalização da Caatinga, retomamos as nossas ações com força, com estratégia, ampliamos os autos de infração em 69%, ampliamos as multas em quase 600% só no bioma, ampliamos os embargos, que é, talvez a estratégia mais importante no combate ao desmatamento, ampliamos a apreensão, mas o que a gente percebe é que a gente precisa de estratégias robustas para fazer o enfrentamento", reforça.

A ministra Marina Silva concordou com Agostinho e lembrou que esse olhar diferenciado sobre cada bioma brasileiro é uma das prioridades nas políticas públicas que vem sendo desenhadas pelo governo federal.

Ela lembrou que o Plano de Transformação Ecológica apresentado pelo Ministério da Fazenda no ano passado, durante a Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas de 2023 (COP28), é um exemplo disso, quando pensa instrumentos econômicos e sociais para cada bioma. "Combater o descaatingamento, o desmatamento é um compromisso político, é um compromisso ético e é um compromisso social, estético, porque esse mundo do diverso é maravilhoso", afirmou. (Agência Brasil)

PF diz que corpos achados em embarcação no Pará são de africanos

A perícia da Polícia Federal identificou nove corpos na embarcação encontrada à deriva no litoral do Pará, na região de Bragança, no último sábado (13). A perícia inicial, realizada em conjunto com a Polícia Científica do Pará, aponta que os documentos e objetos encontrados junto aos corpos eram de migrantes do continente africano, da região da Mauritânia e Mali. No entanto, é possível que as vítimas sejam de outras nacionalidades.

A perícia para identificação dos corpos começou na segunda-feira (15), após a embarcação ter sido levada para terra firme. Segundo a PF, oito corpos estavam dentro da embarcação e o nono corpo próximo a ela, "em circunstâncias que sugeriam fazer parte do mesmo grupo de vítimas".

A embarcação foi encontrada por pescadores paraenses, com alguns corpos em decomposição, em um rio localizado na região de Salgado, no nordeste do Pará.

Os trabalhos de busca e resgate da embarcação com as vítimas, realizados no domingo (14), transcorreram das 7h às 23h30.

Para saber quem são as vítimas, a PF trabalha com os protocolos de identificação de vítimas de desastres da Interpol (DVI). O protocolo permite a identificação mesmo em estado de decomposição avançado, por meio da utilização de amostras de DNA, impressões digitais, características físicas, registros odontológicos e reconhecimento de objetos pessoais.

"Além da identidade, os trabalhos periciais terão por objetivo verificar a origem dos passageiros, a causa e o tempo estimado dos óbitos", informou a polícia.

Participaram das ações de resgate uma embarcação da Marinha e um bote dos bombeiros militares de Bragança, Guarda Municipal, Defesa Civil Municipal, Polícia Científica do Pará e o Departamento Municipal de Mobilidade Urbana e Trânsito de Bragança. (Agência Brasil)

Governo deve apresentar nova proposta para servidores da Educação

O ministro da Educação, Camilo Santana, afirmou na terça-feira (16) que o governo deve disponibilizar novos recursos para atender as demandas dos servidores técnico-administrativos e professores das universidades e institutos federais. As categorias estão em greve em boa parte do país.

"O governo já sinalizou com recursos adicionais para que a gente possa negociar com os servidores técnicos e servidores, a questão, não só do plano de cargos e salários, mas também do reajuste salarial para essa categoria", afirmou Santana. Nova proposta deve ser apresentada na sexta-feira (19).

Camilo Santana falou sobre a greve dos servidores de universidades e institutos federais em reunião da Comissão de Educação do Senado. Ele disse que o governo tem se esforçado para encerrar o movimento grevista e ressaltou que o MEC não tinha mais condições de, por conta própria, aumentar a proposta para os servidores.

"O orçamento do MEC não comporta nenhuma mudança mais de qualquer incremento, seja em pessoal ou para servidor. Então, será uma complementação orçamentária pelo espaço que o arcabouço fiscal já tem", explicou o ministro, sem antecipar o valor que teria sido reservado para os professores e técnicos administrativos das instituições federais de ensino.

Camilo Santana informou que esse anúncio será feito pela ministra da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, Esther Dweck, que lidera a negociação com os servidores. O ministro da Educação reclamou da greve e lembrou que o governo deu reajuste de 9% para toda administração pública no primeiro ano, após seis anos sem reajuste.

"Greve, para mim, é quando não há mais diálogo, quando se encerraram as negociações ou toda e qualquer possibilidade de melhorias", disse Santana. Para o ministro, o grande problema desta greve é o prejuízo para o Brasil e para os alunos.

Ao menos 360 unidades de ensino aderiram à greve iniciada no último dia 3, informa o Sindicato Nacional dos Servidores da Educação Básica, Profissional e Tecnológica. Entre as demandas, está a recomposição salarial que varia de 22,71% a 34,32%, dependendo da categoria, além de uma reestruturação das carreiras da área técnico-administrativa e de docentes.

Já os professores de universidades federais entraram em greve nacional na segunda-feira (15), rejeitando a proposta do Ministério da Gestão. Eles querem reajuste de 22,71% em três parcelas de 7,06% por ano.

De acordo com o Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições do Ensino Superior (Andes), a proposta do governo federal foi de reajuste salarial zero, com aumentos apenas no auxílio-alimentação, que passaria de R$ 658, para R$ 1 mil; no valor da assistência pré-escolar, de R$ 321 para R$ 484,90, além de 51% a mais no valor atual da saúde suplementar. (Agência Brasil)

Lula manteve linhas básicas da restrição à saidinha, diz Lewandowski

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva manteve as linhas básicas estabelecidas pelo Congresso Nacional no projeto de lei (PL) que restringe às saídas temporárias de presos, a chamada saidinha, argumentou na terça-feira (16) o ministro da Justiça e Segurança Pública, Ricardo Lewandowski, durante debate na Comissão de Segurança Pública da Câmara dos Deputados, ao comentar o veto do presidente à parte da lei aprovada pelo Congresso.

O ministro acrescentou que o único veto ao PL foi movido por motivos cristãos e pelo governo entender ser inconstitucional impedir que os presos tenham contato com suas famílias. A possibilidade de visitar as famílias permitida pelo veto exclui os condenados por crimes hediondos, como homicídio e estupro.

"Nós estamos defendendo um valor cristão, um valor fundamental da Constituição, e daí o veto basear-se em uma inconstitucionalidade", explicou Lewandowski, defendendo que o presidente sancionou "praticamente na totalidade esse projeto de lei que representa a vontade da soberania popular expressa pelo Congresso Nacional".

O Congresso Nacional ainda pode derrubar o único veto presidencial ao projeto.

O ministro Lewandoviski argumentou que 90% do projeto foram mantidos, incluindo a exigência de exame criminológico para autorização para as saídas, a necessidade do uso de tornozeleiras eletrônicas e a proibição para saída temporária de condenados por crimes hediondos.

O ministro da Justiça disse ainda que foi cobrado pelo presidente Lula para manter a proibição de presos perigosos saírem temporariamente. Segundo Lewandoviski, o veto se limitou a permitir o contato dos presos não perigosos às próprias famílias.

O ministro da Justiça e Segurança Pública foi cobrado também sobre a fuga de dois presos da Penitenciária Federal de Mossoró (RN). Lewandowski defendeu a ação de captura dos presos e destacou que todos os protocolos dos presídios federais estão sendo revistos para impedir novas fugas.

De acordo com o ministro, a fuga foi possível por causa dos padrões antiquados de segurança da penitenciária, do relaxamento na vigilância, da quebra de protocolos, da ausência das revistas diárias, da falha de equipamentos, como as câmeras, além da falta de muralhas em torno do presídio e da ajuda externa recebida pelos ex-foragidos.

O ministro lembrou aos parlamentares que quatro funcionários foram afastados, dez processos administrativos foram abertos e 29 policiais de plantão foram substituídos. Houve ainda, segundo Lewandowski, reforço de pessoal e das celas e o início da construção das muralhas.

"Tiramos várias lições importantes. Esse episódio nos ofereceu a oportunidade de revermos os protocolos de segurança e dos equipamentos de todas as prisões federais", afirmou o ministro, acrescentando que "posso garantir às senhoras e aos senhores que nenhum detento mais se evadirá das penitenciárias federais".

Os deputados da Comissão de Segurança da Câmara também cobraram o ministro o corte anunciado no orçamento das polícias Federal (PF) e Rodoviária Federal (PRF) no Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) de 2025, enviado ao Parlamento.

Ricardo Lewandoviski disse que já pediu a recomposição dos recursos aos ministérios da Fazenda e do Planejamento, concordando com os parlamentares que "realmente esse corte prejudicará o nosso serviço".

"Mas é preciso dizer também que o Congresso Nacional, e eu acho que o fez com a melhor das intenções, aprovou o teto de gastos, aprovou o déficit zero. Então, nós temos aquilo que como muito se chama de cobertor de pobre. Puxa-se de um lado, descobre-se outra parte do corpo. E isso que está ocorrendo hoje. Nós temos um orçamento limitado", disse o ministro. (Agência Brasil)

Ministério Público vai investigar atos de racismo em escola do DF

O Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT) vai investigar atos de racismo registrados durante uma partida de futsal entre alunos de duas escolas particulares de Brasília. Em nota, a entidade diz que o Núcleo de Enfrentamento à Discriminação (NED) instaurou notícia de fato para esclarecer o incidente e apurar as responsabilidades.

"O NED/MPDFT agendou reuniões com representantes das respectivas instituições de ensino e com o Sindicato dos Estabelecimentos Particulares de Ensino do Distrito Federal", informou o Ministério Público. O órgão pede ainda que todas as escolas do DF promovam ações de prevenção e enfrentamento a discriminações, integrando a comunidade escolar no debate.

No último dia 3, alunos da Escola Franciscana Nossa Senhora de Fátima compareceram ao Colégio Galois para uma partida de futsal válida pelo torneio Liga das Escolas. Durante o jogo, os estudantes foram vítimas de preconceito social e injúria racial, conforme relato da diretora da Escola Franciscana Nossa Senhora de Fátima, Inês Alves Lourenço.

"Na ocasião, os alunos do Colégio Galois proferiram diversas palavras ofensivas aos alunos da Escola Fátima, tais como 'macaco', 'filho de empregada' e 'pobrinho', tornando o ambiente inóspito e deixando nossos alunos abalados", disse. "Vale salientar que, embora diversos responsáveis estivessem no local, nenhuma providência efetiva e adequada foi adotada pelos prepostos do Colégio Galois que estavam presentes nas instalações do ginásio."

Em nota, o diretor do Colégio Galois, Angel Andres, lamentou o que avaliou como "comportamento reprovável" dos alunos de sua instituição e concordou com a diretora do Escola Franciscana Nossa Senhora de Fátima, ao afirmar que "o preconceito racial e social não deve ter espaço em nenhum ambiente, especialmente em uma escola, onde os alunos devem ser ensinados a valorizar a diversidade e a promover o entendimento mútuo".

"Pudemos apurar que, no intervalo do jogo, o professor do Galois que acompanhava os atletas foi comunicado pelo juiz da partida e pelo treinador da sua instituição a respeito de atitudes lamentáveis de alguns alunos que estavam na torcida. Nosso professor questionou o juiz do porquê não ter interrompido o jogo imediatamente após os insultos. Em seguida, nosso professor conversou com a torcida e o segundo tempo transcorreu normalmente."

"Estamos identificando os responsáveis para aplicação das devidas medidas disciplinares e educativas. Ademais, estamos organizando atos de conscientização e contrição. Pedimos desculpas pelo ocorrido e agradecemos a preocupação, que também é nossa, com a boa formação e educação de crianças e jovens", acrescenta a nota do Galois. (Agência Brasil)

Advogado do Consumidor & Cidadão Consciente

Conheça seus Direitos

Comunicação Social na Constituição Brasileira

Por Nicholas Maciel Merlone

A temática da Comunicação Social é deveras relevante. Tanto é que se encontra disciplinada em nossa Constituição Brasileira (CB), em todo um Capítulo a saber V - Da Comunicação Social. Pois bem! Nos termos do artigo 220, tem-se que a "manifestação do pensamento, a criação, a expressão e a informação, sob qualquer forma, processo ou veículo não sofrerão qualquer restrição, observado o disposto nesta Constituição." Ora, em hipótese alguma, poderá ocorrer qualquer forma de censura à livre e desimpedida manifestação do pensamento, exceto em raras exceções. Sendo assim, para examinar o caso, recorro à obra *Princípios Constitucionais Relevantes: A Constituição Interpretada pelo Conselho Superior de Direito da FecomercioSP*, com coordenação do professor Ives Gandra da Silva Martins, em específico ao artigo do professor Marcos Alberto Sant'Anna Bitelli, intitulado "Convergências e Divergências", acerca do assunto em pauta. *Avante!*

O autor explica que, devido à convergência tecnológica, propicia-se a convergência dos *medias*, - através da digitalização dos elementos analógicos da comunicação (textos, imagens, sons etc.) -, e as novas plataformas de comunicação. Para o professor, a "convergência é a causa dessa divergência."

A CB, segundo Marcos Alberto, "carece de acuidade conceitual, de princípios e de sistematização da comunicação social, tendo como foco as atividades jornalísticas, de rádio e televisão."

Conforme mencionamos, inicialmente, temos o artigo 220 da CB, que traz as liberdades de comunicação e de comunicação social nele sedimentadas, que devem ser protegidas e preservadas, com o apoio do artigo 5o, inciso IX, também da CB, que manifesta: "é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença."

A seguir, o autor pondera que, à proporção que as novas mídias se disseminam, o legislador deve mediar as tensões, sejam estas econômicas, ideológicas ou políticas, decorrentes da alteração do paradigma da antiga mídia. Destaca, assim, que, mesmo que legítimo, isso não deve flertar com a censura dos plenos direitos de comunicação. Segundo o professor, para regular as atividades dos grupos econômicos nos meios de comunicação, deve-se pautar pelo princípio da livre concorrência previsto na CB, bem como pelas demais disposições constitucionais econômicas.

Por outro olhar, esclarece que o ordenamento jurídico será aplicado "a toda e qualquer forma de comunicação e manifestação do pensamento, notadamente a proteção dos direitos da personalidade, da infância e da adolescência, do consumidor, dos direitos autorais, da intimidade, da honra e da privacidade."

Finalmente, já frisamos em outra ocasião: "A imprensa é a luz da liberdade", segundo o pensador inglês John Milton. E afirmamos: "Liberdade de Imprensa é a luz da democracia." A imprensa, portanto, é livre e, diante disso, pedra de toque da sociedade democrática. Atualmente, temos as redes e mídias sociais, onde proliferam diversas informações e manifestações. Nelas há *fake news* e desinformação e, assim, precisam ser reguladas, sem que, com isso, censure-se a liberdade de expressão. É possível, pois e por fim, conciliar a liberdade de expressão com a regulação das mídias sociais.

Nicholas Maciel Merlone - | Advogado especialista em Direito do Consumidor com Escritórios Parceiros | Professor Universitário | Mestre em Direito | Articulista & Escritor.

Instagram: @nicholasmmerlone / Contato: nicholas.merlone@gmail.com

